

Bulas

quintas históricas da família Bulas no Alto Douro Vinhateiro

COSTA DE BAIXO E FOZ CEIRA

Gaspar Martins Pereira

Bulas

quintas históricas da família Bulas no Alto Douro Vinhateiro

COSTA DE BAIXO E FOZ CEIRA

Gaspar Martins Pereira

Colaboração de: Pedro Abrunhosa Pereira

Índice

1	Entre o Ceira e o Douro: uma longa vocação vinhateira	7
2	As origens	17
	Os senhores da terra	
	No tempo da demarcação dos «vinhos finos»	
	A prisão de Gonçalo Cristóvão e a decadência da Foz Ceira	
	A expansão da Quinta da Costa de Baixo	
	A entrega da Quinta da Foz Ceira à Companhia	
3	As doenças da videira: crise e reconstrução do Douro	85
	A crise do oídio	
	A «nova moléstia» das vinhas	
	Lopo Vaz de Sampaio e Melo: o ministro natural de Gouvinhas, proprietário da Costa de Baixo	
	A Quinta da Foz Ceira no tempo da reconversão pós-filoxérica	
4	As quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira no século XX	113
	A Foz Ceira: da Companhia aos herdeiros de Gonçalo Cristóvão e a venda posterior	
	A Costa de Baixo: da família Sampaio e Melo a José Bulas Cruz	
	Os sucessores de José Bulas Cruz e a expansão vitivinícola	
5	Bulas Family Estates	173
	A empresa e a marca	
	Novos investimentos	
	Vinhos Bulas: o prestígio de uma marca de produtores-engarrafadores	
	Fontes e bibliografia	208



1. Entre o Ceira e o Douro: uma longa vocação vinhateira

No coração da Região Demarcada do Douro, nas encostas íngremes e pedregosas de xisto dos rios Douro e Ceira, na freguesia de Gouvinhas, os vinhedos das quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira, hoje reunidas numa propriedade contínua da família Bulas Cruz, produzem vinhos do Douro e do Porto de excelência, prosseguindo a antiquíssima tradição vinhateira herdada dos seus antepassados e de outros proprietários anteriores, que, ao longo de séculos, transformaram estes lugares bravios e inóspitos em «jardins suspensos». É essa história que, num registo breve, buscaremos compreender neste livro, cruzando informações sobre a evolução das terras e das famílias que as possuíram, os investimentos na produção vitivinícola, os tempos de crise e decadência, bem como os de renovação e crescimento, a relação com os mercados e o reconhecimento dos seus vinhos.

Quem observa a sucessão de patamares de vinhas a partir da margem direita do Ceira, do rio Douro ou do alto da Quinta da Costa de Baixo apenas poderá imaginar o trabalho titânico que foi necessário empregar, em sucessivas gerações, para transformar estas encostas de solos pobres em verdejantes vergéis de vinha, quando todas as tarefas, desde a surriba à plantação, aos diversos granjeios e à vindima, eram obra braçal. E a dureza do que foi o cultivo da vinha nestas terras até à segunda metade do século XX ganha ainda maior expressão se se tiver em conta outras condições naturais do lugar, desde os excessos do clima, com verões secos e escaldantes, e a violência do rio de montanha, que corria caudaloso nos invernos chuvosos, arrastando tudo na torrente, e quase secava na estiagem, formando lodos no leito, a levantar mosquitada e febres palustres. Os registos de óbitos de eras passadas estão cheios de trabalhadores das quin-

1. *Panorâmica das quintas da Foz Ceira e da Costa de Baixo.* Fotografia de Pedro Sarmento Costa. Col. Bulas.

tas que morriam atingidos por sezões. Mas, se as condições ambientais eram adversas ao trabalho humano e as colheitas escassas, dada a pobreza dos solos, a excelência dos frutos compensava as canseiras. É que, nas encostas do Douro, os mesmos factores repulsivos da vida humana conjugavam-se para fazer vinhos sublimes. Os solos pobres e pedregosos de xisto, se não davam fartas colheitas, ofereciam vinhos de grande qualidade. Os verões quentes e secos, propícios a uma boa maturação, propiciavam uvas doces como mel, com aromas e sabores inconfundíveis. Ao longo de séculos, o trabalho humano soube aproveitar esses dons da natureza, criando-se aqui uma cultura vinha-teira singular, acumulando e transmitindo saberes e práticas de amanhã da vinha e a arte de fazer vinhos sublimes. Das técnicas de plantação em socalcos, para amparar as vinhas e evitar a erosão, à selecção e combinação de castas nobres e à cultura meticulosa das vinhas, às práticas de vinificação e aos cuidados de envelhecimento dos vinhos, é toda uma herança ancestral que se presente em cada quinta do Douro.

Pode dizer-se que, nas últimas décadas, transformações radicais marcaram a vitivinicultura da região, mas não apagaram essa herança, antes se conjugaram com ela, valorizando os saberes tradicionais com as inovações tecnológicas e científicas mais avançadas. A mecanização das surribas, as plantações de vinhas em patamares ou ao alto, prescindindo dos antigos muros de xisto, a selecção criteriosa das videiras, frequentemente com pré-enxertia, o emprego de máquinas em muitos trabalhos da vinha, desde a poda às cavas e à aplicação de fitossanitários, ou ainda a robotização da pisa das uvas nos lagares e o emprego de cubas autovinificadoras transformaram, em poucos anos, a vitivinicultura do Douro. Esta terceira grande revolução vitivinícola, que há algumas décadas poucos acreditavam ser possível, veio suavizar o trabalho do homem, sem afectar, antes pelo contrário, a essência das tradições vitícolas e a bondade dos vinhos.

Ao percorrermos as quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira, com um olhar atento, percebemos que essa revolução, ainda em curso, não esconde muitos sinais da história antiga destas propriedades. Aqui e ali, conservam-se ainda alguns socalcos com muros de xisto, entre as manchas de vinhedos mais recentes em patamares ou ao alto. Junto ao Rio Ceira, pode ver-se a calçada em rampa que descia para o cais, hoje submerso, de onde eram embarcadas as pipas de vinho nos rabelos para seguirem rio abaixo



2. Trabalho mecanizado nas vinhas atualmente. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.

3. Trabalho manual nas vinhas antigamente. Fotografia da Casa Alvão. Col. Centro Português de Fotografia.

até ao Porto. Desde os anos sessenta, com a construção das barragens, alterou-se não só o regime fluvial mas também a imagem da Quinta da Foz Ceira. A subida das águas do Rio Douro na ampla albufeira de Bagaúste veio submergir os terrenos quase até à linha de caminho-de-ferro, ao mesmo tempo que transformou o rio inconstante de outrora num lago sereno. Muito antes disso, em 1880, a construção da via-férrea tinha já subtraído uma parte das terras da quinta. As casas, com os antigos lagares e a adega, são modestas, tendo sofrido sucessivas obras de restauro, adequadas à pequena exploração vinhateira, gerida pela Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro durante mais de um século, nada fazendo lembrar as origens fidalgas da quinta.

Ao longo da via-férrea e da margem do rio podem ainda observar-se antigas construções derruídas, as ruínas de casas e armazéns da Quinta do Cais, hoje integrada na Quinta da Costa de Baixo. Aquando da construção dessa casa, provavelmente na segunda década do século XX, foi reutilizado na ombreira da porta principal parte de um marco de 1761, trazido para aqui de uma outra quinta situada mais a norte, acima do ribeiro do Seixo. Em 2006, após o desmoronamento do referido portal, esse marco foi removida para o pátio da casa da Quinta da Costa de Baixo¹.

Subindo a encosta em direcção à casa principal da quinta, surge-nos outro velho armazém, provavelmente do século XVIII. E outro, ainda mais antigo, encontra-se junto à estrada que dá acesso à quinta. Numa vinha próxima, ergue-se um marco granítico de demarcação pombalina de 1758. Umhas dezenas de metros a poente, o antigo portão de entrada da Quinta da Costa de Baixo exibe a data de 1836. A sul do pátio de entrada, localiza-se o grande armazém da quinta, com a data de 1840, evocando a época áurea da expansão vinhateira da quinta. Para norte, estende-se a casa de habitação, de dois pisos, já em grande parte reabilitada para corresponder aos novos projectos de enoturismo, nomeadamente com uma sala de visitas para degustação de vinhos. A poente, deparamos com uma extensa eira com grandes lajes de xisto e guardas de granito, testemunhando os tempos de crise vitícola de finais do século XIX, em que grande parte da propriedade terá sido votada à produção cerealífera.

¹ FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da — *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Vol. 3. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1951, p. 163; FAUVRELLE, Natália (coord.) — *Marcos da Demarcação*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro, 2007, p. 118. Actualmente, este marco encontra-se no Museu do Douro, em Peso da Régua, tendo sido cedido por empréstimo para uma exposição.



4. Ruínas na Quinta do Cais. Fotografia de José Afonso Bulas Cruz. Col. Bulas.

5. Marco pombalino encontrado na Quinta do Cais. Fotografia de José Afonso Bulas Cruz. Col. Bulas.

As quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira, que hoje integram uma única exploração, na posse da empresa Bulas Family Estates, são o resultado de um longo processo histórico de investimento na vitivinicultura. Integradas na «paisagem cultural evolutiva e viva» do Alto Douro Vinhateiro, que a Unesco classificou, em 2001, como Património Mundial, estas quintas têm vindo a ser, gradualmente, recuperadas e modernizadas, para garantir a sustentabilidade económica da sua exploração e, ao mesmo tempo, salvaguardar os valores patrimoniais e o equilíbrio ambiental do lugar.

O estudo da história destas quintas coloca algumas dificuldades insuperáveis. O facto de se tratar de uma exploração vitícola resultante do emparcelamento de várias quintas e terras vizinhas, que passaram por diversos proprietários, traduziu-se na dispersão, desaparecimento ou destruição de diversos acervos documentais familiares. Apesar disso, foi possível reunir documentação significativa em arquivos públicos, em particular no Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, actualmente depositado no Museu do Douro, que guarda numerosos documentos relacionados com a Quinta da Foz Ceira, desde o início do século XIX a meados do século XX, período em que essa quinta, propriedade do fidalgo Gonçalo Cristóvão e dos seus descendentes, foi administrada por aquela Companhia. Também nesse arquivo foi possível recolher informações sobre as produções de vinhos das quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira, nos *Livros de Arrolamentos de Vinhos da Companhia*, desde a década de 1770 a meados do século XIX. E o Arquivo do Instituto do Vinho do Porto, igualmente depositado no Museu do Douro, forneceu alguma documentação para as últimas décadas do século XX. Devo expressar aqui o meu agradecimento público pelas facilidades concedidas pelos responsáveis desse Museu para a consulta e digitalização de muitos desses documentos. Outros arquivos, em especial o Arquivo Distrital de Vila Real, com importantes fundos digitalizados e disponíveis *on-line*, mas também o Arquivo do Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro e o Arquivo da Conservatória do Registo Predial de Vila Real, ajudaram a reunir informação, que, juntamente com a que foi cedida pela família Bulas Cruz, permitiu compreender alguns dos principais momentos da história das quintas da Foz Ceira e da Costa de Baixo. Na tarefa de reunir essa documentação, pude contar com a ajuda do Pedro Abrunhosa Pereira, que me forneceu também outras informações preciosas, resultantes de levantamentos de terreno,

realizados durante várias semanas em que calcorreou as quintas da família Bulas Cruz.

Página seguinte - 6. *Paisagem dos vales dos rios Ceira e Douro a partir da Quinta da Costa de Baixo.*
Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.





2. As origens

2.1. Os senhores da terra

A história de muitas quintas durienses, onde se desenvolveu a arte de fazer vinhos finos, é antiquíssima. Na freguesia de Gouvinhas, essa vocação vinícola remonta à época romana, como revelam diversos vestígios arqueológicos. Na vizinha Quinta do Crasto, foi descoberta, recentemente, a estrutura de um lagar desse tempo, a par de uma moeda do imperador Constantino II (337-340) e imensos fragmentos de cerâmica da mesma época, em especial de *dolia* (talhas para armazenamento de vinho)². Poucos quilómetros a Noroeste, no limite das freguesias de Canelas e Poiares, a *villa* fortificada que domina o sítio da Fonte do Milho, classificada como monumento nacional, evidencia essa presença romana neste território há quase dois milénios, entre o século I e o século V, e o seu envolvimento na produção vitivinícola, como demonstram os vestígios de uma *cella vinaria*, de um lagar e de abundantes fragmentos de *dolia*³.

Após o final do Império romano, o vale do Douro, como todos os territórios das anteriores províncias da Galécia e da Lusitânia, foi ocupado por suevos e visigodos, entretanto cristianizados. E, no século VIII, sofreria a invasão de algaras mouriscas, tornando-se palco, durante quase três séculos, de guerras entre cristãos e muçulmanos. Nesses tempos conturbados, em que se estruturou a sociedade feudal, o domínio sobre a terra e os camponeses passou a ser exercido por uma elite guerreira, através da presúria ou de doações e herdamentos. Tal como em outras zonas do Douro e do país, no momento em que Portugal se formava como reino independente, no século XII, a posse senhorial da terra, símbolo de poder e de prestígio social, repartia-se entre a nobreza e

7. Mortórios de antigas vinhas, cobertos por vegetação espontânea. Fotografia de Filipa Soares. Col. Bulas.

o clero. Em Gouvinhas, a documentação dessa época, como o *Foral* de 1256, do reinado de D. Afonso III⁴, ou as *Inquirições* de 1288, ordenadas por D. Dinis⁵, aponta para uma forte presença de fidalgos herdutores e, como acontecia por toda a zona do Douro, para a actividade vitícola, como se deduz pela frequência dos foros e outros tributos pagos em vinho. No entanto, com maior ou menor evidência, os documentos das épocas medieval e moderna apontam também para uma agricultura de subsistência, incluindo terras de pão, soutos, olivais e outras culturas, a par da criação de gado e da caça.

Desde o final da Idade Média, entre os séculos XIV e XVI, parece ter-se desenvolvido em diversas zonas do Douro a produção de vinhos para abastecer o mercado portuense e, a partir daí, outros mercados mais distantes. Nos séculos seguintes, ao longo da Época Moderna, cresceu o envolvimento duriense na vitivinicultura, a par da exploração de outros produtos com vocação mercantil, como o sumagre.

Na viragem do século XVII para o século XVIII, numa época em que se desenvolveu a exportação de vinhos generosos do Douro para Inglaterra, aparecem-nos já referências documentais explícitas às quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira como unidades de exploração vitivinícola.

Em Abril de 1698, a Quinta da Foz Ceira estava na posse de diversos herdeiros de uma família fidalga de Vila Real. O documento analisado refere-se a D. Isabel de Bessa⁶, casada em segundas núpcias com Serafim de Sousa Pinto, residentes na sua Quinta

4 HERCULANO, Alexandre (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines*, I. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1866, p. 666.

5 SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica. Nova série. Vol. IV/2: Inquisitiones: Inquirições gerais de D. Diniz de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1290*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2015, p. 176-177.

6 Nascida em Favaios, no seio de uma família abastada (filha de Pedro de Bessa de Barros da Mesquita, morgado do Espírito Santo, fidalgo da Casa Real e capitão-mor da vila de Favaios, e de Inês de Barros e Bessa), D. Isabel de Bessa casou, em 1690, por procuração, com o fidalgo João Teixeira de Miranda, filho de Jorge Teixeira de Miranda, já falecido, morador na sua Quinta de Arroios, em Vila Real (Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 5.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1687-1690. Procuração de João Teixeira de Miranda a Paio de Barros, 18.05.1690, fl. 83v-84). O marido poucos meses terá sobrevivido ao casamento, sendo já falecido quando nasceu o filho do casal, João, em 11.04.1691 (Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Arroios — *Livro de registo de baptismos*, 1671-1705, fl. 29). A viúva, D. Isabel, continuou a viver na Quinta do Paço, em Arroios. A sua situação não seria desafogada, devido às muitas dívidas deixadas pelo marido, provavelmente devido à construção ou obras realizadas no solar do Paço. Mas o seu pai apoiará o seu casamento, em segundas núpcias, com Serafim de Sousa Pinto, de uma família de notáveis de Vila Real (filho de Serafim de Sousa Pinto e de Dona Maria Botelha), dotando-a com 600\$000 réis (Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 8.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1694-1695. Dote de Pedro de Bessa de Barros, da vila de Favaios, a sua filha D. Isabel,



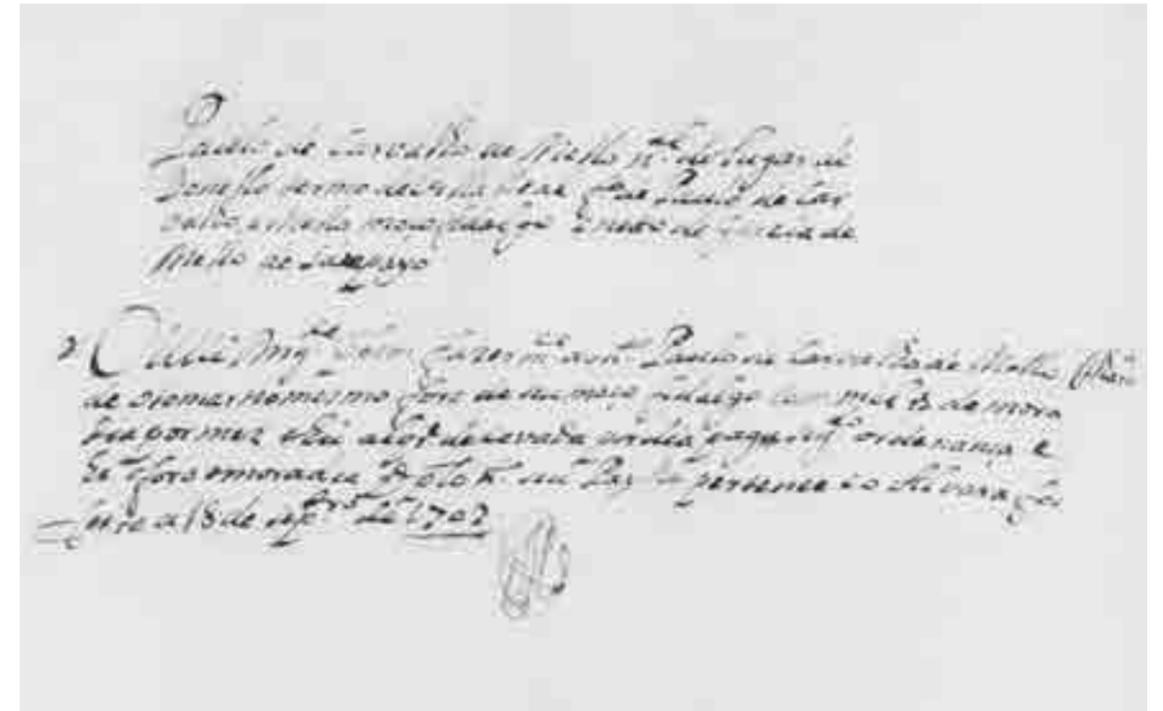
8. Primeira página da escritura de venda da Quinta da Foz Ceira, em 10.04.1698. Arquivo Distrital de Vila Real. Livro de notas do 5.º Cartório Notarial de Vila Real, 1696-1698, fl. 146v.

do Paço, em Arroios, e às irmãs do seu primeiro marido (João Teixeira de Miranda), Joana Teixeira de Miranda, solteira, também aí residente, Sofia Teixeira de Miranda, já viúva do licenciado António Leite de Aguiar, moradora em Vila Real, Guiomar Borges de Miranda, casada com Jerónimo de Barros de Bessa, de Favaios, e Marta Botelho de Miranda, casada com Baltasar Barroso, de Vila Pouca de Aguiar. Essa divisão por um número significativo de proprietários, cujas trajectórias de vida os fizera dispersar por outras terras, onde possuíam muitos bens de raiz, a par das dificuldades de granjeio da Foz Ceira e demais propriedades em Gouvinhas, teria aconselhado a venda da quinta, numa época em que a grande procura e valorização dos vinhos generosos do Douro pelo mercado britânico fazia aumentar o preço das boas quintas produtoras na região de origem, havendo muita gente interessada na sua compra, com o intuito de se envolver no negócio do vinho.

Não sabemos desde quando a família Teixeira de Miranda possuía a Quinta da Foz Ceira (e outras casas e terras em Gouvinhas⁷) nem o momento em que terá começado a investir na produção de vinho, mas, nessa altura, a descrição da propriedade revela-nos que a Foz Ceira dispunha já das estruturas de uma quinta vinhateira, com «uma vinha com seu lagar, dorna, casas de adegas, tonéis, com suas oliveiras que estão no meio das vinhas, com seus montes ao redor das ditas vinhas». Tal como hoje limitada a Sul e a Poente pelos rios Douro e Ceira, a quinta possuía ainda um «nasceiro» num desses rios, o que valorizava a propriedade, por ser garantia de pesca abundante.

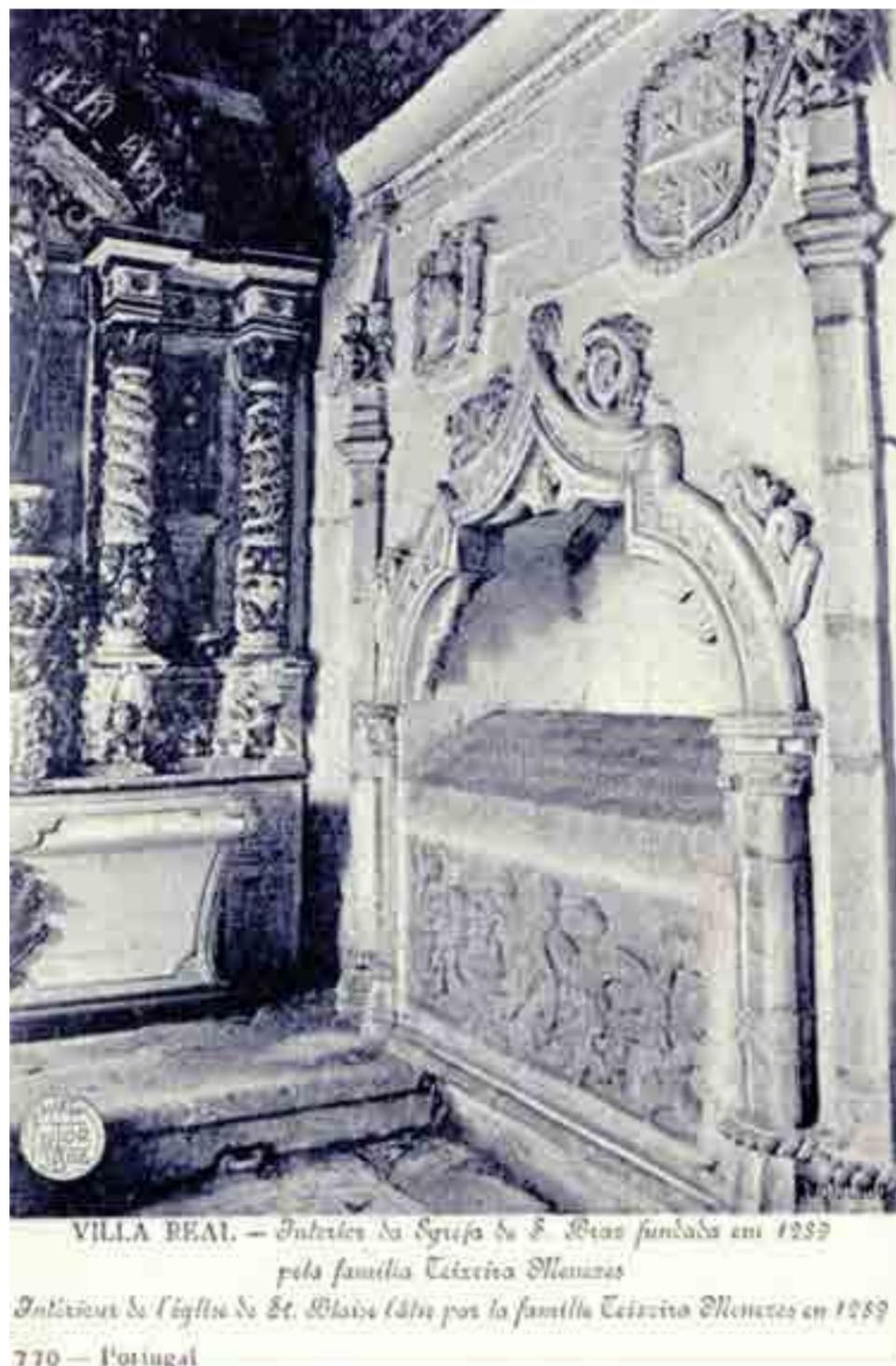
Pela escritura de venda que temos vindo a analisar, a quinta foi vendida a um tal

30.04.1694, fl. 12-13). Menos de quinze dias depois, Jerónimo de Barros e Bessa, também capitão-mor de Favaios, e casado com Guiomar Borges de Miranda (provavelmente irmã do primeiro marido de D. Isabel), tomou para si a responsabilidade do dote a sua irmã (Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 2.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1693-1695. Obrigação e expromissão de Jerónimo de Barros e Bessa, da vila de Favaios, a Serafim de Sousa Pinto, de Vila Real, 11.05.1694, fl. 51v-52). Entre 1695 e 1703, o casal teve seis filhos (Manuel, Luís, António, Miguel, Isabel e Serafim). Não sabemos o que terá motivado o casal a sair da casa do Paço, em data incerta, entre o nascimento dos dois últimos filhos, fixando residência na freguesia de S. Pedro, no centro de Vila Real (Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Arroios — *Livro de registo de baptismos*, 1671-1705; S. Pedro — *Livro de registo de baptismos*, 1698-1709). Serafim de Sousa Pinto terá falecido pouco depois do nascimento do seu filho homónimo (02.04.1703), pois, dois meses e meio depois, D. Isabel aparece-nos, num outro acto notarial, como viúva, arrendando, por cinco anos, em seu nome e dos filhos, casas, terras e olivais, em Gouvinhas, ao Padre Domingos Botelho de Mendonça, vigário dessa paróquia, por 33\$000 réis/ano (Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 5.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1703-1704. Escritura de arrendamento, 15.06.1703, fl. 15-15v). Isabel de Bessa faleceu em Vila Real em 18.12.1708. No seu testamento, deixou ao irmão Jerónimo de Barros e Bessa, de Favaios, a responsabilidade pela tutoria dos seus filhos menores (Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. S. Pedro — *Livro de registo de testamentos*, 1707-1716, fl. 12v-14).



9. Registo de alvará de moço fidalgo da Casa Real de Paulo de Carvalho e Melo, da Casa de Donelo, 18.09.1702. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 15, fl. 45v

10. Casa de Donelo, dos descendentes de Paulo de Carvalho e Melo, senhores da Quinta da Costa de Baixo durante mais de dois séculos. Fotografia de Pedro Silva. Col. Bulas.



11. Túmulo de João Teixeira de Macedo, do século XV, na capela de S. Brás, em Vila Real. No início do século XVIII, o morgadio de S. Brás pertencia a Bernardo José Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita, que se tornou também senhor da Quinta da Foz Ceira. Postal ilustrado, 1904. Col. Elísio Amaral Neves.

Domingos Correia, solteiro, ferreiro da vila de Canelas, por 450\$000 réis⁸. Por esses anos, esse ferreiro de Canelas investiu na compra de muitas outras propriedades, sobretudo na sua zona de residência, o que permite inferir da sua ascensão social, tornando-se um lavrador abastado⁹. No entanto, não manteve a posse da Quinta da Foz Ceira por muito tempo. Desconhecemos quando e por que razão a vendeu, mas, poucos anos depois, a quinta pertencia a um influente homem de negócios de Vila Real, irmão de várias confrarias e da Misericórdia, Domingos Pereira Corgo, meirinho do Contrato do Tabaco, que, em Novembro de 1707, ao arrendar o contrato dos tabacos da comarca de Chaves por três anos, juntamente com o seu sócio José Moreira Pinto, deu por garantia, além de outras propriedades em Alvações do Corgo e em Vila Real, a sua Quinta da Foz Ceira, «que consta de vinhas, olivais, terras de pão, casas sobradadas e telhadas, com sua adega, louças e lagar, que parte de uma banda com o dito Rio Douro e da outra com o Rio Ceira, que bem vale tudo de compra para sempre dois mil cruzados»¹⁰, ou seja, 960\$000 réis¹¹, o que significa que, em menos de uma década, o valor da quinta mais do que duplicou.

Talvez motivados pela crescente procura e pelo aumento do preço dos vinhos, no início do século XVIII, Domingos Pereira Corgo e sua mulher, Luzia Martins de Carvalho, investiram na Quinta da Foz Ceira. Construíram uma nova adega e compraram direitos de utilização de água às suas vizinhas, proprietárias de vinhas na Costa (onde hoje se situa a Quinta da Costa de Baixo), Luísa de Sousa, viúva de Francisco Botelho Correia, e suas filhas Clara Maria Botelho, solteira, e D. Maria de Vasconcelos, esta já viúva de Paulo de Carvalho e Melo, moradoras na sua quinta em Donelo. Vale a pena analisar essa escritura de compra, efectuada em Outubro de 1710, que incluiu, além de «um lodeiro com cinco oliveiras, com seu terrado», confinante com a Foz Ceira, a «servidão de uma levada de água pelo fundo da vinha da Costa». Como aí se contratava, a água «que o comprador há-de tirar do fundo da sua vinha [das vendedoras] que têm

8 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 5.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1696-1698. Escritura de 10.04.1698, fl. 146v-149.

9 Veja-se, por exemplo, Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 1.º Cartório Notarial de Canelas — *Livros de notas*, 1699-1701, 1701, 1702-1703. Diversas escrituras.

10 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 3.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1706-1709. Escritura de 06.11.1707, fl. 72v-74v.

11 Nessa altura, o cruzado equivalia a 480 réis.

no sítio da Costa, aonde mais conveniente for ao comprador para poder cursar água à sua casa da adega que o comprador fez na sua Quinta de Foz Ceira, de sorte que a levada da dita água há-de ir pelo fundo da vinha e terras de monte delas vendedoras». E, mais adiante, as senhoras de Donelo autorizavam Domingos Pereira Corgo a construir «uma levada com sua calçada para poder levar a dita água com sua serventia por cima da parede da levada por donde se vá encaminhar e guiar a dita água de sorte que lhe não façam prejuízo à sua fazenda, com declaração que elas vendedoras tirarão toda a água que lhe for necessária para regarem todo o fruto que tiverem da parte de baixo da dita levada ou terra a qual lhe não poderão impedir os compradores e depois de regar não usarão mais da dita água elas vendedoras e no caso que haja poça onde se faz açuda ficará para elas vendedoras a mandar caçar sem que se abra a levada e todas as vezes que a eles compradores lhe faltar a água na sua quinta assim para regar como para limar a poderão vir guiar e buscar nem tão-pouco elas vendedoras lhe poderão impedir o vi-la buscar e guiar e ficando-lhe a elas vendedoras a faculdade de regar com a dita água na forma acima declarada e saindo água fora bastante para regar e limar o dito comprador a sua quinta não entrarão na quinta delas vendedoras»¹². A quinta das vendedoras, acima da Quinta da Foz Ceira, era, certamente, a Quinta da Costa de Baixo, embora ainda sem essa denominação, pertencendo à mesma família de Donelo pelo menos desde finais do século XVII¹³.

Em 1711, certamente devido aos investimentos realizados por Domingos Pereira Corgo, a Quinta da Foz Ceira era avaliada em quatro mil cruzados¹⁴, o dobro do preço que lhe fora atribuído quatro anos antes. Porém, as vicissitudes familiares e a rede de negócios de Domingos Pereira Corgo terão levado, alguns anos depois, à passagem da posse da Quinta da Foz Ceira para o poderoso Bernardo José Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita (1684-1738), de Vila Real, jovem fidalgo da Casa Real, senhor de Sergude e da Teixeira, morgado de Abaças e de S. Brás, casado com D. Mariana Fran-

cisca Pereira da Silva, herdeira da Casa do Bonjardim, do Porto. Não sabemos quando ocorreu a venda da Foz Ceira ao fidalgo da Teixeira, mas supomos que possa ter sido pouco antes da morte de Domingos Pereira Corgo, em 1715, pois este deixara anotadas no seu testamento diversas dívidas, entre as quais 16 moedas de ouro que lhe devia Bernardo José Teixeira. É possível que tal dívida se relacionasse com parte do valor da quinta que ainda não tivesse sido paga pelo fidalgo. De resto, as notas que deixara no seu testamento indiciam relações próximas entre Domingos Pereira Corgo e a família Teixeira Coelho, já que o testador pediu para serem entregues a Francisco José, sobrinho do senhor da Teixeira, os «róis, com suas capas de pergaminho», onde apontara outras dívidas¹⁵.

Os novos proprietários da Quinta da Foz Ceira, Bernardo José Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita e D. Mariana Francisca Pereira da Silva, faleceram, respectivamente, em 1738 e 1739¹⁶, passando a quinta e muitas outras propriedades para o seu filho varão, Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita, então com vinte e poucos anos. Alguns anos mais tarde, em 1751, altura em que residia em Lisboa, Gonçalo Cristóvão aparece-nos numa «escritura de licença perpétua e permutação», assinada, através de um seu procurador, com a Congregação do Oratório de S. Filipe de Nery da cidade do Porto e com outros proprietários de quintas das redondezas, entre os quais João Antunes Guimarães, do Porto, João Correia Botelho e João Teixeira de Macedo, de Vila Real, para a construção e servidão de uma estrada desde a Quinta da Siderma, dos padres do Oratório, até ao cais no rio Douro, junto à Quinta da Foz Ceira, incluindo a construção de uma ponte de traves de madeira lajeada de pedra sobre o Rio Ceira, para facilitar o transporte e o embarque dos vinhos dessas quintas¹⁷. Como se deduz das *Memórias Paroquiais* de 1758, o cais da Foz Ceira seria mesmo o único existente em toda a freguesia, o que aumentaria a sua importância estratégica, numa zona

15 Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. S. Pedro de Vila Real — *Livro de registo de óbitos*, 1707-1716, fl. 111v-112.

16 Bernardo José Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita, baptizado na paróquia de S. Pedro de Vila Real em 18.09.1684, faleceu na sua casa de Sergude, em Felgueiras, em 20.09.1738, e D. Mariana Francisca Pereira da Silva faleceu, também aí, em 12.10.1739. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. S. Pedro — *Livro de registo de baptismos*, 1672-1698, fl. 58v; Arquivo Distrital do Porto. Paroquiais. Sendim — *Livro de registo de óbitos*, 1712-1744, fl. 167 e 168v.

17 Arquivo Distrital do Porto. Congregação do Oratório de São Filipe Néri, Porto — *Livro das Sentenças*, 1685-1790, fl. 150-165v; Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. S. Pedro — *Livro de registo de óbitos*, 1750-1752. Escritura de 23.11.1751, fl. 84-87v.

12 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 7.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1710-1711. Escritura de 31.10.1710, fl. 72v-74v.

13 Na escritura de venda da Quinta da Foz Ceira, em 1698, indica-se como confrontante a mesma Luísa de Sousa, de Donelo. Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 5.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1696-1698. Escritura de 10.04.1698.

14 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 4.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1706-1709. Escritura de 20.05.1711, fl. 41v-42.



12. Mapa antigo da região do Douro. Col. Torre do Tombo.

13. Barco rabelo, utilizado no transporte de vinho. Fotografia da Casa Alvão. Col. Centro Português de Fotografia.

povoada de quintas vinhateiras e com maus acessos terrestres: «Dentro dos limites desta freguesia não têm suas margens [do Rio Douro] povoação alguma, só se acha um porto ou cais onde embarcam e desembarcam em todo o tempo as coisas necessárias para o uso humano»¹⁸.

A vizinha Quinta da Costa pertencia, desde finais do século XVII, a D. Luísa de Sousa Pereira, filha de Tomé de Araújo e Sousa e Ana Ferreira de Azevedo, da Casa de Donelo, e já viúva de Francisco Botelho Correia¹⁹. Depois de casar, por volta de 1665, Luísa fora viver para Sabrosa com o marido, onde tiveram pelo menos quatro filhos²⁰. Quando nasceu a sua filha mais nova, Clara, em Novembro de 1673, o marido tinha já falecido, não sabemos em que circunstâncias. Com as quatro crianças, Luísa deve ter regressado por essa altura para a casa paterna, a Quinta de Donelo.

Durante várias décadas, até falecer, em 1728, D. Luísa de Sousa Pereira administrou as vastas propriedades da Casa de Donelo, primeiro, com a ajuda das suas filhas Maria de Vasconcelos e Clara Botelho e, mais tarde, também do seu neto Paulo. A filha mais velha, Joana, deve ter falecido ainda jovem e o filho Manuel seguiria a carreira eclesiástica, tendo falecido em Braga, em 1703, com 32 anos²¹. D. Maria de Vasconcelos casou, com 17 anos, em 1685, com Paulo de Carvalho e Melo²², fidalgo das casas nobres de Ribalonga e Espinhosa²³. Mas o casamento durou apenas pouco mais de três anos,

¹⁸ Apud CAPELA, José Viriato (coord.) — *As freguesias do distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: ed. autor, 2006, p. 425.

¹⁹ Filho do doutor Francisco Botelho Correia, de Vila Real, e de sua mulher Maria de Vasconcelos. Arquivo Distrital de Braga — *Inquirições de Genere*. Inquirição de genere de Manuel Botelho Correia, para tomar ordens, 13.07.1696. Agradeço esta informação e outras relacionadas com a genealogia das famílias Carvalho e Melo / Sampaio e Melo ao Dr. Manuel Sampaio Graça.

²⁰ Joana, n. 28.01.1667, Maria, n. 27.10.1768, Manuel, b. 14.03.1671, e Clara, n. 11.11.1673. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Sabrosa — *Livro de registo de baptismos, 1629-1685*, fl. 58, 60, 64v-65 e 73v.

²¹ Faleceu em 17.05.1703. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Covas do Douro — *Livro de registo de óbitos, 1682-1713*, fl. 30v.

²² O casamento realizou-se na capela de Santa Maria Madalena, em Donelo, em 20.12.1685. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Covas do Douro — *Livro de registo de casamentos, 1684-1714*, fl. 1.

²³ Paulo de Carvalho e Melo era filho de Garcia de Melo e Sampaio (este falecido em 1680, moço fidalgo da Casa Real, por alvará de 05.02.1671, 4.º senhor de Ribalonga, 3.º administrador dos morgados de Nossa Senhora da Graça de Ansiães, Juiz dos Órfãos de Castanheiro do Sul e Valença, em sucessão de seu sogro, por carta de 05.07.1651, capitão de Castanheiro do Sul, por carta de 29.07.1650, irmão da Misericórdia de S. João da Pesqueira, em 1650), e sua mulher (casou c. 1646) D. Francisca Pinto de Carvalho, baptizada em S. João da Pesqueira, em 09.08.1621, senhora da Casa da Espinhosa. Paulo de Carvalho e Melo era moço fidalgo da Casa Real (em sucessão de seu pai e avô, por alvará de 13.11.1666) e chegara a iniciar estudos na Universidade de Coimbra, onde se matriculara em *Instituta* em Outubro de 1683. Agradeço estas informações ao Dr. Manuel Sampaio Graça.

já que Paulo morreu de um acidente em Janeiro de 1689, deixando a viúva, D. Maria de Vasconcelos, então com 20 anos, com a filha Luísa de 16 meses e grávida de outro filho, que viria a nascer quase sete meses depois da morte do pai²⁴. A filha Luísa Maria de Melo e Sampaio viria a casar, em Donelo, em 1714, com o morgado do Seixo, de Sernancelhe, Jorge de Figueiredo e Sousa, filho de Manuel de Figueiredo e Sousa e D. Maria Antónia de Carvalho, naturais da cidade de Almeida e senhores da Casa do Seixo, de Sernancelhe²⁵. O irmão de Luísa, Paulo de Carvalho e Melo manteve-se solteiro, mas, como veremos, teve dois filhos, que viria a legitimar. Continuando a viver na casa materna, o moço fidalgo da Casa Real²⁶ herdaria a Casa de Donelo, bem como a Quinta da Costa, após o falecimento de sua mãe, em 1724, e de sua avó, em 1728²⁷. Acrescentaria ainda mais o seu património, com a herança de sua tia, D. Clara Botelho, que faleceu solteira em 1734²⁸.

2.2. No tempo da demarcação dos «vinhos finos»

Em meados do século XVIII, com a crise comercial que afectou as exportações dos vinhos generosos do Douro para Inglaterra, baixaram muito os preços pagos aos lavradores por esses vinhos. Os grandes proprietários da região moveram influências junto da Corte e do poderoso Sebastião José de Carvalho e Melo, Secretário de Estado do Rei José. Tratava-se, afinal, do principal produto de exportação do Reino, cuja desvalorização tinha forte impacto na economia nacional. Daí que, num regime de despotismo esclarecido, o poder central tivesse interesse em acautelar a produção e o negócio des-

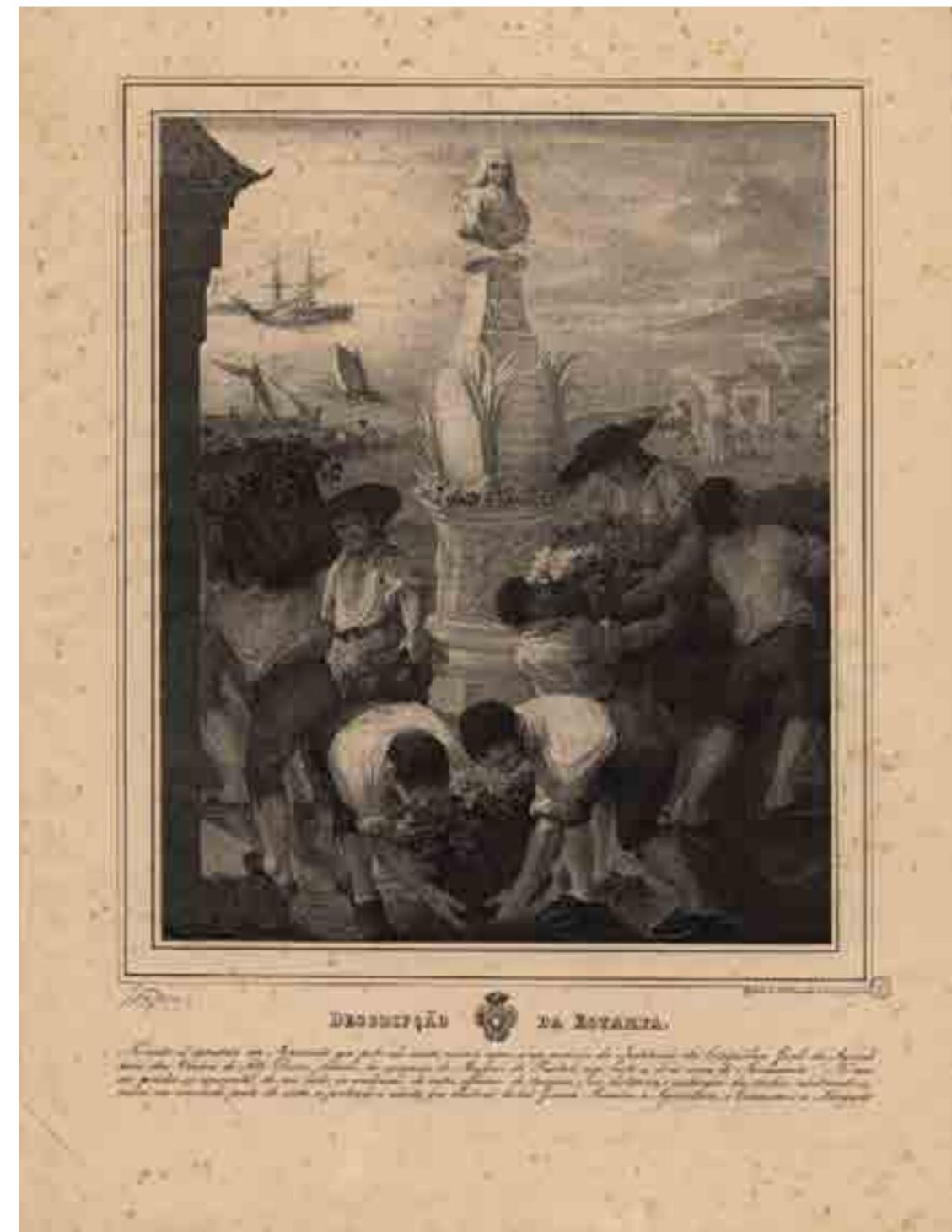
24 Paulo de Carvalho e Melo faleceu em Donelo, em 01.01.1689. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Covas do Douro — *Livro de registo de óbitos*, 1682-1713, fl. 105. Luísa nasceu em Donelo, em 02.09.1687; Paulo nasceu em Donelo, em 24.07.1689. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Covas do Douro — *Livro de registo de baptismos*, 1681-1709, fl. 49 e 53v.

25 O casamento foi celebrado na capela de Donelo, em 25.07.1714. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Covas do Douro — *Livro de registo de casamentos*, 1684-1714, fl. 27-27v.

26 O alvará de «moço fidalgo» foi-lhe concedido em 18.09.1702, tinha ele 13 anos. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registo Geral de Mercês — *Mercês de D. Pedro II*, Livro 15, fl. 45v.

27 A mãe, D. Maria de Vasconcelos, faleceu em 01.10.1724, em Donelo; a avó, D. Luísa de Sousa Pereira, faleceu, também aí, em 15.04.1728. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Covas do Douro — *Livro de registo de óbitos*, 1713-1739, fl. 31v e 35v.

28 D. Clara Botelho faleceu solteira, em 19.01.1734, em Donelo. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Covas do Douro — *Livro de registo de óbitos*, 1713-1739, fl. 39v.



14. Estampa alegórica evocativa da Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro por Sebastião José de Carvalho e Melo. Gravura de Maurício José do Carmo Sendim. Lisboa: Imprensa Nacional, 1838. Col. Biblioteca Nacional.



15. Marco da demarcação pombalina de 1758, na Quinta da Costa de Baixo. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.

16. Pormenor do marco da demarcação pombalina de 1758, na Quinta da Costa de Baixo. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.





17. Portal da Quinta do Cais, em cuja construção tinha sido reutilizado esse marco. Fotografia de José Afonso Bulas Cruz. Col. Bulas.

18. Parte do marco da adição à demarcação de 1761. Fotografia de José Afonso Bulas Cruz. Col. Bulas.

ses vinhos, a par da protecção das elites envolvidas. O modelo encontrado, a pretexto da defesa da genuinidade do produto, contra fraudes e falsificações, e da valorização do respectivo preço, através do equilíbrio entre a oferta e a procura, foi o de uma companhia com poderes majestáticos, capaz de regular e controlar a produção, o transporte e o comércio dos «vinhos de feitoria», como então se designavam os melhores vinhos da região, que tinham como mercado quase exclusivo a Grã-Bretanha. Instituída por alvará régio de D. José, em 10 de Setembro de 1756, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro ficou, desde logo, incumbida de proceder à demarcação da zona produtora de vinhos finos, que se tornou a mais antiga região vinhateira demarcada e regulamentada do mundo. O senhor da Quinta da Foz Ceira, Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita, foi um dos accionistas do Fundo Inicial da Companhia, tendo adquirido 10 acções por 4.000\$0000 réis, que pagou em 15 de Dezembro de 1756²⁹.

As quintas da Foz Ceira, de Gonçalo Cristóvão, e da Costa de Baixo, de Paulo de Carvalho e Melo, foram incluídas na primeira demarcação de vinhos generosos, realizadas no terreno em 1758, com a adição de mais algumas propriedades em 1761, como testemunham os marcos graníticos que ainda aí se conservam. No sítio da Costa, a demarcação de 1758, partindo do Rio Douro, começou a fazer-se, precisamente, no limite das duas quintas vizinhas, o que justificou que o primeiro marco colocado nessa zona fosse pago pelos seus proprietários. Leia-se o *Tombo das Demarcações*: «Sítio da Costa / Principia a demarcação deste terreno no mesmo Rio Douro para a parte do Norte dele, e na Foz do Rio Ceira, aonde para a parte do Nascente do dito Ceira se pôs um marco à custa de Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho, de Vila Real, e de Paulo de Carvalho, de Donelo. [deve ser este marco o que ainda hoje se conserva na quinta com a inscrição «FEITORIA/MELO»] / E deste marco corre a demarcação pelo rio Ceira acima até chegar ao ribeiro das Agualeiras, aonde se meteu outro marco para a parte do Nascente do dito rio Ceira em vinha do Padre António José de Macedo. [...] ficando neste círculo compreendidas cinco quintas, que são a de Gonçalo Cristóvão, de Vila Real = a de Paulo de Carvalho, de Donelo = a de Francisco José Taveira, de Vila Real =

29 SOUSA, Fernando de (coord.) — *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2006, p. 64; Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos de Gonçalo Cristóvão*.

a do Padre André Álvares, Vigário de Roios = e a do Padre António José de Macedo, de S. Martinho de Anta»³⁰.

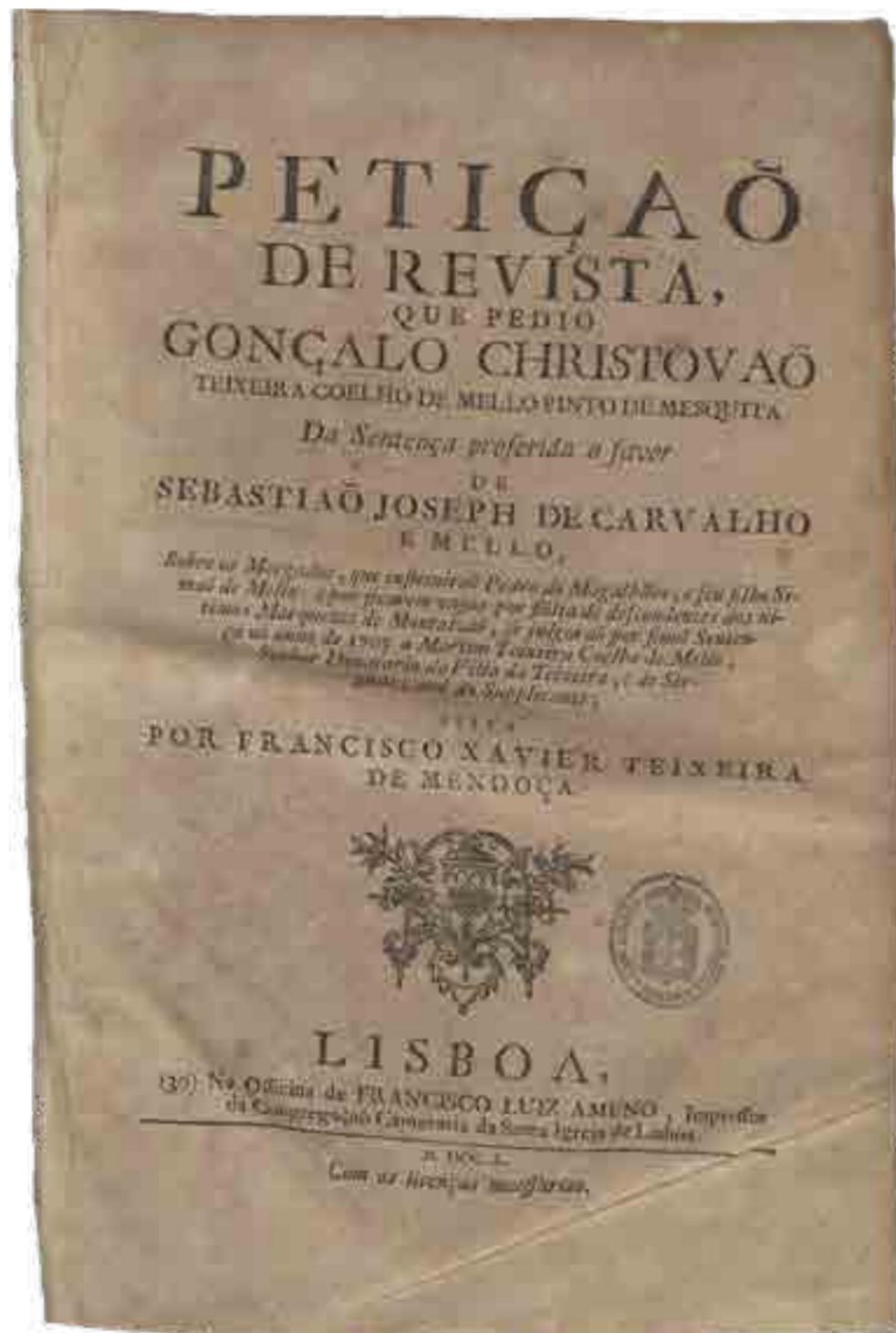
Nessa época, os vinhos finos de Gouvinhas, brancos e tintos, eram reputados entre os melhores do Douro, sendo muito procurados pelos exportadores ingleses, que os pagavam por preços elevados. Nas *Memórias Paroquiais* desse ano de 1758, o pároco de Gouvinhas destacava: «A maior abundância de frutos, que nesta freguesia se colhem é de vinho muito fino, e de grande pulso e seguro, branco e tinto, que os ingleses costumam comprar e outros negociantes transportar para Inglaterra, Brasil e outros climas, pelos preços que as ocasiões permitem. E já houve anos em que o mais fino se vendeu nesta freguesia, a pipa, a cinquenta mil réis. Já um Inglês, que deste vinho transportado a Inglaterra, passados três anos em frasco [garrafa] o tornou por amostra pôr nesta terra sem corrupção»³¹.

Entretanto, a preferência inglesa por vinhos retintos, fortes e encorpados fizera evoluir, nas décadas anteriores, quer o processo de vinificação, com a adição de aguardente durante a fermentação do mosto, quer a cultura da vinha, introduzindo novas castas e estimulando a enxertia e substituição de castas brancas por tintas. Gouvinhas era célebre pelos seus excelentes vinhos brancos, como se pode ler nas *Memórias* de 1721, a par de outras informações interessantes: «Nesta freguesia se produz subtilíssimo vinho branco, muito azeite, mel bastante, pouco pão, muitas frutas temporãs, queijos como de Montemor, porcos monteses, coelhos e perdizes em quantidade; todo o fruto que a terra produz é muito subtil, e o mais selecto; é muito cálida de Verão, e os naturais secos e tostados e pobres pelos de fora possuem naquela freguesia muitas propriedades»³². O gosto britânico por vinhos retintos, que a legislação da Companhia acabou por consagrar, através da desvalorização dos preços dos vinhos brancos e outras medidas, iria traduzir-se na reconversão vitícola, através da enxertia de castas tintas, de tal forma que, em finais do século XVIII, a produção de vinhos brancos generosos era já

30 FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da — *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Vol. 2. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1950, p. 96-98; veja-se, também, FAUVRELLE, Natália (coord.) — *Marcos da Demarcação*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro, 2007, p. 117.

31 Apud CAPELA, José Viriato (coord.) — *As freguesias do distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758*, p. 424.

32 SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Silva — *Memórias de Vila Real*. Vol. 2. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real/Câmara Municipal de Vila Real, 1987, p. 413.



19. Frontispício da Petição de revista, que pediu Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto de Mesquita da sentença proferida a favor de Sebastião José de Carvalho e Melo... feita por Francisco Xavier Teixeira de Mendonça, 1750.

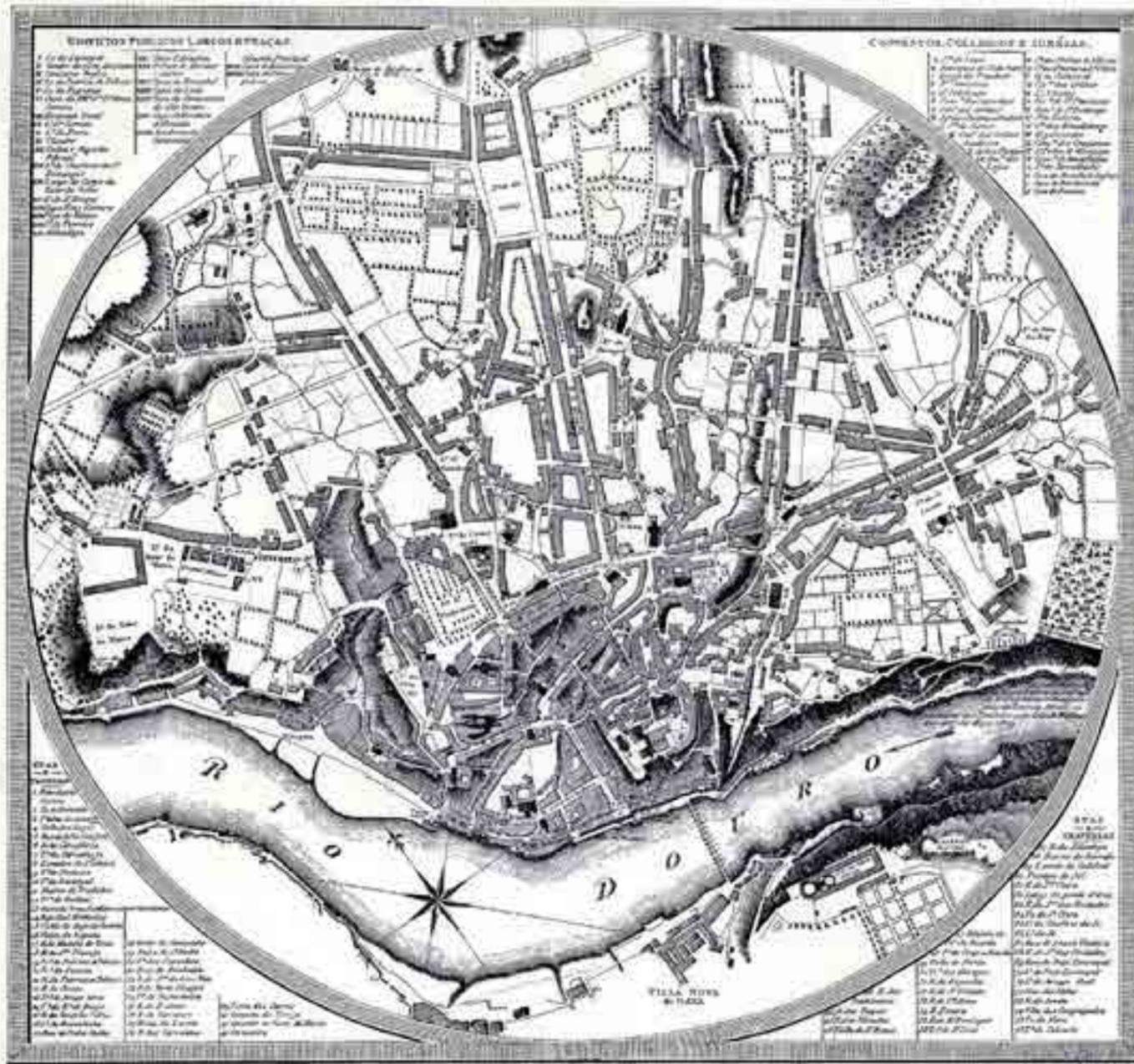
bastante diminuta face à de tintos.

2.3. A prisão de Gonçalo Cristóvão e a decadência da Foz Ceira

A Quinta da Foz Ceira pouca atenção deveria merecer a Gonçalo Cristóvão. Fidalgo da Casa Real, senhor donatário da vila da Teixeira e de Sergude, morgado de S. Brás, de Aباças, do Espírito Santo (Quinta de Prados), em Vila Real, e Montalvão, comendador de Tolões e Vieira, com solares, quintas e muitas outras propriedades espalhadas por todo o Norte³³, entre as quais a casa e quinta do Bonjardim, no Porto, vivia, como outros membros da nobreza, das rendas da terra, gastas no trato imposto pelo estatuto social, em cavalos, coches, criadagem e outros luxos. Em meados do século XVIII, Gonçalo Cristóvão residia, normalmente, no seu palácio do Bonjardim, no Porto, mas passava largas temporadas em Lisboa, frequentando a Corte e privando com gente da alta nobreza. Nesse tempo, a Quinta da Foz Ceira andaria, provavelmente, arrendada e a produção vitivinícola seria bastante reduzida face a outras culturas de subsistência, nomeadamente cereais. Nos *Arrolamentos de Vinhos de Embarque*, feitos pelos provadores da Companhia a partir de 1770, a adega da Foz Ceira nem sequer aparece mencionada nesse primeiro ano. E, em 1771 e 1772, registam-se apenas 1 pipa e 6 pipas, respectivamente, em nome do Abade Manuel Ramos Vieira, certamente arrendatário da quinta³⁴. Depois, entre 1773 e 1791, deixam de aparecer nesses livros, que registavam ano a ano todos os vinhos existentes nas adegas da região demarcada, quaisquer referências à adega da Quinta da Foz Ceira. O estado de abandono da propriedade refletiu-se, certamente, na degradação das suas vinhas, da oficina vinária e do vasilhame. Não sabemos se terão sido mesmo abandonados os granjeios da vinha ou se se vendiam a lavradores vizinhos as uvas «ao cesto» ou o pouco vinho produzido «à bica do lagar», como era prática corrente entre os pequenos produtores. Inclina-mo-nos para esta última hipótese, já que, depois da morte de Gonçalo Cristóvão, a viúva, D. Francisca de Noronha Manuel de Portugal, passou a manifestar o vinho em alguns anos entre 1792

³³ AZEVEDO, Correia de — *Brasões e casas brasonadas do Douro*. Lamego: Gráfica de Lamego, 1974, p. 53-54.

³⁴ Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Livros de Arrolamentos de Vinhos de Embarque, 1771-1772*. O Padre Manuel Ramos Vieira era, por essa altura, abade da Sé do Porto. Como se refere num documento de 1819, que citaremos adiante, esse abade teria mandado construir dois pequenos lagares (de 3 e 4 pipas).



e 1799. Fê-lo apenas em quatro desses anos, mas a média anual de 8,75 pipas indicia algum investimento na produção vitícola. Entre 1800 e 1830, deixam, novamente, de aparecer registos da produção vinícola da quinta. No entanto, como veremos adiante, se, por esta altura, todas as referências apontam para a completa degradação das vinhas e construções, os investimentos realizados desde 1820, com a plantação de algumas dezenas de milheiros de cepas, teriam feito aumentas, teria feito aumentar, significativamente, a produção, pelo menos a partir de meados dessa década. A omissão dessas produções poderá explicar-se pelo transporte do vinho produzido na Foz Ceira para outras quintas da família, nomeadamente a Quinta de Celeirós ou a Quinta da Azinheira³⁵.

Na segunda metade do século XVIII, o abandono das vastas propriedades de Gonçalo Cristóvão teria decorrido da desgraça do fidalgo, vítima da perseguição política que lhe moveu Sebastião José de Carvalho e Melo. Como escreverá mais tarde, em 1820, o seu filho homónimo, Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita, casado com D. Teresa José do Carmo Freire de Andrade: «entrando os suplicantes na Administração da sua Casa, encontraram muito deteriorada por causa do Pai e Sogro dos Suplicantes a não poder administrar, nem física nem moralmente, como todos sabem o motivo da sua prolongada prisão de Estado, e continuando a sua deterioração na menoridade do primeiro Suplicante, logo que entraram na sua administração cuidaram tanto no seu melhoramento»³⁶. Porém, as razões da prisão de Gonçalo Cristóvão (a que se seguiu a prisão de suas irmãs) nos cárceres da Junqueira, em Junho de 1761, estão ainda envoltas em mistério. Recorrendo a muita documentação da época, Camilo Castelo Branco, no seu livro *Perfil do Marquês de Pombal*, procurou esclarecer os motivos que teriam dado azo ao ódio que movia o poderoso Secretário de Estado contra o senhor da Teixeira, um dos grandes do Reino. Os pergaminhos genealógicos de Gonçalo Cristóvão estendiam-se a cavaleiros do tempo da formação de Portugal como Reino independente, desde D. Moninho Viegas, da Gasconha, a Egas Moniz e a seu filho Lourenço Viegas, o «Espadeiro», que acompanhou Afonso Henriques e D. Sancho em várias batalhas³⁷. Entre as diversas honras, donatarias e vínculos

³⁵ Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Livros de Arrolamentos de Vinhos de Embarque*, 1773-1850.

³⁶ Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*.

³⁷ Veja-se, por exemplo, SILVA, Manuel de Souza da — *Nobiliário das gerações de Entre-Douro-e-Minho*. Vol. 1.

20. Localização da Quinta de Santo António do Bonjardim, no Porto, no início do século XIX. Pormenor da Planta de George Balck, 1813. Col. Arquivo Municipal do Porto.



que a família fora acumulando ao longo de gerações, o morgadio de Montalvão despertara já uma demanda por parte do avô do Marquês de Pombal, que dele se pretendeu assenhorear, sem sucesso, mas renovada por seu neto, ainda antes de 1750. Através de seu advogado, Francisco Xavier Teixeira de Mendonça, de Vila Real, Gonçalo Cristóvão conseguiu desmontar as alegações de Sebastião José³⁸. Em 1756, Francisco Xavier Teixeira de Mendonça, então advogado da Casa da Suplicação, em Lisboa, seria preso e, depois, degredado para Angola, onde veio a falecer, por estar envolvido numa conjura que visava afastar da Corte Sebastião José³⁹. Dadas as relações de amizade entre esse advogado e Gonçalo Cristóvão, é provável que este possa ter estado também implicado nessa conspiração.

Dizia-se também que «o conde de Oeiras, querendo casar uma sua filha com um filho de Gonçalo Cristóvão, senhor de Bonjardim, este motejara a pretensão dizendo que os *Carvalhos* eram impróprios dos *Jardins*»⁴⁰, como refere Camilo Castelo Branco, apesar de considerar a hipótese «inverosímil», tanto mais que Gonçalo Cristóvão não tinha filhos, podendo, quando muito, tratar-se de uma das suas irmãs.

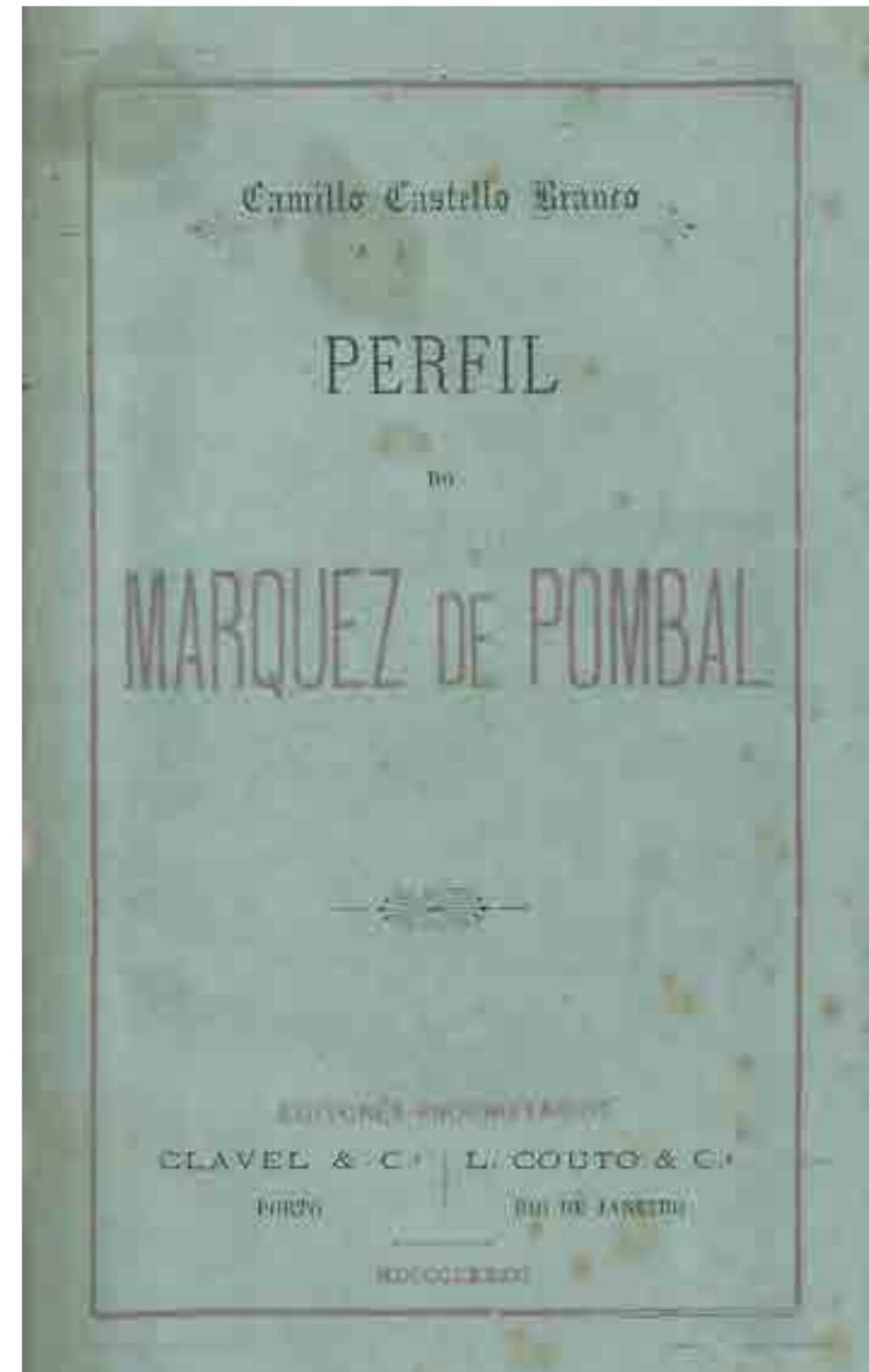
Na sua narrativa, baseando-se na correspondência dos embaixadores franceses em Portugal para o Duque de Choiseul, Secretário de Estado de Luís XV, Camilo procurou desvendar a trama que esteve na origem da prisão de Gonçalo Cristóvão e de suas irmãs, acusados de envolvimento na fuga de José Policarpo de Azevedo, criado do Duque de Aveiro e um dos homens que disparou contra o Rei D. José, em 3 de Se-

Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, 2000, p. 301-312. Este Nobiliário, escrito entre finais do século XVII e inícios do século XVIII, foi uma das fontes de que se serviu Camilo Castelo Branco.

³⁸ Veja-se, por exemplo, MENDONÇA, Francisco Xavier Teixeira de — *Petição de revista, que pediu Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto de Mesquita da sentença proferida a favor de Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre os morgados, que instituíram Pedro de Magalhães, e seu filho Simão de Melo: e por ficarem vagos por falta de descendentes dos últimos Marqueses de Montalvão, se julgaram por final sentença no ano de 1705 a Martim Teixeira Coelho de Melo, senhor donatário da vila da Teixeira, e de Sergude, avô do suplicante / feita por Francisco Xavier Teixeira de Mendonça*. Lisboa: Oficina de Francisco Luís Ameno, 1750; cf. SILVA, Inocêncio Francisco da — *Dicionário Bibliográfico Português*. Tomo III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, p. 97.

³⁹ Francisco Xavier Teixeira de Mendonça teria sido o redactor de uma longa carta anónima (datada de 25 de Fevereiro de 1756) entregue ao Rei D. José, que continha denúncias graves contra Sebastião José de Carvalho e Melo. Essa *Carta que se escreveu de Portugal a um grande de Espanha como resposta a outra sua*, guardada na Biblioteca Nacional, foi publicada por Emílio Salgueiro em «A moral pombalina (Um documento inédito)». *Brotéria*, vol. 10 e 11, Junho e Julho de 1930, p. 337-356 e 17-28.

⁴⁰ CASTELO BRANCO, Camilo — *Perfil do Marquês de Pombal*. In CASTELO BRANCO, Camilo — *Obras Completas*. Vol. XVI. Porto: Lello & Irmão Editores, 1993, p. 619. Veja-se, também, SILVA, Germano — «Um carvalho não fica bem num jardim». *Visão*, 13.02.2016.



21. Capa de brochura da primeira edição do livro *Perfil do Marquês de Pombal* (1882), de Camilo Castelo Branco. Coleção particular de Rui Domingues.

tembro de 1758. Não importa aqui entrar nos pormenores desse atentado régio nem na barbaridade das penas impostas às famílias nobres nele implicadas, nomeadamente do Duque de Aveiro, do Marquês de Távora e do Conde de Atouguia, mas apenas a suposta responsabilidade de Gonçalo Cristóvão naquela fuga. Segundo carta de 2 Maio de 1759 do Conde de Merle, embaixador francês em Portugal, para o Duque de Choiseul, nesse dia foram presos dois criados de Gonçalo Cristóvão⁴¹. E, cerca de dois anos depois, a 21 de Junho de 1761, uma outra carta do novo enviado francês, M. de Saint-Julien, referia «que se tinham prendido 4 fidalgos com todos os seus criados, os quais se acham reclusos em diversos conventos da província do Alentejo, e em algumas das prisões de Lisboa, por haverem, segundo se dizia, favorecido a fuga de José Policarpo, um dos assassinos de El-Rei: eram os três fidalgos irmãos de Gonçalo Cristóvão Pereira [confusão com Teixeira] Coelho, representante de Egas Moniz»⁴². Apesar das várias imprecisões, como Camilo bem viu, o embaixador francês referia-se, certamente, à prisão de Gonçalo Cristóvão e das suas três irmãs, pelo motivo já apontado, nos cárceres da Junqueira⁴³, de onde o fidalgo da Teixeira só sairia dezasseis anos depois, em 1777, após a morte do Rei D. José e a substituição do Marquês de Pombal no governo. Gonçalo Cristóvão regressou então a Vila Real, com 62 anos. Não sabemos quando casou com sua prima D. Francisca de Noronha Manoel Portugal⁴⁴, mas o casal teria ainda um filho, a que daria o nome do pai, nascido a 1 de Janeiro de 1779, na Rua das Flores, em Vila Real⁴⁵.

Não devem ter sido fáceis os últimos anos de vida do fidalgo Gonçalo Cristóvão. A sua longa prisão mantivera-o longe da administração dos seus vastos domínios, cuja

recuperação exigia tempo e saúde, que não possuía. Viria a falecer em 1791⁴⁶. O seu filho e herdeiro, Gonçalo Cristóvão, tinha então 12 anos, ficando a mãe a gerir os seus bens até o rapaz atingir a maioridade.

2.4. A expansão da Quinta da Costa de Baixo

Na época pombalina, enquanto a Quinta da Foz Ceira entrava num longo processo de abandono e decadência, a vizinha Quinta da Costa (hoje Costa de Baixo), da família Carvalho e Melo, de Donelo, também não parece ter atravessado tempos de grande prosperidade, provavelmente por razões relacionadas com a transição familiar ocorrida no final desse período. O seu proprietário, o fidalgo Paulo de Carvalho e Melo, morreu solteiro, em Janeiro de 1768, com 78 anos⁴⁷, deixando todos os seus bens, tal como os que tinha herdado de sua tia, D. Clara Botelho, aos dois filhos, Manuel António de Carvalho e Melo e Dona Francisca de Carvalho⁴⁸. No testamento que fez um ano antes de falecer, no sítio da Mantelinha, «à pedra do couto e marco que divide o termo de Vila Real e o termo da vila e couto de Gouvães», esclareceu que os dois filhos tinham sido já perfilhados: «declarou ele testador que os ditos seus bens os deixava aos ditos seus filhos a quem deixa por seus universais herdeiros por estarem já perfilhados por Sua Majestade e por tais confirmados pelo dito Senhor»⁴⁹. Talvez por isso insistisse tanto na exclusão de quaisquer outros herdeiros, incluindo os sobrinhos: «e que nenhuma pessoa poderá entrar a herdar nos ditos seus bens só sim os ditos seus filhos nem ainda os herdeiros de Dona Luísa Maria e Jorge de Figueiredo, irmãos dele testador, em razão de já estarem satisfeitos do dote que lhes tocava e se darem por pagos e satisfeitos por uma escritura e que só aqueles seus filhos serão senhores e possuidores de todos os seus

46 Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho Pinto da Mesquita faleceu em Vila Real, em 28.02.1791, «tão inopinadamente que não deu lugar a administrarem-se-lhe os demais sacramentos». Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. S. Pedro de Vila Real — *Livro de registo de óbitos, 1777-1799*, fl. 126v-127.

47 Paulo de Carvalho e Melo faleceu em Donelo em 08.01.1768. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Covas do Douro — *Livro de registo de óbitos, 1740-1852*, fl. 47v.

48 Manuel António de Carvalho e Melo era filho de Maria Francisca Alves, de Guiães, e Francisca Maria de Carvalho e Melo era filha de Maria Engrácia Pinto, de Vilar de Maçada.

49 Agradecemos à Professora Cristina Cunha, especialista em Paleografia, o apoio na leitura desta parte do documento, que apresenta péssima caligrafia e redacção pouco cuidada. Neste caso, o tabelião pretendia, certamente, anotar que Paulo de Carvalho e Melo tinha perfilhado os dois filhos que tivera no estado de solteiro e que tal perfilhação havia sido aceite e confirmada pelo Rei, já que se tratava de um fidalgo da Casa Real.

41 SANTARÉM, Visconde de — *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da Monarquia portuguesa*. Tomo VI. Paris: Aillaud, 1850, p. 155.

42 Idem. Tomo VII. Paris: Aillaud, 1850, p. 18.

43 Idem, ibidem; CASTELO BRANCO, Camilo — *Perfil do Marquês de Pombal*, p. 609-624. Sobre as prisões da Junqueira e a permanência aí de Gonçalo Cristóvão, veja-se, também: ALORNA, 2.º Marquês de (João de Almeida Portugal) — *As prisões da Junqueira durante o ministério do Marquês de Pombal, escritas ali mesmo pelo Marquês de Alorna, uma das suas vítimas, publicadas conforme o original por José de Sousa Amado*. Lisboa: Tip. de Silva, 1857, p. 27 e 71-74.

44 Natural de Nossa Senhora de Oliveira, Guimarães, filha de Francisco Xavier Cardoso de Alarcão e de Josefa Margarida Antónia Pinto Coelho Pereira e Silva. É provável que se trate da filha deste casal, nascida nessa freguesia, em 11.05.1743. Cf. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Paróquia de Santa Maria de Oliveira do Castelo — *Livro de registo de baptismos, 1728-1748*, fl. 366-366v. Nesse caso, seria 27 anos mais nova do que o marido.

45 Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. S. Pedro de Vila Real — *Livro de registo de baptismos, 1775-1787*, fl. 79v-80.



22. Livro de Arrolamentos de Vinhos de Embarque, 1770. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

23. Livro de Arrolamentos de Vinhos de Embarque, 1773. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

bens»⁵⁰.

Como filho varão e testamenteiro nomeado por seu pai, Manuel António de Carvalho e Melo preocupou-se com a gestão dos bens paternos, que ficaram indivisos até 1777. Nos primeiros anos, Manuel de Carvalho terá arrendado a quinta ao Padre Caetano Lopes, de Andrães, que, em 1770, manifestou 9 pipas de vinho tinto e 2 de branco⁵¹. Mas o vinho que esse padre guardava na adega poderia não corresponder à produção da Quinta da Costa. Dois anos mais tarde, na devassa realizada para punir os que não respeitavam as leis da Companhia, introduzindo vinhos de fora da área demarcada de vinhos de feitoria, descobriu-se que o tal padre fazia transportar para a adega da Quinta da Costa vinhos «de ramo» de uma outra adega que possuía em Gouvêas, fora da demarcação⁵². Talvez por isso, Manuel de Carvalho e Melo passasse a administrar directamente a quinta, que, em 1773, produzia apenas 4 pipas⁵³.

Só em finais de 1777, após o casamento de D. Francisca Maria de Carvalho e Melo com António Pereira da Silva, senhor da Casa de Gouvães⁵⁴, os dois irmãos fizeram partilhas amigáveis, «por escritos particulares»⁵⁵, ficando Manuel António de Carvalho e Melo com «a Quinta da Costa com todas as suas pertenças que consta de casas telhadas e sobradadas e outras térreas com seus lagares, vinhas, matas e árvores, sita aonde chamam a Costa [...] parte com Francisco José Taveira Pimentel de Macedo e com Gonçalo Cristóvão Teixeira Pinto Coelho de Vila Real; e assim mais com o lameiro sito ao Vale da Figueira, com sua fonte no cima e água de rega e lima e todas as cabeceiras de uma

50 Testamento de Paulo de Carvalho e Melo, 02.01.1767. Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 1.º Cartório Notarial de Provesende — *Livro de notas*, 1766-1769, fl. 6-7.

51 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Livro de Arrolamentos de Vinhos de Embarque*, 1770.

52 OLIVEIRA, António Braz de; MARINHO, Maria José (org.) — *Devassa a que mandou proceder Sua Majestade no território do Alto Douro pelo Desembargador António de Mesquita e Moura (1771-1775)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983, p. 15 e 258.

53 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Livro de Arrolamentos de Vinhos de Embarque*, 1773.

54 Filho de António Rodrigues e Maria Pereira da Silva. O casamento deve ter-se realizado em finais de 1776 ou inícios de 1777, já que os noivos assinaram uma escritura de casamento em 09.08.1776, sendo D. Francisca representada por seu irmão. Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 1.º Cartório Notarial de Provesende — *Livro de notas*, 1774-1777, fl. 52-53. O primeiro filho do casal, João, viria a nascer em 27.12.1777, em Gouvães, sendo padrinho (por procuração) seu tio-avô, D. Frei João Evangelista Pereira da Silva, Bispo do Pará. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Gouvães — *Livro de registo de baptismos*, 1750-1808, fl. 102v-103.

55 Essas partilhas amigáveis foram feitas em 30.11.1777 e confirmadas por escritura pública em 03.04.1783. Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 1.º Cartório Notarial de Provesende — *Livro de notas*, 1780-1784, fl. 141v-144.

e outra parte do dito lameiro; como também com a terra sita aonde chamam a Seara Velha mística ao dito lameiro e partem com a estrada que vai para o lugar de Gouvinhas e com António de Araújo do lugar de Donelo; e assim mais um lameiro debaixo da estrada tapado sobre si e no mesmo sítio parte com o ribeiro e com João Manuel Pereira da Silva; mais uma casa que serve de adega com suas serventias sita no mesmo lugar e parte de uma banda com Maria de Sousa viúva e com a rua pública; e mais uma leira de terra sita ao Pedragal limite do mesmo lugar de Donelo e parte com António de Araújo e Ana Pereira viúva do mesmo lugar; mais uma propriedade aonde chamam a Migerra tapada sobre si com seu pomar, casas e árvores, vinhas, terras lameiras e oliveiras, lameiros e águas de rega e lima; e assim mais outra leira de terra pegada à sobredita com uma oliveira pela qual passa o caminho que vai para a Roxa, cujas propriedades acima retro declaradas e confrontadas todas se acham sitas nos limites dos ditos lugares de Gouvinhas e Donelo e foram avaliadas pelos louvados neste já nomeados em dois contos e seiscentos mil réis». Por sua vez, D. Francisca ficou com as casas de Donelo e muitas outras propriedades nessa freguesia, avaliadas pelo mesmo valor das que couberam ao irmão⁵⁶.

Manuel António de Carvalho e Melo tinha casado, entretanto, com Maria Caetana Teixeira de Azevedo, de Gouvinhas, para onde foi viver. Essa transição familiar coincidiu com uma conjuntura de crescimento das exportações de vinho do Porto, o que terá estimulado novas plantações na Quinta da Costa. Desde 1779, os Arrolamentos da Companhia voltaram a registar vinhos na adega da quinta em nome do seu proprietário e em quantidades crescentes (em média 28,2 pipas por ano entre 1779 e 1787). E, a partir de 1788, provavelmente devido aos investimentos de Carvalho e Melo e à extensão da zona demarcada, com as Demarcações Subsidiárias (1788-1792), o que terá permitido transportar para aí vinhos de outras propriedades, a produção aumentou substancialmente, chegando a atingir 75 pipas (em 1788 e em 1814), sendo a média dos anos de 1788 a 1814 de 46,6 pipas⁵⁷. Um mapa do Rio Douro, desenhado por volta de 1790, destaca as quintas da Foz Ceira e da Costa de Baixo, sendo esta identificada pelo nome do seu

56 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 1.º Cartório Notarial de Provesende — Livro de notas, 1780-1784, fl. 141v-144.

57 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — Livro de Arrolamentos de Vinhos de Embarque, 1779-1814.



24. Excerto da escritura de partilhas entre Manuel António de Carvalho e Melo e sua irmã e cunhados, referindo a Quinta da Costa, 03.04.1783. Arquivo Distrital de Vila Real. 1.º Cartório notarial de Provesende, 1780-84, fl. 142.

Página seguinte - 25. Carta corográfica das correntes do Rio Douro e terrenos adjacentes desde o rio Teixeira até São João da Pesqueira, c. 1790. Biblioteca Nacional Digital. 47

CARTA CHOROGRÁFICA DAS CORRENTEIS DO RIO DOURO E TERRENOS ADJACENTES DESDE O RIO TEIXEIRA ATHE S. JOÃO DA PESQUEIRA PARA SERVIR DE ILUSTRAÇÃO A DESCRIÇÃO PHYZICA E ECONOMICA DO MESMO TERRITORIO.



Escala
Curso do rio
Ezquodet



proprietário, «M.^{el} Carv.^o»⁵⁸.

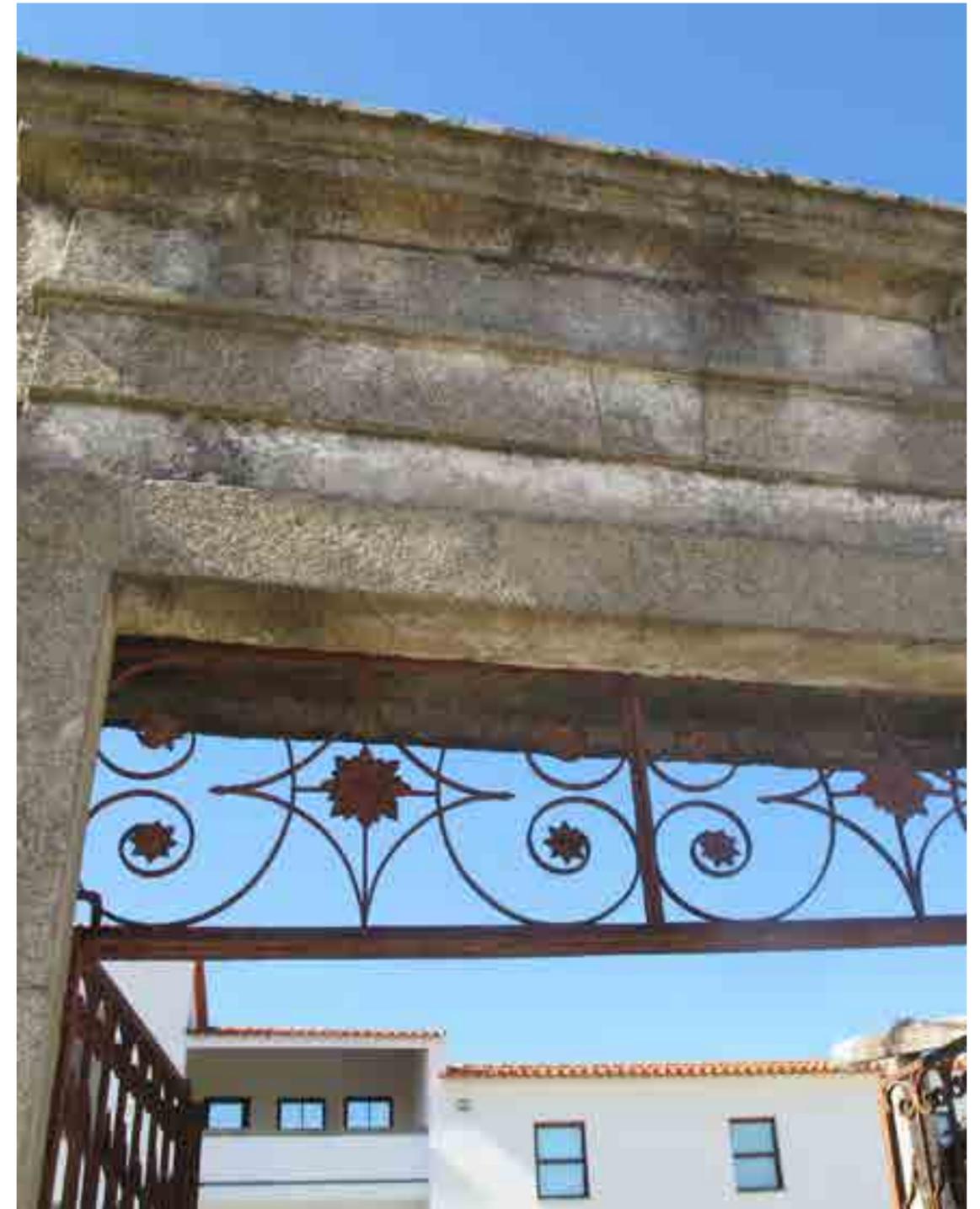
O filho varão de Manuel António de Carvalho e Melo, José de Carvalho Melo e Sampaio, seguiu a carreira eclesiástica. Das três filhas, Maria Vitória de Carvalho Melo e Sampaio, Ana Rita de Carvalho e Melo e Florência Joaquina de Melo e Sampaio, só a primeira casou, em finais do século XVIII, com um primo, o bacharel Lopo Vaz de Sampaio e Melo, filho de António de Melo e Sampaio e Caetana Bernarda Pereira Pinto, «pessoas nobres e das mais distintas da Província com o foro de Fidalgos», da Casa da Espinhosa, parentes dos Carvalho e Melo de Donelo⁵⁹. Lopo Vaz de Sampaio e Melo e Maria Vitória teriam dois filhos, António de Melo Vaz e Sampaio e D. Ludovina Augusta de Melo e Sampaio.

Manuel António de Carvalho e Melo administrou a Quinta da Costa de Baixo, tal como as vastas propriedades da família, até 1815, ano em que faleceu. Embora o vasto património da Casa de Gouvinhas tenha sido dividido pelos seus filhos, deixando ao neto o terço disponível (constituído por quatro quintos da Quinta da Costa de Baixo, a propriedade mais valiosa e de maior rendimento), deverá ter deixado instruções a seu genro, Lopo Vaz, e a seu neto, António de Melo Vaz e Sampaio, para o vincularem, de forma a mantê-lo indiviso e inalienável. Teria sido já com esse espírito que, em 1820, Lopo Vaz e sua mulher requereram à Mitra Arquiepiscopal de Braga licença para um oratório particular na Casa de Gouvinhas, para o casal, os seus dois filhos e o irmão e as duas irmãs de Maria Vitória⁶⁰. A filha Ludovina casou pouco depois com um primo, apresentado na escritura de dote de casamento como «Preclaríssimo Dom Miguel Vaz Guedes Brito e Ataíde Azevedo e Malafaia natural de Vila Real, moço fidalgo na Casa de Sua Majestade, Senhor donatário da Honra de Barbosa, Administrador dos Morgados do Arco, Guilhabreu e Monte Belo, Senhor da Quinta de Parada e Padroeiro *in solidum* das igrejas de S. Salvador de Covas e S. Tiago dos Fornos». Além do dote que

⁵⁸ Carta corográfica das correntes do Rio Douro e terrenos adjacentes desde o rio Teixeira até São João da Pesqueira, c. 1790. Biblioteca Nacional Digital.

⁵⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Desembargo do Paço — *Processos de Leitura de Bacharéis*, 1600-1833. Processo de Leitura do Bacharel Lopo Vaz de Sampaio e Melo, 1799-1803. Virá a receber alvará de foro de fidalgo em 19.04.1826. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registo Geral de Mercês — *Mercês de D. João VI*, Livro 21, fl. 167.

⁶⁰ Arquivo Distrital de Braga. Mitra Arquiepiscopal de Braga — *Licenças para oratórios particulares*, 1734-1909. Licença para oratório particular a favor de Lopo Vaz Sampaio, 20.12.1820.



27. Pormenor do portão da Quinta da Costa de Baixo, com a data de 1836. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.

recebeu do noivo, Dona Ludovina foi dotada pelos seus pais com as legítimas que por morte de cada um deles lhe coubessem, sendo-lhe adiantados 4 contos em moeda, por conta dessas legítimas⁶¹.

Em 1825, no pedido ao Rei D. João VI para a instituição de um «morgado perpétuo e inalienável», Lopo Vaz de Sampaio e Melo e sua mulher associaram apenas o seu filho António, além da cunhada e irmã, D. Florência Joaquina de Carvalho Melo e Sampaio, solteira e sem descendentes. A outra irmã de Maria Vitória, Ana Rita, tinha, entretanto, falecido. Quanto ao irmão padre, não dispomos de informação, mas é provável que também tivesse falecido. Mais estranha é a exclusão da filha casada, não sabemos se por vontade própria ou do marido ou se por vontade dos instituidores do vínculo. A esse morgado o casal vinculou «o terço de seus bens, o suplicante filho o terço que para esse fim lhe deixou seu avô materno Manuel António de Carvalho e Melo e a recorrente D. Florência Joaquina todos os seus bens, fazendo uns e outros a devida separação para obras pias e a necessária reserva para testarem por suas mortes». Mesmo assim, os bens destinados a esse vínculo foram avaliados em 54.333\$335 réis, equivalendo a um rendimento anual de 2.715\$500 réis, muito superior ao que era corrente nos vínculos dessa época. Na Resolução régia de 18 de Julho de 1825, que autorizou a instituição desse morgado, refere-se ainda «que os Recorrentes gozam de uma nobreza e fidalguia continuada por mais de dois séculos, com o tratamento correspondente»⁶². A documentação da instituição deste vínculo, transcrita num processo judicial posterior, permite-nos perceber a riqueza patrimonial da Casa de Gouvinhas, com dezenas de propriedades, entre as quais diversas quintas, em que avultava, pelo seu valor e rendimento, a da Costa de Baixo⁶³. Para primeiro administrador do vínculo foi nomeado António de Melo Vaz e Sampaio, também fidalgo da Casa Real⁶⁴, embora os arrolamentos de vinhos

⁶¹ Escritura realizada em 29.10.1821. Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 8.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1821, fl. 80-82v.

⁶² Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registo Geral de Mercês — *Mercês de D. João VI*, Livro 20, fl. 230-230v: Licença para instituição de morgado a favor de Lopo Vaz Sampaio e Melo, sua mulher, D. Maria Vitória de Carvalho Melo e Sampaio, seu filho, António de Melo Vaz e Sampaio, e sua cunhada, D. Florência Joaquina de Carvalho Melo e Sampaio, 06.09.1825.

⁶³ Arquivo Distrital de Vila Real. Judicial — *Processo de inventário de menores por morte de Lopo Vaz de Sampaio e Melo e de D. Maria Vitória*, 1871-1876.

⁶⁴ Alvará de 10.06.1820. SANCHES DE BAENA, Augusto Romano — *Dicionário Aristocrático, que contém todos os alvarás de foros de Fidalgos da Casa Real... desde 1808 até Setembro de 1822*. Lisboa: Tip. do Panorama, 1867, p. 13-14.



28. Armazém da Quinta da Costa de Baixo. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.

29. Pormenor do portal do armazém da Quinta da Costa de Baixo, com a data de 1840. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.



30. Pormenor do Mapa do País Vinhateiro do Alto Douro, de Joseph James Forrester, gravado em 1843.

31. Pormenor do mapa de Joseph James Forrester, Douro Português e País Adjacente, gravado em 1848.

tivessem continuado em nome do pai, Lopo Vaz, até este falecer, pouco depois. Nesse tempo em que Lopo Vaz de Sampaio e Melo⁶⁵ administrou a Quinta da Costa de Baixo, entre 1815 e 1827, os arrolamentos de vinhos de embarque na adega da quinta indicam produções crescentes, atingindo as 120 pipas em 1827 (em média, situaram-se, nesse período, em cerca de 86 pipas por ano)⁶⁶.

A administração da quinta passou de Lopo Vaz para seu filho, António de Melo Vaz e Sampaio, que realizou grandes investimentos e fez aumentar, substancialmente, os rendimentos da Casa de Gouvinhas até meados do século XIX. Entre 1828 e 1832, a média de produção vinícola anual da Quinta da Costa de Baixo elevou-se a mais de 110 pipas, atingindo perto de 150 pipas por ano, de 1838 a 1840⁶⁷. Por essa altura, as velhas instalações vinárias revelaram-se exíguas face ao enorme aumento de produção, o que terá levado o fidalgo a construir o novo e extenso armazém (concluído em 1840, como se pode ler na inscrição da padieira da porta da entrada), que ainda hoje se destaca entre o casario da quinta. A produção continuaria a aumentar ao longo da década de 1840, situando-se nas 228,4 pipas anuais e aproximando-se das 300 pipas no final desse período⁶⁸. No *Mapa do País Vinhateiro do Alto Douro*, desenhado por Joseph James Forrester e gravado em 1843, a Quinta da Costa de Baixo aparece destacada, sob a designação de «Quinta do Ant.º de Mello». Também o escritor Camilo Castelo Branco, cuja narrativa ficcional se entretetece a cada passo com a realidade da época, se refere ao fidalgo António de Melo e às suas quintas de Gouvinhas, ao traçar o percurso, no início da década de 1840, de Veríssimo Borges Camelo da Mesquita, de Alvações do Corgo, um dos personagens do romance *A Brasileira de Prazins*: «Voltou ao Douro e procurou o amparo dum realista poderoso, o António de Melo, de Gouvinhas, o pai do Sr. Lopo Vaz, um grande ministro liberal cheio de embriões de coisas. O fidalgo de Gouvinhas nomeou-o feitor das suas quintas. Estava regalado; feitorizava pouco; o fidalgo admitia-o às suas palestras íntimas de política; mas um sobrinho do Melo, um valente nava-

⁶⁵ Lopo Vaz de Sampaio e Melo faleceu em 21.11.1827.

⁶⁶ Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Livros de Arrolamentos de Vinhos de Embarque*, 1815-1827.

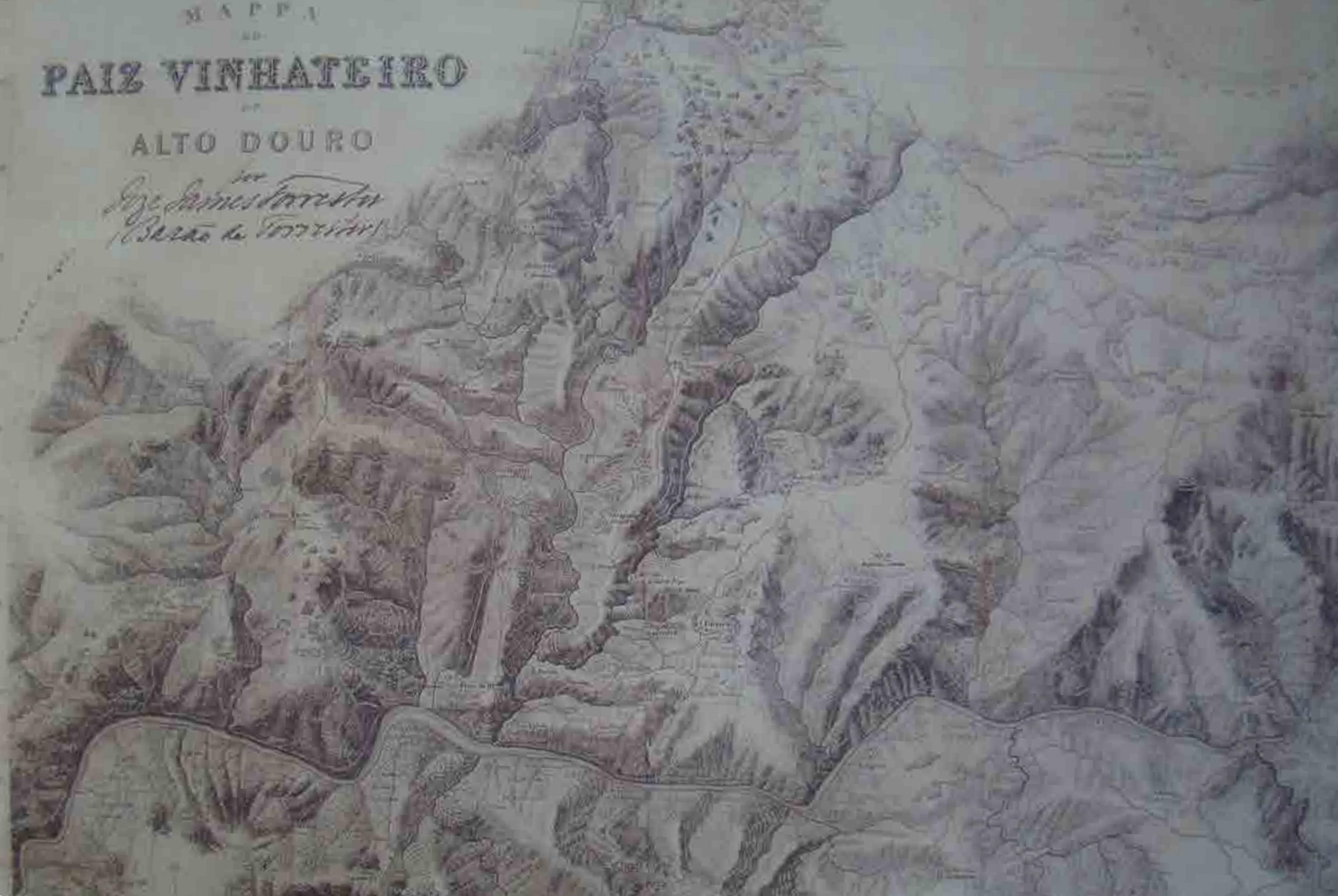
⁶⁷ Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Livros de Arrolamentos de Vinhos de Embarque*, 1828-1840.

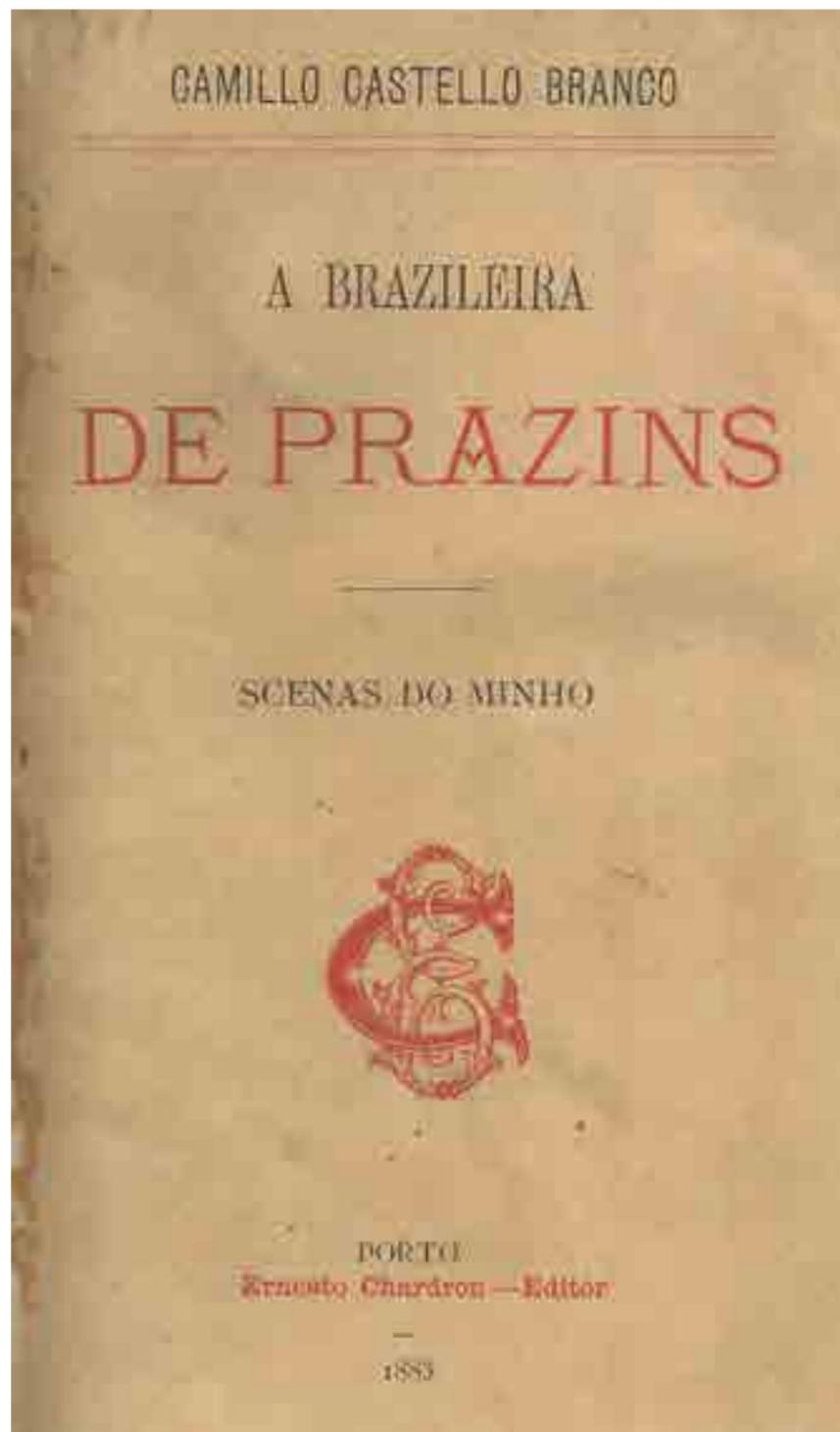
⁶⁸ Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Livros de Arrolamentos de Vinhos de Embarque*, 1841-1850.

PAIZ VINHATEIRO

ALTO DOURO

Dez. Simões Torres
Barão de Torreão





Página anterior - 32. Mapa do País Vinhateiro do Alto Douro, de Joseph James Forrester, gravado em 1843.

33. Capa de brochura da primeira edição do livro *A Brasileira de Prazins* (1883), de Camilo Castello Branco. Coleção particular de Rui Domingues.

lhista que chamavam em Coimbra o Malagueta, ganhou-lhe ódio, por ciúmes de uma tecedeira chibante, uma rapariga de tremer, de quadris roliços, a Libânia de Covas»⁶⁹.

António de Melo permaneceu celibatário, vivendo com a mãe, D. Maria Vitória, que faleceu em 1847⁷⁰. Mas manteve uma longa ligação amorosa com uma rapariga de uma família de pequenos lavradores de Guiães, Bárbara Felícia do Amaral. Em 1848, tiveram um filho, baptizado com o nome de Lopo (o nome do avô) na freguesia de Borbela, como filho de pais incógnitos⁷¹. Apesar de só legitimar esse filho à hora da morte, em Janeiro de 1871, no momento em que contraiu matrimónio com Bárbara Felícia⁷², António de Melo educou o rapaz como herdeiro da Casa de Gouvinhas. Garantiu os seus estudos universitários em Coimbra e preparou-o para se tornar um dos políticos mais influentes do seu tempo.

2.5. A entrega da Quinta da Foz Ceira à Companhia

Ao longo da primeira metade do século XIX, a prosperidade vinhateira da Quinta da Costa de Baixo contrastava com o estado de decadência da vizinha Quinta da Foz Ceira, em grande parte devido às trajectórias das famílias proprietárias dessas quintas, ambas com velhos pergaminhos de fidalguia, mas com diferentes atitudes face à gestão das suas vastas propriedades fundiárias, num momento-chave de viragem da ordem política e social.

⁶⁹ CASTELO BRANCO, Camilo — *A Brasileira de Prazins* [1882]. In CASTELO BRANCO, Camilo — *Obras Completas*. Vol. VIII. Porto: Lello & Irmão, 1988, p. 760.

⁷⁰ D. Maria Vitória de Carvalho Melo e Sampaio faleceu em 10.08.1847.

⁷¹ O registo refere que o menino, «filho de pais incógnitos», nasceu em 28.09.1848 e foi baptizado nesse mesmo dia na igreja de Borbela. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Borbela — *Livro de registo de baptismos*, 1834-1853, fl. 71-72v. No entanto, um averbamento à margem remete-nos para outro registo desse baptismo, lançado 14 anos depois, em 24.09.1862, por ordem do Vigário-geral da Comarca de Vila Real, devido a uma justificação judicial requerida pelo próprio Lopo Vaz de Sampaio e Melo. Nesse novo registo refere-se que o mesmo Lopo, «que hoje se chama Lopo Vaz de Sampaio e Melo», nasceu no dia 27.09.1848 em casa de António de Melo Vaz e Sampaio, em Gouvinhas, e foi baptizado no dia seguinte em Borbela, sendo «filho natural» de Bárbara Felícia do Amaral, solteira, natural de Guiães e residente em Gouvinhas, filha de António de Amaral e Maria Morais, de Guiães. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Borbela — *Livro de registo de baptismos*, 1862-1869, fl. 10.

⁷² António de Melo Vaz e Sampaio casou com Bárbara Felícia do Amaral, em Gouvinhas, em 16.01.1871, em sua casa, «por o seu perigoso estado de saúde não lhe permitir delongas nem comparecer na igreja paroquial como me foi atestado pelo seu facultativo», tendo nesse acto legitimado o seu filho Lopo. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Gouvinhas — *Livro de registo de casamentos*, 1871, fl. 2-2v.

		Nov 18	Dec 18	Jan 19	Feb 19	Mar 19	Apr 19	May 19	Jun 19	Jul 19	Aug 19	Sept 19	Oct 19	Nov 19	Dec 19	Total
1	<i>Agave</i>															
2	<i>Agave</i>															
3	<i>Agave</i>															
4	<i>Agave</i>															
5	<i>Agave</i>															
6	<i>Agave</i>															
7	<i>Agave</i>															
8	<i>Agave</i>															
9	<i>Agave</i>															
10	<i>Agave</i>															
11	<i>Agave</i>															
12	<i>Agave</i>															
13	<i>Agave</i>															
14	<i>Agave</i>															
15	<i>Agave</i>															
16	<i>Agave</i>															
17	<i>Agave</i>															
18	<i>Agave</i>															
19	<i>Agave</i>															
20	<i>Agave</i>															
21	<i>Agave</i>															
22	<i>Agave</i>															
23	<i>Agave</i>															
24	<i>Agave</i>															
25	<i>Agave</i>															
26	<i>Agave</i>															
27	<i>Agave</i>															
28	<i>Agave</i>															
29	<i>Agave</i>															
30	<i>Agave</i>															
31	<i>Agave</i>															
32	<i>Agave</i>															
33	<i>Agave</i>															
34	<i>Agave</i>															
35	<i>Agave</i>															
36	<i>Agave</i>															
37	<i>Agave</i>															
38	<i>Agave</i>															
39	<i>Agave</i>															
40	<i>Agave</i>															
41	<i>Agave</i>															
42	<i>Agave</i>															
43	<i>Agave</i>															
44	<i>Agave</i>															
45	<i>Agave</i>															
46	<i>Agave</i>															
47	<i>Agave</i>															
48	<i>Agave</i>															
49	<i>Agave</i>															
50	<i>Agave</i>															
51	<i>Agave</i>															
52	<i>Agave</i>															
53	<i>Agave</i>															
54	<i>Agave</i>															
55	<i>Agave</i>															
56	<i>Agave</i>															
57	<i>Agave</i>															
58	<i>Agave</i>															
59	<i>Agave</i>															
60	<i>Agave</i>															
61	<i>Agave</i>															
62	<i>Agave</i>															
63	<i>Agave</i>															
64	<i>Agave</i>															
65	<i>Agave</i>															
66	<i>Agave</i>															
67	<i>Agave</i>															
68	<i>Agave</i>															
69	<i>Agave</i>															
70	<i>Agave</i>															
71	<i>Agave</i>															
72	<i>Agave</i>															
73	<i>Agave</i>															
74	<i>Agave</i>															
75	<i>Agave</i>															
76	<i>Agave</i>															
77	<i>Agave</i>															
78	<i>Agave</i>															
79	<i>Agave</i>															
80	<i>Agave</i>															
81	<i>Agave</i>															
82	<i>Agave</i>															
83	<i>Agave</i>															
84	<i>Agave</i>															
85	<i>Agave</i>															
86	<i>Agave</i>															
87	<i>Agave</i>															
88	<i>Agave</i>															
89	<i>Agave</i>															
90	<i>Agave</i>															
91	<i>Agave</i>															
92	<i>Agave</i>															
93	<i>Agave</i>															
94	<i>Agave</i>															
95	<i>Agave</i>															
96	<i>Agave</i>															
97	<i>Agave</i>															
98	<i>Agave</i>															
99	<i>Agave</i>															
100	<i>Agave</i>															

		Nov 18	Dec 18	Jan 19	Feb 19	Mar 19	Apr 19	May 19	Jun 19	Jul 19	Aug 19	Sept 19	Oct 19	Nov 19	Dec 19	Total
1	<i>Agave</i>															
2	<i>Agave</i>															
3	<i>Agave</i>															
4	<i>Agave</i>															
5	<i>Agave</i>															
6	<i>Agave</i>															
7	<i>Agave</i>															
8	<i>Agave</i>															
9	<i>Agave</i>															
10	<i>Agave</i>															
11	<i>Agave</i>															
12	<i>Agave</i>															
13	<i>Agave</i>															
14	<i>Agave</i>															
15	<i>Agave</i>															
16	<i>Agave</i>															
17	<i>Agave</i>															
18	<i>Agave</i>															

No caso dos senhores da Quinta da Foz Ceira, o segundo Gonçalo Cristóvão, filho único e herdeiro de vários morgadios, quando atingiu a maioridade e assumiu a gestão do seu vastíssimo património, confrontou-se com grandes dificuldades, devido a décadas de abandono das terras, pelas razões que já referimos.

Entre 1808 e 1811, pouco tempo terá tido para se dedicar à administração desses bens, dada a sua condição de militar no contexto de guerra contra os invasores franceses. Em 1808, com 29 anos, era Ajudante de Campo na cidade do Porto, casando em 12 de Agosto com D. Teresa José do Carmo Freire de Andrade, de 35 anos, filha do 2.º Conde de Bobadela, José António Freire de Andrade, e de D. Antónia Xavier de Lencastre de Almeida e Bourbon, e neta paterna do General Bernardim Freire de Andrade, comandante das tropas do Porto, em cuja residência se realizou o matrimónio⁷³. O casal ficou a viver na Casa do Bonjardim e viria a ter seis filhos, Gonçalo Cristóvão, Maria das Dores, José António, Teresa do Carmo, Francisca Paula e Duarte Egas, tendo o primogénito e Teresa do Carmo falecido ainda jovens. José António, que viria a suceder ao pai, como morgado, nasceu em 1811⁷⁴. Nessa altura, Gonçalo Cristóvão era Coronel dos Voluntários Reais da Cidade do Porto.

A partir de 1814, o fidalgo do Bonjardim preocupou-se em recuperar o património familiar, cujos rendimentos estariam longe de cobrir as grandes despesas do casal. Para reconstituir as suas quintas do Douro (Azinheira, Foz Ceira e Celeirós), que estavam totalmente arruinadas e quase sem produção, negociou um empréstimo de 12 contos de réis junto da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Dado que a Companhia exigia a hipoteca das quintas e sendo estas de natureza vincular, não podendo ser alienadas sem autorização régia, o fidalgo teve de proceder aos trâmites burocráticos junto da Corte. Após Consulta da Mesa do Desembargo do Paço em 3 de Agosto de 1815, D. João VI viria a despachar favoravelmente o processo por Resolução de Dezembro desse ano, ratificada por Provisão régia de 9 de Setembro do ano seguinte. Porém, o contrato com a Companhia só viria a ser assinado dois anos mais tarde, a 19 de Dezembro de 1818, o que faz supor um longo processo burocrático. Por esse contra-

73 Arquivo Distrital do Porto. Paroquiais. Santo Ildefonso — *Livro de registo de casamentos*, 1809-1813, fl. 63-63v.

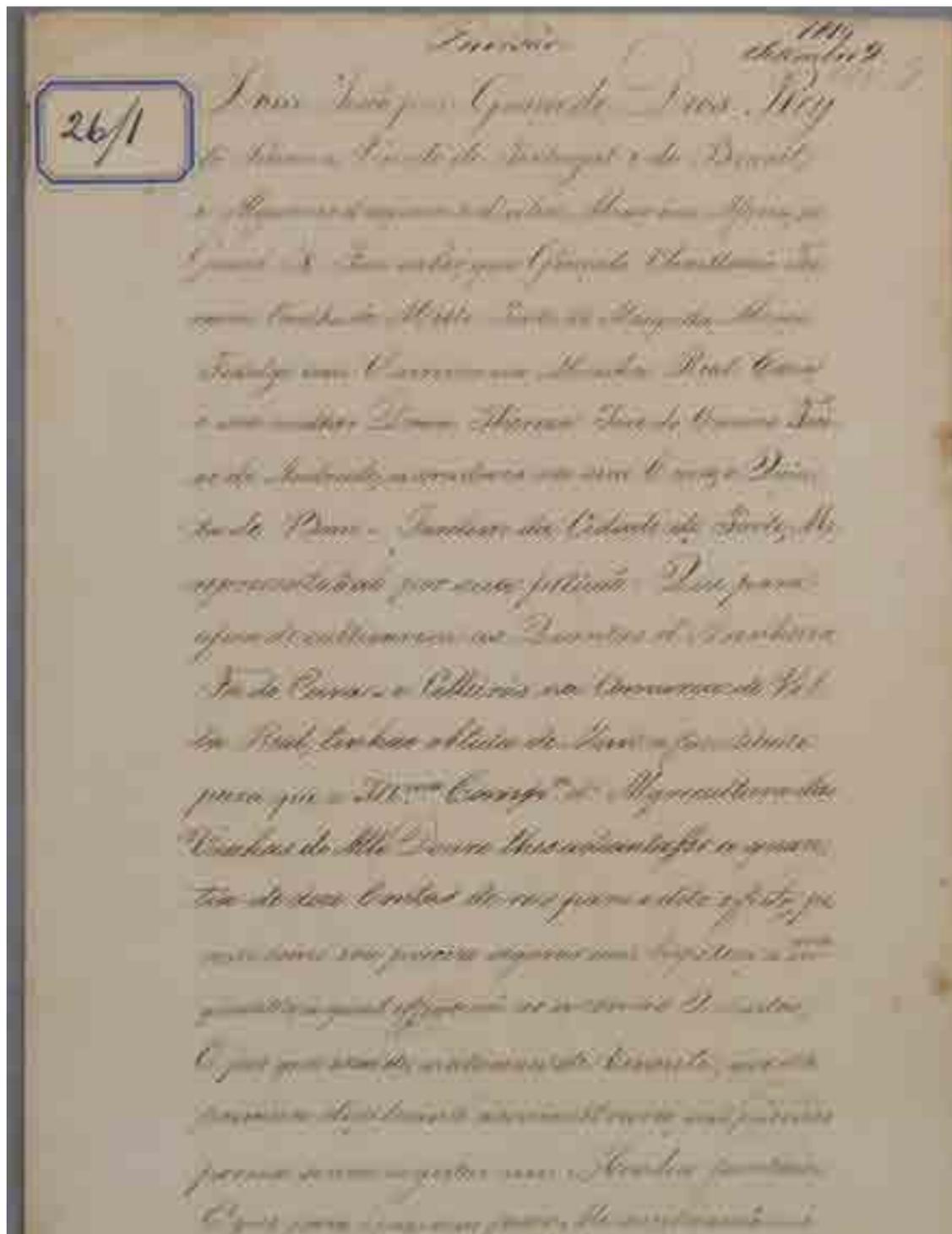
74 José António nasceu em 12.08.1811 e foi baptizado na capela da casa do Bonjardim. Arquivo Distrital do Porto. Paroquiais. Santo Ildefonso — *Livro de registo de baptismos*, 1809-1813, fl. 186-186v.

Página anterior - 34. *Pormenor do Livro de Arrolamentos de Vinhos de Embarque, 1848*. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

35. *Sede da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, na Rua das Flores, no Porto*.

Fotografia Guedes, c. 1910. Col. Arquivo Municipal do Porto.





36. Provisão régia de D. João VI, autorizando Gonçalo Cristóvão a hipotecar as suas quintas do Douro à Companhia, 1816. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão.

to, a Companhia emprestava a Gonçalo Cristóvão, com juro de 3% ao ano, 12 contos, em 12 prestações de um conto de réis, a entregar entre finais de 1818 e 1820. Referia-se, expressamente, que esse dinheiro só poderia ser utilizado no melhoramento das quintas, que ficavam sob controlo de inspectores da Companhia, encarregados de informar sobre o avanço dos investimentos. As quintas ficavam hipotecadas à Companhia, que, a partir da vindima de 1820, deveria receber metade da importância dos vinhos aí produzidos até ao pagamento integral da dívida⁷⁵. Pela correspondência trocada entre Gonçalo Cristóvão e a Junta da Administração da Companhia, bem como pelos abundantes relatórios enviados pelos inspectores sobre a aplicação do empréstimo, fica-se com a impressão de ter sido realizado, em pouco tempo, um trabalho gigantesco de desmatamento, abertura de valeiras, mergulhias e plantação de dezenas de milheiros de cepas, construção e reconstrução de muros de socacos, bem como de reedificação de lagares, adegas e cardenhas. Mas, simultaneamente, percebe-se que esses trabalhos estiveram longe de garantir a produção esperada, porque terão sido mal concebidos ou mal executados.

No caso da Quinta da Foz Ceira, um relatório escrito em Agosto de 1819 dá-nos uma imagem do abandono em que estava a quinta, tendo-se apenas procedido ao desmate e pouco mais: «Fui ver a quinta que o Il.mo Sr. Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo tem partindo pelo Poente com o Rio de Foz de Seiras [sic] no qual não achei bacelo algum de nova plantação, e menos paredes novas. A melhor de 25 anos [sic] que esta não foi granjeada, segundo me informam, e por isso toda está reduzida a monte. Este ano foi cortada toda a grande lenha que tinha, e depois no Maio lhe deram uma cava embodalhada, porque o tempo era impróprio para poder penetrar terra inculta. Fizeram-lhe alguma enxertia, mas esta sem proveito, tanto pelo pouco que esta puxou, como porque no tempo em que foi feita não podiam conhecer a casta das vides, e por isso algumas cortaram de melhor casta do que a nova enxertia. Precisa de ser toda plantada de bacelo e aquela vide velha que aparecer na valada aproveitá-la, metendo-a abaixo, porque vem mais breve e escusa enxertia porque se pode suprir esta com bacelo de

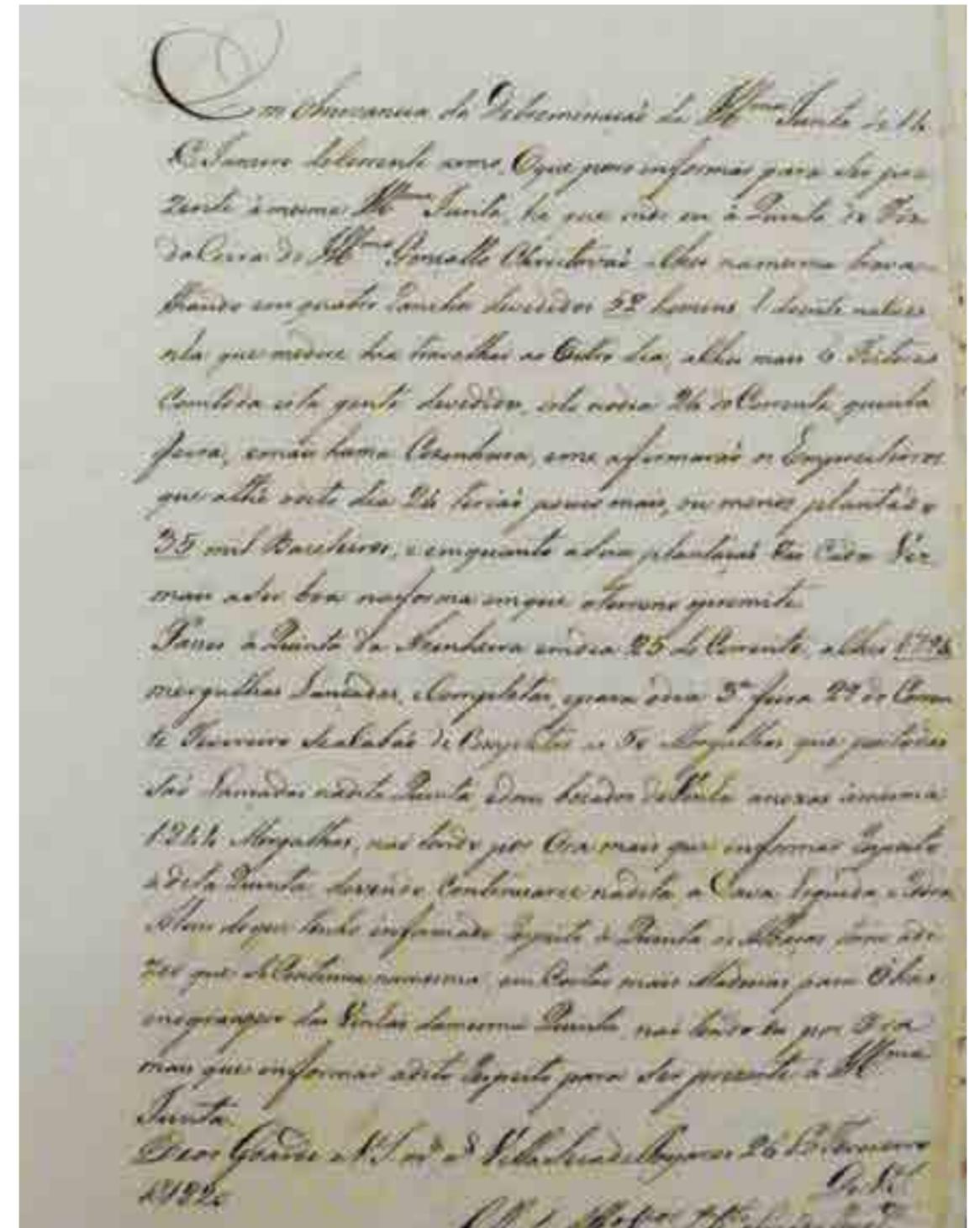
⁷⁵ Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Escritura de empréstimo a Gonçalo Cristóvão e hipoteca das suas quintas, 19.12.1818. Ver, também, SOUSA, Fernando de (coord.) — *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2006, p. 354-355.

tintas. Não tem um bago de uvas nas poucas vides que resistiram até agora afogadas no mato. É terra que depois de movida e plantada de novo precisa para a cava do costume de 800 a 1.000 homens só de cava. Tem a quinta 3 outeiros e 2 vales, que se fosse toda de terra fértil poderia dar de 300 a 400 pipas, mas os outeiros são de fraca produção, assim como os vales do meio para cima, por ser terra inferior; e o que tem da estrada da mesma quinta abaixo é mais fértil, e me disseram que toda a sua produção nunca chegara a 20 pipas, e para a pôr no estado de se aproximar a esta antiga produção é preciso uma grande despesa de plantação e uma boa administração. Poucas paredes novas precisa e as velhas carecem umas de [ser] respaldadas e outras rebulidas para lhe tirar o silvado. Tem umas pobres casas em que vive um caseiro que ali se abriga, e ganha o seu dia aonde o rogam. Tem mais outros pardieiros unidos e desbaratados e descobertos, num dos quais tem duas pequenas lagaretas e um só feixe, estragado com o temporal, e uma delas fará pouco mais de 3 pipas e a outra pouco mais de 4 ditas, mandadas fazer pelo Abade da Sé do Porto, como me disseram, que no estado desbaratado em que estão mostram não ter feito vinho há muitos anos; e a sua pequena grandeza não inculca grande produção da quinta; porém o vinho que vier a dar é de esperar ser de óptima qualidade. Não tem água para beber e uso da quinta senão a do Rio e Foz. Disseram-me que antigamente tinha uma açuda do Rio da Foz, que entrava na quinta, mas que maliciosamente lha principiaram a arruinar e depois, na primeira enchente do Rio, que se foi de todo. O rendimento presente que se pode colher de milho sem água da estrada abaixo, por ser terra mais fértil, enquanto se não puser de bacelo, é de 12 a 15 alqueires. Tem ainda muitas oliveiras, que não estão muito ferrugentas, que poderão dar em ano de azeite de 25 a 30 almudes, e em ano de falta 4 almudes, como me informam»⁷⁶. Também António Fernandes, o principal feitor da quinta em 1820, recordará mais tarde: «esta quinta estava perfeitamente inculta e a monte, e que nada produzia, excepto alguma azeitona de oliveiras que ainda existem, e que mal se aproveitava, em razão do muito mato que havia debaixo delas»⁷⁷.

Só em Dezembro de 1819 seria assinado um contrato com o empreiteiro galego

⁷⁶ Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Carta de Fernando José Correia Monteiro, de Lamego, para a Junta da Companhia, 15.08.1819.

⁷⁷ Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Estado e memorial das quintas de Gonçalo Cristóvão, c. 1860.



37. Informação sobre os trabalhos na Quinta da Foz Ceira, 26.02.1820. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*.



38. e 39. Casas da Quinta da Foz Ceira. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.

Celestino Rodrigues, de Lugo, assistente em Tanha, Abaças, para a plantação de vinha na Quinta da Foz Ceira, por 28\$500 réis por milheiro de cepas, estabelecendo as condições de plantação e de construção de calços, muitos deles com pilheiros, ou seja, com videiras plantadas em aberturas regulares nas paredes⁷⁸.

Gonçalo Cristóvão continuou a viver no Porto. Como era frequente na época, confiou a direcção dos trabalhos de recuperação das quintas a feitores e caseiros, só se deslocando ao Douro de anos a anos. Em Janeiro de 1820, descobriu que o feitor da Quinta da Azinheira, Francisco Fortunato de Oliveira de Carvalho, tinha extraviado 4 contos de réis, o que o levou a dedicar maior atenção à gestão das quintas⁷⁹.

A partir de Janeiro de 1820, a Quinta da Foz Ceira encheu-se de trabalhadores. Mas as condições de trabalho eram deploráveis, com as cardenhas quase inabitáveis, arranjadas à pressa. Nas palavras do feitor António Fernandes: «No começo da referida plantação, foram mandadas reparar e cobrir de madeira e telha as paredes de casas antigas, que se achavam perfeitamente demolidas, para nelas dormirem e arrumarem as ferramentas os obreiros»⁸⁰. Ao consultarmos os relatórios semanais dos informadores da Companhia, percebemos a flutuação do número de trabalhadores, quer porque fossem deslocados para a Quinta da Azinheira, também em reconstrução⁸¹, quer porque não aceitassem as péssimas condições de trabalho, aparecendo quase sempre a referência a galegos doentes. Talvez por isso, a proverbial docilidade dos trabalhadores galegos nem sempre se verificou aqui. Apesar de contar com vários feitores armados, para orientarem o serviço e manterem a disciplina dos vários bandos, a quinta foi palco

⁷⁸ Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Contrato com o empreiteiro Celestino Rodrigues, para a plantação de vinha na Quinta da Foz Ceira, 08.12.1819.

⁷⁹ Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Carta de Gonçalo Cristóvão para a Junta da Companhia, 01.1820.

⁸⁰ Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Estado e memorial das quintas de Gonçalo Cristóvão, c. 1860.

⁸¹ Em Janeiro de 1820, Gonçalo Cristóvão justificava o atraso da plantação na Foz Ceira com a conclusão dos trabalhos na Quinta da Azinheira: «estando quase completa a Quinta da Azinheira, que pela semana que vem fica completa de todo o granjeio e plantação que podia receber, que passarão de doze mil camas que leva, só unicamente lhe faltará um ou dois milheiros de bacelo para o seu completo, é a razão por que tem faltado alguma gente na plantação da Quinta da Foz do Ceira, que já tem plantado de 12 a 15 milheiros, e logo que der fim à plantação e granjeio da Azinheira, toda a gente vai para a Foz do Ceira, para preencher o número de 80 homens». Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Carta de Gonçalo Cristóvão para a Junta da Companhia, 01.1820.

de tumultos violentos, como aconteceu na noite de 8 de Fevereiro de 1820, segundo se pode ler na carta do informador da Companhia: «Dou parte a V. S.^a para expor à Il.^{ma} Junta de que por pessoa do meu conceito mandei ver as quintas do Il.^{mo} Sr. Gonçalo Cristóvão, e me informa que a de Foz de Ceira tem quatro feitores bons e inteligentes para a cultura, e que estes assistem num pobre quartel das casas da quinta, arremendado de paredes e madeira e telhado novo, e que a porta deste ainda não está vestida de tábuas e só engradada. Estes justaram a plantação do bacelo com dois empreiteiros; e porque se acautelaram no ajuste, e os dois empreiteiros tudo aceitaram, parece que com intenção de depois fazerem como quisessem, trouxeram logo trabalhadores valentes e destemidos; de forma que talvez logo as boas diligências dos feitores lhe[s] não agradaram, que no dia 8 do corrente uma esquadra de melhor de 30 homens que trabalhava no fim da quinta, ao pé do Pontelo, depois de cearem vieram todos em chusma e atiraram às sapadas do quartel dos feitores com pedras, que algumas pesariam quatro arráteis, e quebraram bem 300 telhas, dizendo ao mesmo tempo 'Viva Ourense'. Dois dos feitores mais destros, vendo-se neste ajuste, antes que lhe fossem dentro, saíram subitamente e logo que avistaram o primeiro deram-lhe um tiro, de que logo morreu, e apareceu de manhã com duas pedras agarradas em cada mão sua; o outro feitor atirou a outro, que o cravou bem de chumbo, mas poderá escapar, e o que deu o primeiro tiro tratou de fugir, e junto ao tal Pontelo se viu atacado de outro galego, e para se livrar dele foi-lhe picando o corpo como pôde, e diz que tem 18 facadas, mas que não são perigosas. Antes desta desordem andavam no trabalho 86 homens e agora só andam 15 e três feitores, e os dois empreiteiros capatazes conservam-se na quinta, esperando mais gente para o trabalho. As paredes ou socalcos velhos que podem sofrer em cima acrescento vão-se reedificando por um pedreiro, e o bacelo vai em boa altura e largura aonde se pode romper, e porque a pedra é muita os mesmos homens de trabalho a vão assentando, ficando somente uma até três valadas de bacelo entre um e outro socalco, para se consumir a pedra, e as paredes vão cheias de bacelo»⁸².

Vale a pena confrontar estas informações com as que, algumas décadas depois, emitiu António Fernandes Abaças, da Ermida, que, em 1820, era o feitor principal da

82 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Carta de Fernando José Correia Monteiro, de Lamego, para António Tomás de Almeida da Silva, 13.02.1820.



40. Informação sobre o tumulto dos galegos na Quinta da Foz Ceira, 13.02.1820. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*.

Foz Ceira, até porque se refere não a um mas a dez ou onze mortos no motim dos trabalhadores galegos: «Esta quinta esteve inculta muitos anos, criando-se nela espesso e corrido mato até que, por ocasião em que era público e notório que Gonçalo Cristóvão contraía um grande empréstimo da Companhia, a mandou plantar de bacelo, e que esta plantação subira acima de 60 milheiros, ficando apenas terreno para nele se plantar 8 a 10 milheiros de bacelo; plantação aquela que ficou interrompida por espaço de 4 a 5 anos de uma grande assuada que então houve entre os galegos que a faziam e ele, António Fernandes e mais quatro indivíduos, que todos para ali tinham ido mandados pelo mesmo Gonçalo Cristóvão, na qualidade de feitores daquele serviço, sendo ele António Fernandes o principal responsável por tudo, de cujo conflito resultaram 10 ou 11 mortes daqueles empreiteiros»⁸³.

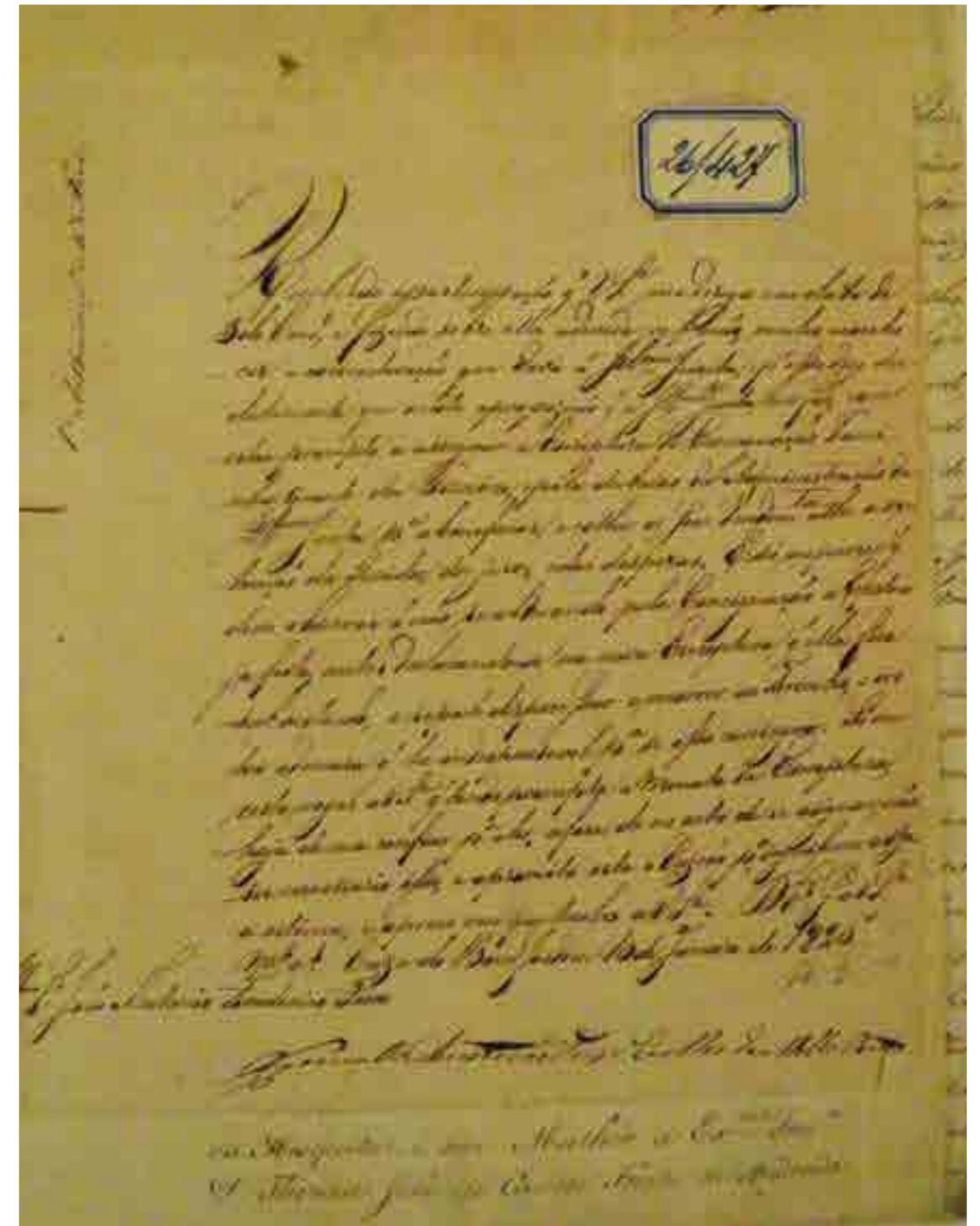
Apesar de todos os trabalhos realizados nas suas quintas do Douro, o fidalgo do Bonjardim não conseguiu respeitar os termos do contrato de 1818, que implicavam que, a partir da vindima de 1820, entregasse à Companhia metade do valor anual da venda dos vinhos para amortizar a dívida. Só o fez em 1823 e voltaria, depois, a não cumprir essa obrigação até 1826. Em Janeiro desse ano, dado que a dívida, com a acumulação de juros, continuava a aumentar, somando já cerca de 14 contos, a Junta da Companhia propôs-lhe que entregasse a Quinta da Foz Ceira à sua administração, considerando não ser «possível amortizar-se a dívida por meio da consignação estabelecida, até porque o estado das referidas quintas é o mesmo ou pouco difere daquele que motivou o empréstimo para a sua cultura, reparos e melhoramento»⁸⁴. O fidalgo, sem meios para propor outra alternativa, acabou por entregar a Quinta da Foz Ceira, através de um novo contrato formalizado no início do mês seguinte⁸⁵.

No entanto, o rendimento das quintas de Gonçalo Cristóvão era, de facto, muito escasso para amortizar a elevada dívida contraída. Mesmo com as replantações do

⁸³ Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Estado e memorial das quintas de Gonçalo Cristóvão, c. 1860.

⁸⁴ Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Carta da administração da Companhia para Gonçalo Cristóvão, 03.01.1826.

⁸⁵ Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Carta de Gonçalo Cristóvão para a Junta da Administração da Companhia, 26.01.1826; Escritura de consignação e cessão da administração entre Gonçalo Cristóvão e a Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, 06.02.1826.



41. Carta de Gonçalo Cristóvão ao representante da Companhia, aceitando ceder a administração da Quinta da Foz Ceira, 10.01.1826. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*.

início da década de 1820, a Quinta da Foz Ceira produziu apenas 2 pipas na vindima de 1826. E, entre 1828 e 1830, produziu uma média de cerca de 5 pipas. Além disso, esse vinho era, provavelmente, vendido «à bica», já que, ao contrário do previsto, não tinham sido reconstruídos os lagares nem existia vasilhame para guardar o vinho, o que justifica também a omissão da Quinta da Foz Ceira nos *Arrolamentos de Vinhos de Embarque* da Companhia até 1830. Um ano por outro, registava-se a produção de algum azeite⁸⁶, mas sem significado no rendimento total da quinta⁸⁷.

Não tardou, por isso, a Companhia a reconhecer que seria totalmente inviável retirar da Quinta da Foz Ceira, no estado em que se encontrava, rendimento suficiente para amortizar a dívida. Logo em 1827, através do seu advogado, tentou negociar com Gonçalo Cristóvão para este retomar a administração da Foz Ceira e pagar a dívida, rescindindo o contrato do ano anterior. Gonçalo Cristóvão, sem meios para gerir a quinta, recusou a proposta. A Companhia insistiu: «Sabe V. Ex.^a muito bem que o último contrato foi celebrado na maior boa-fé, e tendo unicamente por fim o interesse comum de ambas as partes, tomando-se então como princípio certo e causa do contrato que o importe da anual produção da Quinta da Foz Ceira, entregue à administração da II.ma Junta, com o necessário granjeio regular e alguns reparos, daria não só para as despesas do fabrico como também para pagamento dos juros, e pouco a pouco iria dando para a amortização parcial do capital. Aquele princípio porém é, e em breve se conheceu ser, manifestamente falso, porque a referida quinta se acha em tal estado que a sua produção anual, quando muito, apenas poderá cobrir as despesas de granjeio ordinário e mui escassamente alguns reparos de pouco custo; e se se fosse fazer de novo, como ela absolutamente precisa, seria necessário despender um cabedal imenso que só poderia ser restaurado com o longuíssimo decurso de anos superior a todo o cálculo; e que não cabe na administração da II.ma Junta, e nem a ela nem a V. Ex.^a mesmo conviria tal expediente»⁸⁸. Gonçalo Cristóvão apresentou a contraproposta de entregar também à administração da Companhia a sua Quinta da Azinheira, mas, segundo a Companhia,

86 Em 1827, produziu 2,5 almudes e, no ano seguinte, 11 almudes.

87 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Contas e documentos relativos à dívida de Gonçalo Cristóvão.

88 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Carta da Junta da Administração da Companhia para Gonçalo Cristóvão, 05.01.1828.

tal «seria verdadeiramente um simulacro de remédio que deixaria o mal já inveterado sem cura», insistindo em voltar ao contrato de 1818. No entanto, a evolução das negociações deverá ter conduzido à solução proposta por Gonçalo Cristóvão (acrescentando a Quinta de Celeirós), celebrando-se um novo contrato em Abril de 1829, segundo o qual a Companhia ficava com a administração das quintas da Azinheira e Celeirós, a juntar à da Quinta da Foz Ceira⁸⁹.

Nos anos seguintes, sobretudo em 1830 e 1831, a Quinta da Foz Ceira conheceu investimentos significativos, com obras nas casas e novas plantações de vinha⁹⁰. Como recordaria, mais tarde, o feitor António Fernandes: «depois que a quinta passou a ser administrada pela Companhia, foi todo reedificado [as construções anteriores que tinham servido de cardenhas] desde os alicerces, mandando fazer nele sobrado, com divisões de quartos, casas térreas pegadas e divididas, para nelas dormirem os obreiros, e recolher animais, cozinha também pegada, dois lagares, que lhe pareciam ser um de 18 e outro de 10 pipas, os quais ficam superiores ao armazém, que é debaixo da sala da mesma casa; e que ouvira dizer que as madeiras que ali se consumiram foram cortadas e conduzidas das matas que o dito Gonçalo Cristóvão possuía na freguesia de Abaças, e que as dera gratuitamente. [...] depois da administração da Companhia [...] ela aumentou a cultura, não só porque mandou plantar o resto do terreno da quinta, que levaria de 8 a 10 milheiros de bacelo, e fazer as competentes geias ou paredes, mas porque daquele tempo em diante tem sido regularmente granjeada, com boa cava e poda, lançando-lhe grande número de mergulhas, aumentando a enxertia e redra, de forma que o melhoramento foi grande»⁹¹.

Viviam-se então tempos conturbados, com o choque violento entre os defensores de um regime político liberal e os adeptos da Monarquia absoluta. Cioso dos seus ve-

89 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Correspondência entre Gonçalo Cristóvão e a Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, 1828; Escritura de consignação e cessão da administração entre Gonçalo Cristóvão e a Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, 30.04.1829.

90 Por exemplo, em 1831, foram aí plantados 15.500 baceles. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Folhas de despesas das quintas.

91 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Estado e memorial das quintas de Gonçalo Cristóvão, c. 1860.

lhos pergaminhos de nobreza, Gonçalo Cristóvão enfileirava entre os absolutistas acérrimos. Já antes, no início de Junho de 1823, se tinha destacado entre o grupo de fidalgos que organizara, na sequência da Vila-Francada, a contra-revolução no Porto, através do controlo da guarnição militar e da Câmara, onde, no dia 4, D. João VI foi aclamado como Rei absoluto⁹². Nesse mesmo dia, Gonçalo Cristóvão, que havia sido «reformado» do seu posto de Coronel de Cavalaria em 1821⁹³, foi nomeado Comandante da Força Armada do Porto, montando quartel na sua Quinta do Bonjardim, de onde emitiu uma Proclamação aos portuenses e ordens do dia⁹⁴. Viria a destacar-se, também, no período do absolutismo miguelista, a partir de 1828, como brigadeiro do exército. Nesse ano, aos êxitos político-militares contrapuseram-se acontecimentos familiares dolorosos, com a morte de dois filhos jovens, Gonçalo Cristóvão, o filho primogénito, com 19 anos, que era cadete de Infantaria, e Teresa do Carmo, com 15 anos⁹⁵. Em Março de 1829, D. Miguel concedeu a Gonçalo Cristóvão, bem como a todos os seus filhos, «a distinta mercê de poderem usar da medalha de ouro com a sua real efígie», atendendo aos «relevantes serviços e mais provas de uma bem acrisolada fidelidade»⁹⁶. Em Julho de 1832, quando D. Pedro entrou no Porto com o seu exército liberal, Gonçalo Cristóvão abandonou a Quinta do Bonjardim, fugindo com a família para a sua casa da Rua das Flores, em Vila Real. Por isso, durante o Cerco do Porto, a Quinta do Bonjardim foi sequestrada, «em razão da fuga do suplicado e ser conhecido afecto ao intruso Governo da usurpação»⁹⁷.

O fidalgo faleceu na sua casa da Rua das Flores, em Vila Real, em Novembro de 1832, com 53 anos⁹⁸, deixando a viúva, D. Teresa José do Carmo Freire de Andrade, e os seus quatro filhos jovens, Maria das Dores, José António, Francisca de Paula e Duarte

92 *Borboleta Duriense*, 05.06.1823.

93 Por Portaria de 29.6.1821. *Diário da Regência*, 30.06.1821.

94 *Borboleta Duriense*, 10.06.1823.

95 O filho Gonçalo Cristóvão faleceu em 04.09.1828 e a filha Teresa do Carmo em 27.10.1828. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. S. Pedro — *Livro de registo de óbitos*, 1820-1836, fl. 102v e 104v-105.

96 *Gazeta de Lisboa*, 14.05.1829.

97 Em 1834, após a vitória liberal, houve um despacho para levantar esse sequestro, a pedido da viúva de Gonçalo Cristóvão, mas a propriedade ficou «penhorada», pois os herdeiros «não trataram mais nem de pagar nem de levantar o dito sequestro». Arquivo Distrital de Vila Real. Judicial — *Inventário de menores por morte de Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita*, 10.12.1832.

98 Faleceu em 30.11.1832, sendo sepultado na sua capela de S. Brás. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. S. Pedro — *Livro de registo de óbitos*, 1820-1836, fl. 156v.

Egas Moniz⁹⁹, numa situação precária. O filho mais velho, José António Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita, ficou como cabeça-de-casal, encarregado de organizar o inventário de menores. O processo de inventário e de partilhas iria arrastar-se até 1845, revelando muitas dívidas por pagar, que ultrapassavam o valor dos bens móveis e de foros vencidos. Algumas propriedades foram à praça. Toda a herança ficaria adjudicada ao cabeça-de-casal, que se encarregou do pagamento das dívidas¹⁰⁰.

A par dos problemas relacionados com a herança paterna, o jovem José António enfrentava a degradação da sua relação conjugal. Tinha casado aos 17 anos, por procuração, com uma menina fidalga de 13 anos, D. Maria do Carmo de Lima Noronha e Alpoim (1815-1871), filha de António de Lima Teixeira de Noronha e de D. Ana Emília de Alpoim e Meneses, de Cabeceiras de Basto¹⁰¹. Entre 1831 e 1835, o casal teve três filhos, Maria da Graça, Teresa e Ana Emília de Assunção¹⁰². Mas, por essa altura, as perturbações da Guerra Civil deveriam ocupar António Teixeira, que, em 1832, com 20 anos, servia o exército miguelista, como Coronel do Regimento de Milícias de Bragança¹⁰³. No final de 1834 ou início de 1835, por suspeitas de infidelidade da mulher, o casal acabou por se separar, ficando José a viver na Quinta de Bouças, em Cabeceiras de Basto, e D. Maria do Carmo na Quinta de S. Pedro de Atei, em Mondim, até 1836. A separação de facto evoluiu para uma separação de direito em 1838, alegando-se nos autos que «o génio da discórdia esvoaçara em torno deles e expusera em circunstâncias de ser perigosa a um, contra sua mútua habitação até um e outro se certificarem da verdade ou falsidade dos motivos que deram causa a esta inesperada desinteligência, acicatados, a um e outro sem dúvida, por pessoas nela interessadas por cuja razão postergada à paixão, e ouvindo tão-somente os ditames da prudência há três para quatro anos vivem sepa-

99 Maria das Dores tinha 22 anos, José António 21, Francisca de Paula 19 e Duarte Egas Moniz 16.

100 Arquivo Distrital de Vila Real. Judicial — *Inventário de menores por morte de Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita*, 10.12.1832.

101 O casamento realizou-se em Atei, Mondim de Basto, em 01.03.1829. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Atei — *Livro de registo de casamentos*, 1808-1838, fl. 57v-58v.

102 Maria da Graça nasceu em 1831; Teresa nasceu na freguesia de S. Pedro, em Vila Real, em 17.08.1832; e Ana Emília de Assunção nasceu em Atei, Mondim de Basto, em 20.03.1835, já depois da separação dos pais, tendo falecido, com menos de 2 meses, em 12.05.1835. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. S. Pedro — *Livro de registo de baptismos*, 1831-1836, fl. 52; Atei — *Livro de registo de baptismos*, 1806-1838, fl. 232; Atei — *Livro de registo de óbitos*, 1808-1838, fl. 65.

103 Foi nomeado nesse posto pelo Decreto de 13.06.1832, tendo sido, anteriormente, Cadete do Regimento de Cavalaria de Chaves. *Gazeta de Lisboa*, 18.06.1832.

rados de facto mas não de direito, considerando porém que suposto possam ser falsos os motivos desta separação, que se verdadeiros fossem eram dela fundamento jurídico, contudo enquanto subsista esta incerteza sua mútua coabitação é ainda talvez perigosa à vida de um e outro, e considerando que não podem viver nesta separação de facto mas que a devem legalizar de direito para cujo efeito têm tentado recorrer ao poder judicial bem contra sua vontade, por conhecerem que questões desta natureza são indecorosas entre pessoas de baixa esfera e muito mais entre Fidalgos da sua categoria»¹⁰⁴. O casal nunca mais voltaria a reconciliar-se¹⁰⁵.

Foi neste contexto de crise familiar que José António Teixeira Coelho teve de enfrentar a renovação dos contratos que haviam sido feitos pelo pai relativamente à administração das quintas do Douro para saldar a dívida à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Em finais de 1834, a dívida à Companhia elevava-se já a 23.448\$587 réis. Sem disponibilidade financeira para propor outra alternativa, os herdeiros de Gonçalo Cristóvão sujeitaram-se às imposições da Companhia, assinando uma nova escritura em Julho de 1835, em que aceitaram não só as condições do contrato de 1829 como o aumento do juro anual para 5%¹⁰⁶. Tratava-se de um contrato leonino, já que a Companhia estabelecia, de forma arbitrária, os valores das receitas e das despesas das quintas, fixando, nomeadamente, preços abaixo do valor corrente do mercado para os respectivos vinhos, do que decorria o aumento crescente da dívida.

Pouco depois, em 1840, José António Teixeira Coelho ainda tentou reverter a situação, interpondo uma acção judicial para anular o contrato de 1835, alegando, sobre-

¹⁰⁴ Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Escritura de separação amigável entre D. Maria do Carmo de Lima Noronha e Alpoim e José António Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita, 23.04.1838.

¹⁰⁵ No seu testamento, feito em 12.03.1868, António José deixou escrito: «declaro que nunca mais tornei a ter relações com minha mulher, nem juntar-me por momento com ela, em virtude de estar escandalosamente amancebada desde o momento em que deixou a casa de sua mãe em 1836». Arquivo Municipal do Porto. Administração do Bairro Ocidental do Porto — *Testamento com que faleceu José António Teixeira Coelho Pinto da Mesquita*, 31.08.1881. Não sabemos se D. Maria do Carmo teria ido logo viver na companhia de Francisco Manuel da Costa, futuro visconde de Montariol. Dessa relação teria, em 1844, em Braga, um filho natural, Manuel Maria da Costa Alpoim, futuro visconde de Negrelos. Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins — *Nobreza de Portugal e Brasil*. Vol. III. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961. Ao contrário do que se lê em Zuquete, D. Maria do Carmo não era então viúva, mas, como vimos, separada.

¹⁰⁶ Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Escritura de rectificação de obrigação de dinheiro, hipoteca, consignação e mais condições que fazem a viúva e filhos de Gonçalo Cristóvão com os administradores da Companhia dos Vinhos do Porto, 09.07.1835.

tudo, irregularidades processuais. Porém, essa acção viria a ser julgada improcedente, depois de se arrastar pelos tribunais durante um quarto de século¹⁰⁷, continuando a Companhia a gerir as quintas.





3. As doenças da videira: crise e reconstrução do Douro

Na segunda metade de Oitocentos, a viticultura duriense atravessou um dos períodos mais trágicos da sua história. As doenças da videira obrigaram não só a novas práticas de granjeio, com a introdução de tratamentos fitossanitários, mas a replantar todo o vinhedo regional, com porta-enxertos americanos. Os custos eram elevadíssimos, já que as novas plantações exigiam surribas mais fundas, patamares mais largos e muros de xisto mais altos e resistentes, em substituição dos velhos socalcos pré-filoxéricos, de muros baixos e irregulares, seguindo o desenho das curvas de nível, com patamares estreitos, por vezes com uma só fiada de videiras, sem embardamento regular, usando as velhas práticas de erguida ou empa de cada videira com tutores de madeira. Tudo isso fez alterar a paisagem das encostas vinhateiras. Por outro lado, a enxertia obrigatória de castas regionais sobre «cavalos» americanos traduziu-se numa total renovação do património genético da viticultura duriense.

Simultaneamente, houve mudanças radicais na organização institucional, com a extinção dos poderes majestáticos da velha Companhia, que deixou de ter o controlo da produção e do comércio dos vinhos do Douro desde 1852, renunciando a era de liberdade comercial de todos os vinhos durienses, incluindo os de fora da antiga demarcação, que foi abolida, entre 1865 e 1907. Entretanto, a extinção dos vínculos, por decreto de 1863, veio permitir a divisão e alienação dos bens dos morgados.

No último quartel do século, coincidindo com um período de aumento da concorrência e de falsificações de vinhos do Porto no mercado internacional, os melhores vinhos do Douro, apesar de raros, sofreriam uma forte quebra dos preços e dificuldades

46. *Rebento de videria*. Fotografia de Rui Costa. Col. Bulas.

de escoamento. Após o drama da crise vitícola, cuja recuperação exigira grandes investimentos aos proprietários que conseguiram resistir, a crise comercial veio agravar a situação de depauperamento regional, de abandono ou de transferência de propriedades, bem como de miséria e de fome entre os assalariados rurais, reflectindo-se, em breve, num crescente fluxo migratório das gentes das aldeias do Douro para as cidades do litoral ou para o Brasil. Aqui e ali, houve proprietários que tentaram sobreviver, sem grande sucesso, reconvertendo as vinhas em terras de gado ou de pão, ou apostando em outras culturas, como o olival ou o amendoal.

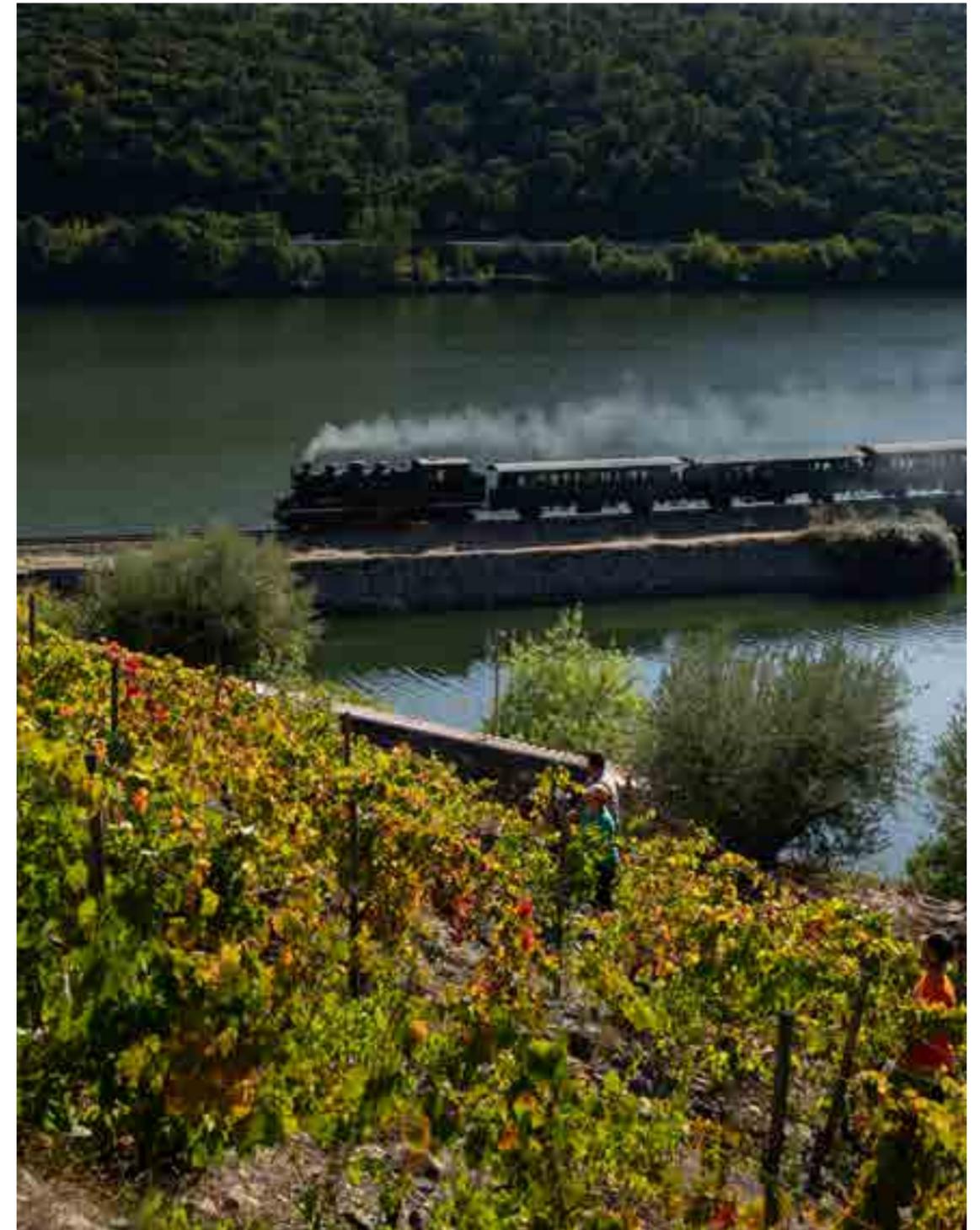
O fim da legislação pombalina permitiu que o vinhedo se estendesse pelo Douro Superior até à fronteira. A construção da linha ferroviária do Douro, que chegou à Régua em 1879, ao Pinhão no ano seguinte e a Barca de Alva em 1887, veio não só apoiar esse alargamento do espaço regional mas também reforçar a ligação ao Porto e a Gaia, facilitando o transporte de vides, fitossanitários, adubos, trabalhadores e vinhos.

Dolorosamente, o Douro reinventou-se como região vinhateira. Quando, em 1907, conheceu nova legislação reguladora, a vitivinicultura duriense era já substancialmente diferente da que fora sendo aperfeiçoada ao longo dos séculos anteriores, com novas práticas de surribe e plantação, de granjeio das vinhas e de vinificação. Por outro lado, muitas terras tinham mudado de mãos, emergindo uma nova classe de proprietários, muito diferenciada, com capacidade para investir na recuperação e modernização das quintas vinhateiras. Algumas quintas foram adquiridas ao desbarato por lavradores locais abastados, outras por negociantes e capitalistas, sobretudo ligados ao comércio do vinho do Porto, incluindo famílias e empresas inglesas.

3.1. A crise do oídio

A partir de 1852, a propagação do oídio nas vinhas do Douro, uma doença da videira até então desconhecida na região, fez diminuir, substancialmente, a produção de vinhos.

Na Quinta da Foz Ceira, onde a vindima de 1851 atingira 19 pipas de vinho, os re-



47. Comboio a vapor junto à Quinta da Foz Ceira. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.

1857.

		1855	1856	1857
Jun 5	Comunicação		12000	
Jun 9	Idem	10000	10000	5000
Jun 10	Idem		12000	
Jun 11	Idem	10000	10000	5000
Jun 12	Idem		12000	
Jun 13	Idem	10000	10000	5000
Jun 14	Idem		12000	
Jun 15	Idem	10000	10000	5000
Jun 16	Idem		12000	
Jun 17	Idem	10000	10000	5000
Jun 18	Idem		12000	
Jun 19	Idem	10000	10000	5000
Jun 20	Idem		12000	
Jun 21	Idem	10000	10000	5000
Jun 22	Idem		12000	
Jun 23	Idem	10000	10000	5000
Jun 24	Idem		12000	
Jun 25	Idem	10000	10000	5000
Jun 26	Idem		12000	
Jun 27	Idem	10000	10000	5000
Jun 28	Idem		12000	
Jun 29	Idem	10000	10000	5000
Jun 30	Idem		12000	
Total		1628972	1792562	2328572
Reserva		1212872		
Reserva		461077		
Reserva		352123		

48. Despesas das quintas da Azinheira, Foz Ceira e Celeirós, 1857. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão.

gistos das colheitas seguintes mostram uma progressiva quebra da produção. Em 1855, a vindima rendeu escassas 5 pipas. E, em 1856, colheram-se apenas 16 almudes¹⁰⁸. Como recordava um memorando posterior, «nos anos do *oidium* e em que se não enxofrou quase nada produzia, produzindo as vinhas contíguas de 300 pipas somente 27»¹⁰⁹. Ou seja, o mal era geral, afectando igualmente as vinhas vizinhas da Quinta da Costa, de António Vaz de Sampaio e Melo, com uma quebra da produção de mais de 90%. Em breve, a fase mais aguda da crise do oídio seria ultrapassada, com a difusão dos tratamentos com flor de enxofre.

Na Foz Ceira, os primeiros tratamentos contra o oídio ter-se-ão iniciado em 1857, como sugerem as referências nas contas da quinta à compra de enxofre e de quatro pulverizadores. Desde então a produção voltaria a subir gradualmente, embora com grandes flutuações anuais. De 3 pipas nesse ano passaria a 11 pipas em 1858. Mas não voltaria a aproximar-se das cerca de 20 pipas que se colhiam antes do aparecimento da doença. Entre 1859 e 1873, a média anual pouco ultrapassou 8 pipas de vinho¹¹⁰. E, depois, como veremos, desceria ainda mais, com o ataque da filoxera.

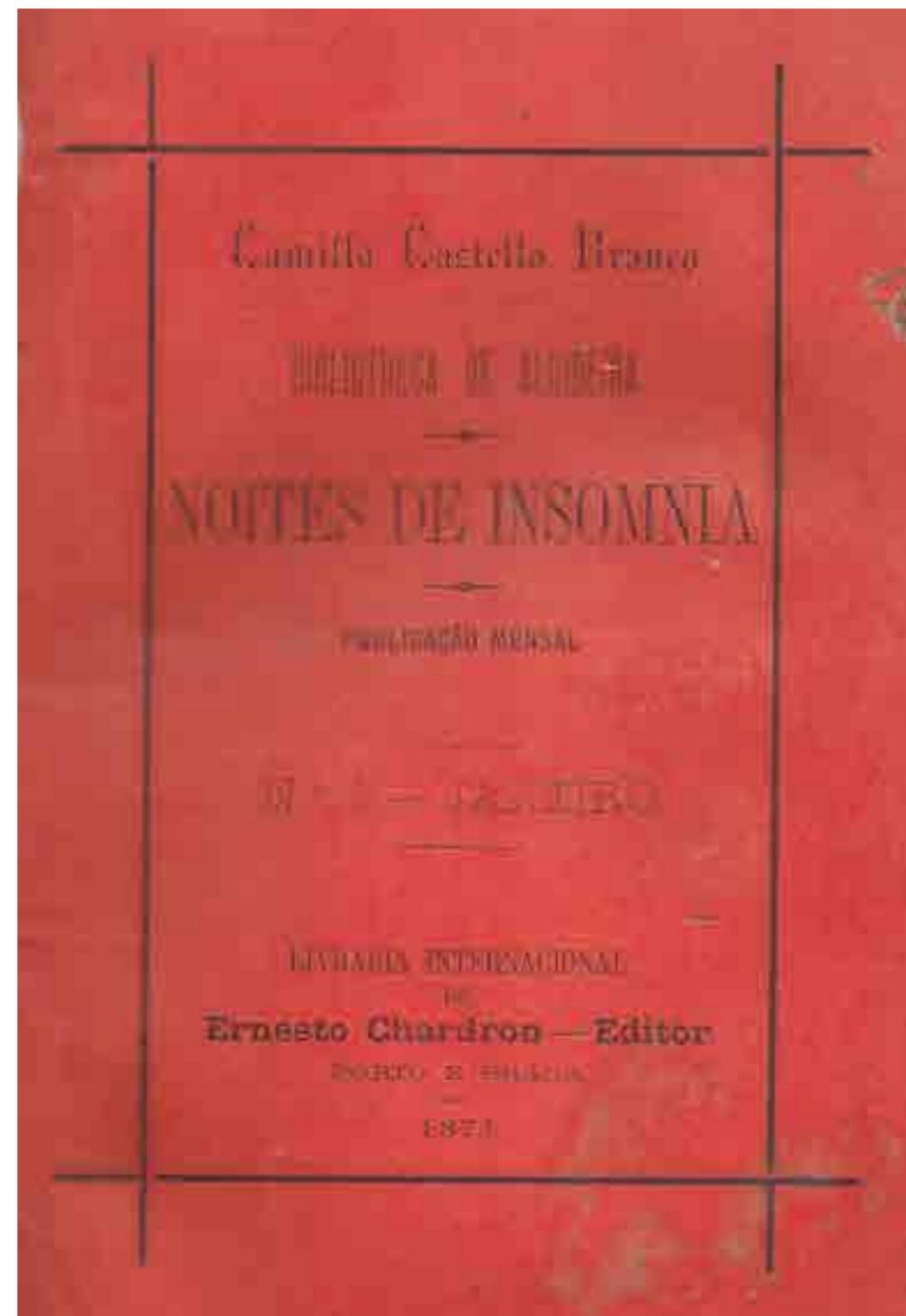
As outras produções agrícolas, como o azeite, a batata, os cereais, os legumes e as frutas, destinavam-se, geralmente, ao consumo dos trabalhadores da quinta. Só excepcionalmente terá havido excedentes para comercializar, como aconteceu em 1858, em que se registaram vendas de centeio e de batata, ou em 1866, 1871 e 1873, de alguns almudes de azeite¹¹¹.

Nessa altura, a quinta mantinha-se sob a administração da Companhia, mas o proprietário, José António Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita, acalentava a esperança de poder resgatá-la, pagando a dívida contraída por seu pai. No segundo e último testamento que redigiu em 1868 na sua Quinta em Atei, em Mondim de Basto,

108 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Contas das quintas da Azinheira, Foz Ceira e Celeirós, 1835-1875.
 109 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Consultas e esclarecimentos. Documento de c. 1890.
 110 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Contas das quintas da Azinheira, Foz Ceira e Celeirós, 1835-1877.
 111 Respectivamente, 34, 15,5 e 17,5 almudes. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Contas das quintas da Azinheira, Foz Ceira e Celeirós, 1835-1875.

onde então residia, deixou todos os seus bens de prazo e a terça dos seus bens livres a sua filha Maria da Graça Teixeira Coelho, casada com José Xavier Teixeira de Barros, residentes em Vila Real, legando à outra filha, Teresa Freire de Andrade Teixeira Coelho, casada com Inácio Xavier Teixeira de Barros, residentes em Celorico de Basto, a sua «Quinta da Foz Ceira, logo que esteja desembaraçada do ónus que tem, o que deverá acontecer por minha morte»¹¹². No entanto, esse desígnio não se verificou, continuando a quinta nas mãos da Companhia, mesmo depois da morte do fidalgo. É que a dívida, com a acumulação dos juros, aumentara continuamente, somando mais de 85 contos na década de 1870, e José António Teixeira Coelho não dispunha de meios para a remir. Segundo o romancista Camilo Castelo Branco, que conhecia bem o fidalgo, desde as suas andanças de juventude por Vila Real, José António encontrava-se, no final da sua vida, numa situação crítica, próxima da miséria. Provavelmente exagerada pela liberdade literária, e com algumas imprecisões genealógicas, a narrativa camiliana, datada de 1874, testemunha, pelo menos, as dificuldades por que passava então o descendente de Gonçalo Cristóvão: «Representa-se no Porto um drama chamado *Egas Moniz*. [...] / Quando o drama se anunciou, a primeira vez, nos cartazes, um homem de sessenta anos, vestido de preto, sobrecasaca no fio, o veludo da gola rapado, as calças recortadas e lamacentas à volta das botas azuladas de velhice, parou à esquina da Rua Formosa, a ler o cartaz grudado no cunhal da igreja das Almas. / Eu reconheci-o à distância, avizinhei-me, e parei, por detrás dele, em frente do cartaz, meditando. / E meditava isto: / Egas Moniz gerou Lourenço Viegas, o espadeiro; [...] / E assim se foram gerando uns dos outros com uma constância digna da nossa admiração, até que uma senhora da casa dos Coelhos, senhores de Vieira e Felgueiras, casou na casa dos senhores da Teixeira e Sergude, e deste consórcio gerou-se: / Gonçalo Pinto Coelho, que gerou: / Martim Teixeira Coelho, que gerou: / Bernardo José Teixeira Coelho, que gerou: / Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto de Mesquita, senhor da Teixeira, de Sergude e do Bom Jardim, pai daquele homem pobrememente vestido que lia o cartaz do drama *Egas Moniz*, na esquina da Rua Formosa. / Aproximei-me dele, pus-lhe a mão no ombro, e disse-lhe: / — Está o meu amigo regozijando-se de ler em letras enormes o tio de seu décimo oitavo avô Egas Moniz... / — Não, senhor — respondeu ele sorrindo — estava a

112 Arquivo Municipal do Porto. Administração do Bairro Ocidental do Porto — *Testamento com que faleceu José António Teixeira Coelho Pinto da Mesquita em 31.08.1881, realizado em 12.03.1868.*



49. Capa de brochura do primeiro número de *Noites de Insónia* (1874), de Camilo Castelo Branco. Coleção particular de Rui Domingues.

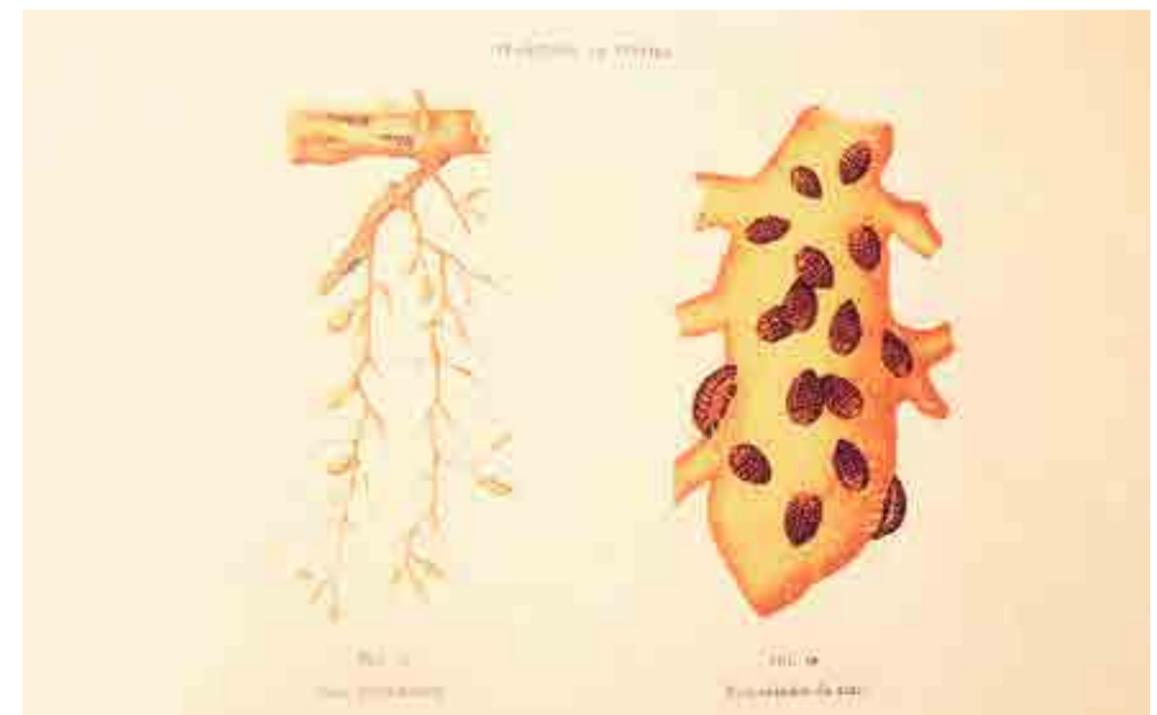
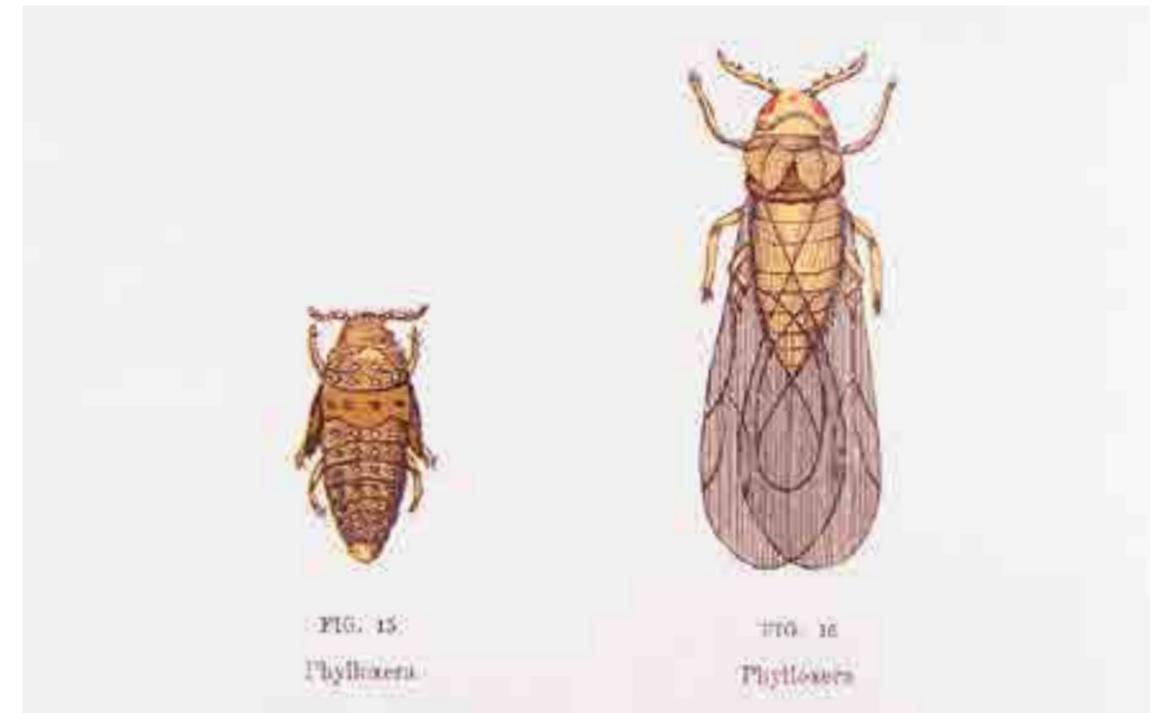
cismar numa cousa que me não regozija absolutamente nada... / — Bem sei — acudi eu com a minha notória esperteza — estava V. Exc.^a meditando que já não há portugueses que, à semelhança de seu avô, fossem de corda ao pescoço dar satisfação da palavra mal cumprida. / — Não, senhor; pensava em outra cousa... / — Bem sei... pensava no apagado luzimento desta heróica estirpe dos Viegas, dos Coelho, dos... / — Não, senhor; pensava em ir ver ao teatro Baquet representar a façanha deste meu ilustre avô; mas vejo aqui escrito que um lugar de galeria custa duzentos réis; e eu, décimo oitavo neto de Egas Moniz, se tivesse dous tostões, iria empregá-los no jantar de meus filhos, que estão em jejum»¹¹³.

3.2. A «nova moléstia» das vinhas

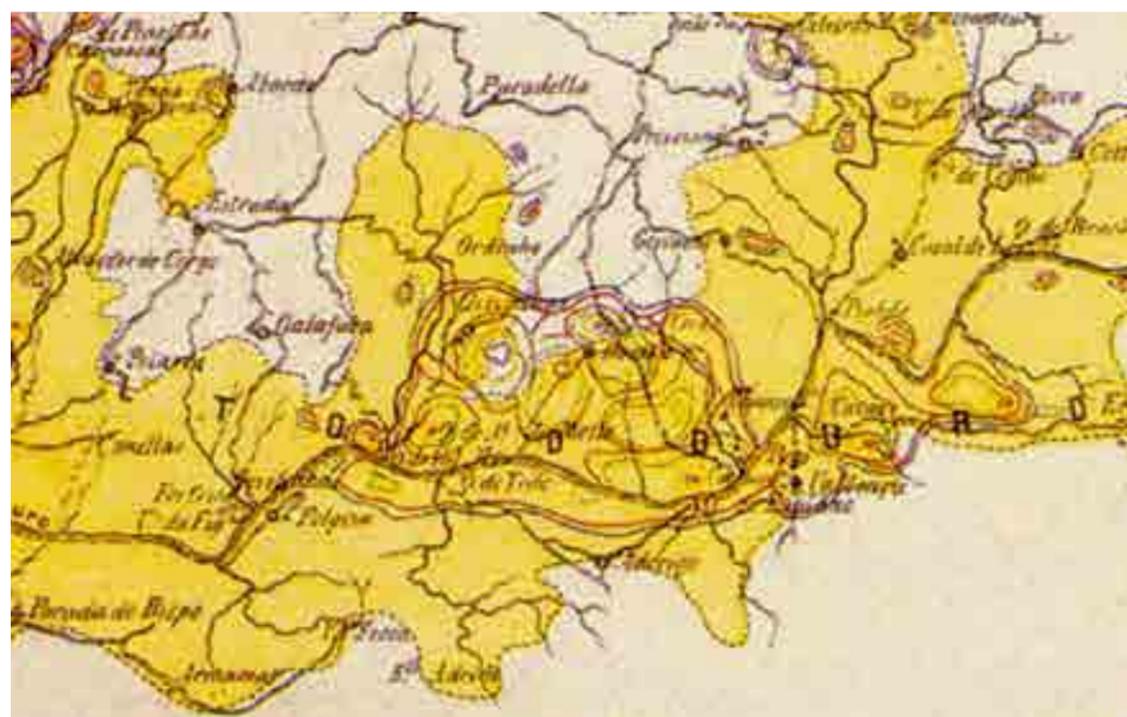
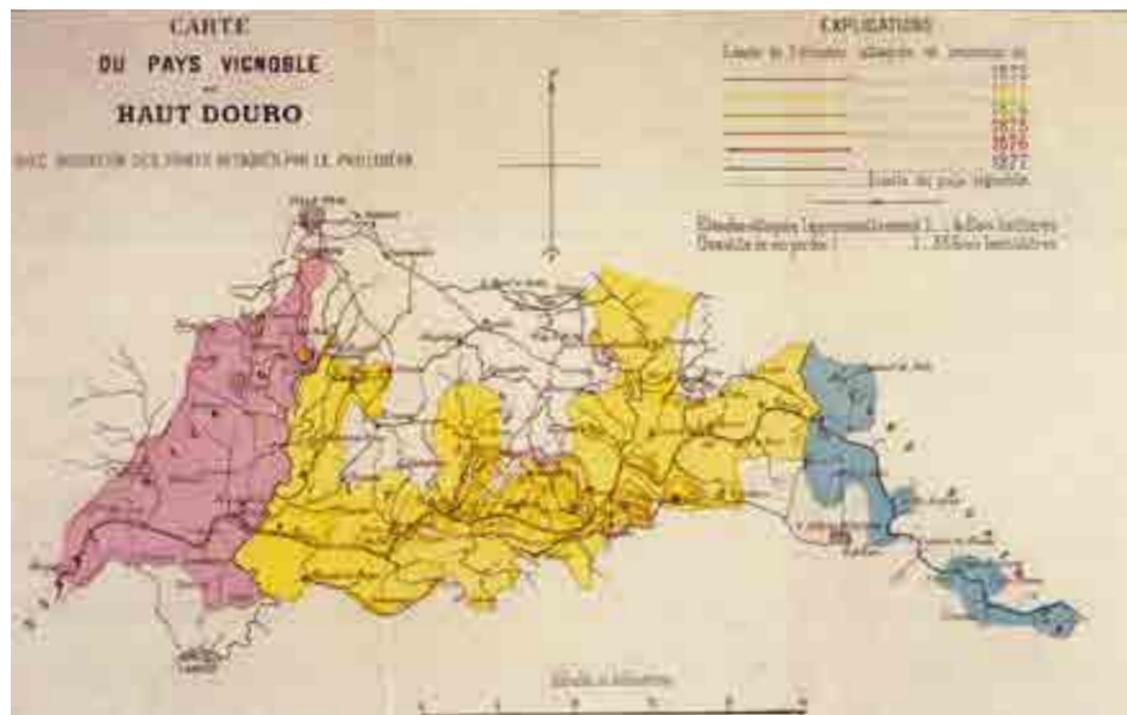
Nos anos sessenta do século XIX, as vinhas do Douro, ainda mal recuperadas da invasão do oídio, conheceram uma «nova moléstia», bem mais grave do que a anterior, provocada por um insecto minúsculo, a filoxera, que se alimentava da seiva das raízes das videiras. Em pouco tempo, as plantas secavam, transformando as vinhas em «mortórios» estéreis. De início, não se conhecia a causa da morte das videiras, sendo o avanço do insecto bastante lento, confinando-se a sua acção devastadora ao foco inicial, precisamente em Gouvinhas, de onde teria alastrado para a vizinha freguesia de Covas. Só no início da década de 1870 começariam a aparecer nos jornais do Porto e na imprensa especializada notícias alarmantes dessa «nova moléstia» que devastava os vinhedos do Sul de França e do Douro.

O governo de Fontes Pereira de Melo tomou medidas imediatas. Logo em Maio de 1872, Rodrigo de Moraes Soares, Director-geral do Comércio e Indústria, enviou ao Governador Civil de Vila Real um «Interrogatório acerca da nova moléstia das vinhas do Douro», pedindo informações detalhadas sobre a situação. Nesse ofício, destacava-se uma quinta que fora de António de Melo Vaz de Sampaio, de onde, supostamente, irradiara a filoxera: «Chegando ao conhecimento do governo a deplorável notícia de que em algumas vinhas do Douro, e principalmente na quinta que foi de António de

113 CASTELO BRANCO, Camilo — *Noites de Insónia, oferecidas a quem não pode dormir* [1874]. In CASTELO BRANCO, Camilo — *Obras Completas*. Vol. XIV. Porto: Lello & Irmão, 1991, p. 689-690.



50. e 51. Formas da *phylloxera vastatrix* e raízes de videira atacadas pelo insecto. Litografias de Emílio Biel publicadas pelo Visconde de Vilarinho de S. Romão, *Flagelos da Videira*, 1891, p. 122 e 126.



52. Mapa da progressão da filoxera no Douro até 1878. Publicado por Rodrigo de Moraes Soares, em *Mémoire sur les Vins du Portugal*, 1878.

53. Mapa da progressão da filoxera no Douro até 1878. Publicado por Rodrigo de Moraes Soares, em *Mémoire sur les Vins du Portugal*, 1878.

Melo, de Gouvinhas, se manifestou a moléstia causada pelo insecto denominado *phylloxera vastatrix*, determina s. ex.^a o ministro, que v. ex.^a empregue, com urgência, todos os meios que a sua reconhecida inteligência e zelo pelo serviço público lhe sugerirem para obter os esclarecimentos que constam do interrogatório junto»¹¹⁴. Três semanas depois «confirmadas, por comunicação do governador civil de Vila Real, as lamentáveis notícias que corriam acerca da manifestação, em algumas vinhas do Douro, da nova moléstia, causada pelo funesto insecto denominado *phylloxera vastatrix*», o governo nomeou uma comissão presidida por Rodrigo de Moraes Soares, Director-geral do Comércio e Indústria, e integrada pelo Visconde de Vila Maior, João Inácio Ferreira Lapa, Silvestre Bernardo Lima e António Augusto de Aguiar, para propor as medidas que considerassem mais adequadas para combater a filoxera¹¹⁵. Essa Comissão Central, com sede em Lisboa, criou duas delegações, uma em Coimbra, dirigida pelo Visconde de Vila Maior, e outra no Porto, constituída por José Duarte de Oliveira Júnior, António Batalha Reis e Jaime Batalha Reis. Esta última, encarregada de estudar a nova moléstia das vinhas, deslocou-se ao Douro, visitando setenta propriedades em quatro concelhos (Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua e S. João da Pesqueira), descobrindo em todos focos de infestação filoxérica. No seu relatório, a Comissão fez remontar a presença do insecto no Douro à Primavera de 1863, nas vinhas da Quinta dos Montes ou da Azinheira, em Gouvinhas, de António de Melo Vaz de Sampaio¹¹⁶, o proprietário da Quinta da Costa de Baixo. Nessa quinta, onde se colhiam 60 a 70 pipas de vinho antes da filoxera, a produção baixara para 55 pipas em 1865, cerca de 19 em 1869, 8 em 1870 e 1 em 1872¹¹⁷. Na origem desse foco inicial, o primeiro a ser detectado em Portugal e um dos primeiros da Europa, estariam algumas videiras americanas importadas pelo proprietário da Quinta dos Montes em 1862. Logo nesse ano, como informaria em 1873, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, filho e herdeiro de António de Melo, teriam secado 50 cepas devido à filoxera: «Data de 1862 a invasão filoxérica em Portugal, numa vinha da

114 Ofício de 14.05.1872, publicado em *O Arquivo Rural*, 1872, p. 96.

115 Portaria de 08.06.1872, publicada em *O Arquivo Rural*, 1872, p. 96.

116 OLIVEIRA JÚNIOR, José Duarte de; REIS, António Batalha; REIS, Jaime Batalha — *A nova moléstia das vinhas no Douro. Relatório apresentado à Comissão Central pela Delegação encarregada de estudar no Douro a nova moléstia das vinhas*. [Outubro 1872]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, p. 15-16.

117 OLIVEIRA JÚNIOR, José Duarte de — *Novo flagelo das vinhas*. Porto: Jornal de Horticultura Prática, 1872, p. 7; MELO, Lopo Vaz de Sampaio e — *Apontamentos sobre a nova moléstia das vinhas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, p. 8.

freguesia de Gouvinhas, concelho de Sabrosa, distrito de Vila Real. Esta vinha pertencia ao falecido conselheiro Lopo Vaz de Sampaio e Melo, que, em carta de 20 de Janeiro de 1873, participou à comissão da Gironda que no ano de 1862 tinham secado naquela propriedade umas 50 cepas, e mais tarde todas as outras que as tinham substituído. [...] A princípio, a invasão em Portugal caminhou lentamente e sem que se lhe prestasse muita atenção. Em 1869, uma parte da primeira vinha de Gouvinhas achava-se destruída e o mal lavrava já pelas propriedades vizinhas, enchendo de susto os seus proprietários»¹¹⁸. Nesse caso, a partir de Gouvinhas, o Douro teria sido a primeira região vitícola da Europa a ser invadida pela nova doença da videira¹¹⁹. Apesar da destruição de boa parte da vinha na sua Quinta dos Montes, António de Melo Vaz de Sampaio mantinha-se, nessa altura, como um dos lavradores mais ricos e um dos maiores contribuintes de todo o concelho de Sabrosa¹²⁰, certamente por não estarem ainda afectadas pela filoxera as outras extensas propriedades que possuía em Gouvinhas, a começar pela Quinta da Costa de Baixo.

Não podemos precisar o momento em que a filoxera terá iniciado a sua invasão devastadora nas vinhas da Costa de Baixo e da Foz Ceira. Em 1873, a Quinta da Foz Ceira, administrada pela Companhia, produziu ainda 10 pipas de vinho. Mas, no ano seguinte, a colheita baixou para 5 pipas e, em 1877, para 2,5 pipas, devendo-se, certamente, essa queda da produção à acção devastadora da filoxera. Além disso, nesse ano de 1877, parte da quinta seria expropriada para a construção da linha ferroviária do Douro¹²¹. Em 1880, praticamente todas as vinhas estariam já reduzidas a mortórios, como se pode ler num documento escrito por volta de 1890: «há dez anos já produzia tão pouco por causa da filoxera que já não chegava para pagar ao caseiro, produzindo o ano passado apenas 3 almudes [...]». Os calços sempre foram levantados, e se agora não são é porque a vinha acha-se devastada e seca pela filoxera, e que assim procedem todos

118 BARROS, Alfredo de Vilanova de Vasconcelos Correia de — «Reconstituição da vinha europeia pela enxertia sobre cepas americanas». *Boletim da Direcção-Geral de Agricultura*, n.º 12. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, p. 938.

119 MARTINS, Conceição Andrade — «A filoxera na viticultura nacional». *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991 (3-4), p. 656.

120 Arquivo Distrital de Vila Real. Governo Civil — *Recenseamento eleitoral do concelho de Sabrosa*, 1869.

121 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Contas das quintas da Azinheira, Foz Ceira e Celeirós, 1835-1875.

54. *Enxertia de videira no Douro*. Fotografia da Casa Alvão, c. 1940. Col. Centro Português de Fotografia.



os proprietários de vinhas nesse estado»¹²². Em Gouvinhas, a calamidade era geral, com todas as vinhas dizimadas pela filoxera. Na vindima de 1892, segundo o visconde de Vilarinho de S. Romão, a produção de toda a freguesia somou apenas cerca de 20 pipas¹²³.

A recuperação dos vinhedos do Douro, com a plantação de porta-enxertos americanos e a enxertia de castas regionais, só se expandiria nessa altura, atingindo, na década de 1890, uma dimensão extraordinária¹²⁴. Até então, muitos viticultores preferiam tratar as vinhas filoxeradas com a injeção de sulfureto de carbono, o que apenas conseguia atrasar a progressão do insecto. Nessa fase anterior, foi crucial o estudo e o trabalho realizados por alguns pioneiros, defensores da replantação com videiras americanas, entre os quais se destacou Joaquim Pinheiro de Azevedo Leite Pereira, de Provesende, que, em 1876, procedeu ao plantio das primeiras cepas americanas na sua Quinta de Vale de Figueira, em Covas do Douro, tendo improvisado uma escola para ensinar a arte da enxertia.

3.3. Lopo Vaz de Sampaio e Melo: o ministro natural de Gouvinhas, proprietário da Costa de Baixo

Entretanto, em Janeiro de 1871, tinha falecido António de Melo Vaz de Sampaio, com 73 anos¹²⁵. Os seus herdeiros, a viúva, D. Bárbara Felícia do Amaral, com quem casara dois dias antes, e o filho, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, tiveram de enfrentar um longo processo judicial com os descendentes de Ludovina Augusta de Melo e Sampaio, irmã de António de Melo, dado que este não procedera a inventário e partilhas por ocasião do falecimento de seus pais, Lopo Vaz de Sampaio e Melo (falecido em 1827) e

122 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Consultas e esclarecimentos. Parecer, c. 1890.

123 VILARINHO DE S. ROMÃO, Visconde de — *Viticultura e vinicultura. Trás-os-Montes - Alto Douro Central*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p. 547.

124 A superfície vitícola do Douro, que, antes da invasão filoxérica, era de 43 mil hectares, estava reduzida em 1888 a cerca de um terço. PEREIRA, Miriam Halpern — *Livre-câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971, p. 178. Segundo o conselheiro Teixeira de Sousa, nos distritos da Guarda Viseu, Vila Real e Bragança, plantaram-se, entre 1893 e 1902, mais de 20 mil hectares de vinhas, a maior parte na região do Douro integrada nesses distritos. Cf. SOUSA, António Teixeira de — *A Questão do Douro*. Porto: Empresa Guedes, 1907, p. 15-16.

125 Faleceu em Gouvinhas, em 18.01.1871. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Gouvinhas — *Livro de registo de óbitos, 1871*, fl. iv.

Maria Vitória de Carvalho Melo e Sampaio (falecida em 1847). O procedimento de António de Melo teria as suas razões. Por um lado, a maior parte das propriedades estava então sujeita ao regime de morgadio, extinto apenas em 1863. Mas havia ainda outros motivos, desde o facto de aquela irmã ter recebido, adiantadamente, por dote de casamento, em 1821, 4 contos de réis, por conta das legítimas dos pais, e ter, entretanto, falecido em 1837, não existindo, provavelmente, relações entre os seus descendentes e a família de Gouvinhas. A realização do inventário e das partilhas das vastas propriedades do casal com esses parentes estaria, certamente, entre as preocupações de António de Melo, tal como a legitimação do seu filho Lopo, de modo a garantir os seus direitos à herança paterna, o que o terá levado a casar, à hora da morte, com a mãe do rapaz, Bárbara Felícia do Amaral. Poucos dias depois, a 27 de Janeiro, decerto cumprindo instruções do falecido marido e do filho Lopo, já que ela não sabia ler nem escrever, Bárbara Felícia dirigiu ao Delegado do Procurador Régio e Curador dos Órfãos no Julgado de Sabrosa uma participação do falecimento do marido, referindo os factos precedentes: «D. Bárbara Felícia de Sampaio e Melo, viúva deste lugar de Gouvinhas, participa a V. S.^a que, tendo falecido no dia 18 de Janeiro do corrente ano seu marido António de Melo Vaz de Sampaio deste mesmo lugar, sem disposição alguma testamentária, deixando apenas um filho maior, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, ficou a suplicante meeira no casal. Acontece porém que, tendo falecido Lopo Vaz de Sampaio e Melo, sogro da suplicante, em 21 de Novembro de 1827, ficou sua mulher, D. Maria Vitória, na posse dos bens do casal, sem chamar à partilha os interessados, e finando-se esta em 10 de Agosto de 1847, entregou-se de todo o casal o marido da suplicante, possuindo-o indiviso até à sua morte recente, não obstante só lhe pertencer metade dos bens livres deixados por seus pais, pertencendo a outra metade a sua irmã, D. Maria Ludovina Vaz Guedes de Melo e Sampaio, hoje representada por seus filhos e netos de maior e menor idade, sendo todavia certo que nunca ninguém requereu do marido da suplicante partilha do casal, o que ele nesse caso teria dado; não sabendo a suplicante se porventura há alguns credores a esta herança. O que participo a V. S.^a para os fins legais»¹²⁶.

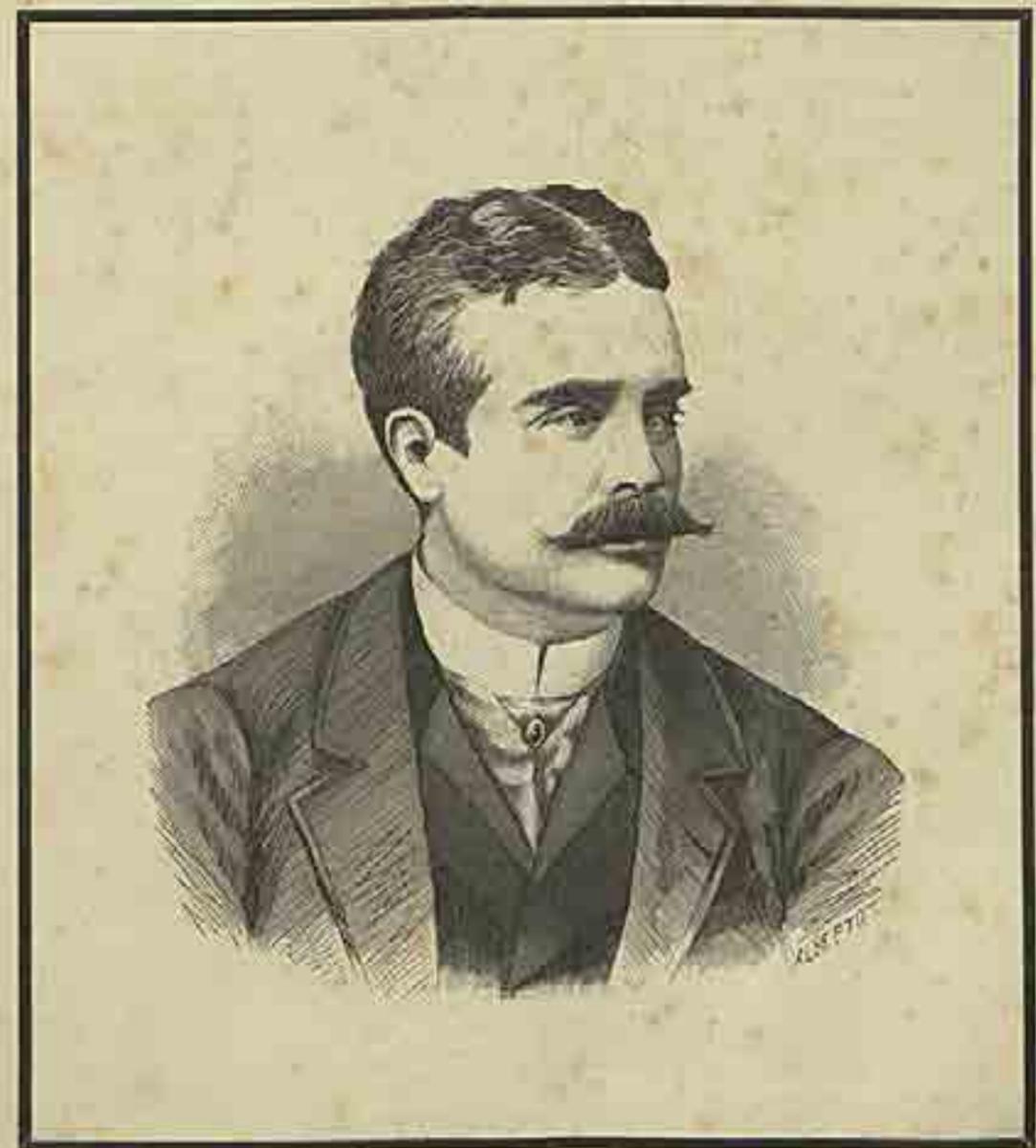
Não interessa aqui penetrar nesse longo processo judicial de partilhas entre os dois ramos da família Sampaio e Melo, mas apenas compreender o que se passou com a

126 Arquivo Distrital de Vila Real. Judicial — *Processo de inventário obrigatório*. Inventariados: Lopo Vaz de Sampaio e Melo, Maria Vitória; Inventariante: Bárbara Felícia de Sampaio e Melo, 1871-1876.

OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Preços de assignatura	Anno de 1892	Semest. de 1892	Trim. de 1892	N.º de entregas	15.º Anno — XV Volume — N.º 478	Redacção — Atelier de Gravura — Administração Laloux, E. do Príncipe Real, estrada para T. do Castelo de S. João, 4.
Fortugal (franco de porto, em lreite)	2000	1000	333	409	1 DE ABRIL DE 1892	Toda a correspondência de assignaturas deve ser acompanhada de seu importe, e dirigida à administração da Empresa de Occidente, com o qual não se responsabiliza. — Edição responsavel: Cláudio Alberto da Silva.
Movimentos extrajudiciaes (idem)	4000	2000	666	818		
Ext. neg. (custo geral dos correios)	2000	1000	333	409		



Quinta da Costa de Baixo e com os seus proprietários. Apesar de ser nomeada cabeça-de-casal, D. Bárbara Felícia passou procurações a advogados para tratarem do processo de partilhas entre seu filho e os parentes do marido. Pouco depois, em Julho de 1871, renunciou a todos os direitos sobre as propriedades da Casa de Gouvinhas, que passou de direito para o filho Lopo («em cuja posse e domínio de facto já se acha desde o falecimento do marido e pai dos outorgantes»), ficando apenas com as que já possuía antes do casamento¹²⁷. Na escritura de cessão, referiam-se alguns dos bens pertencentes ao anterior vínculo de morgado, nomeadamente, a Quinta do Espinhal, em Donelo, a vinha do Pousadouro, a Quinta da Costa de Baixo, «que consta de vinha, hortas, mata, casa de habitação, lagares e dois armazéns e duas minas de água», a Quinta da Costa de Cima, o Bacelo do José António, a Vinha das Aguanearas, a Vinha Plana, a Vinha Velha do Chão do Abade e outra vinha próxima, o Bacelo do Jornal, a Vinha do Serro da Igreja, a Vinha do Seixo e o Bacelo do Sampaio de Além, a Vinha do Sampaio de Cá, a Vinha da Escadavada e um pomar de espinho no sítio do Figueiredo, em Gouvinhas¹²⁸.

Não sabemos se a relação com o filho se teria degradado a ponto de Bárbara Felícia abandonar a casa de Gouvinhas onde vivera durante décadas, mas o certo é que se retirou então, na companhia da sobrinha Maria da Conceição Moreira do Amaral¹²⁹, para a sua casa de Guiães, onde viria a falecer em 18 de Junho de 1879. Nos seus últimos anos de vida, Bárbara Felícia viveu na companhia dessa sobrinha e da afilhada Bárbara, filha natural da sobrinha, à qual legou, por testamento¹³⁰, o terço disponível, deixando o filho Lopo como herdeiro dos restantes bens¹³¹. Como aconteceu a todos os lavradores

127 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 1.º Cartório Notarial de Sabrosa — *Livro de notas*, 1871-1872. Escritura de cessão e renúncia que faz D. Bárbara Felícia de Sampaio e Melo, viúva, a seu filho Lopo Vaz de Sampaio e Melo, 14.07.1871, fl. 44v-46; Escritura de partilha amigável extrajudicial entre D. Bárbara Felícia de Sampaio e Melo e seu filho Lopo Vaz de Sampaio e Melo, 15.07.1871, fl. 46v-47.

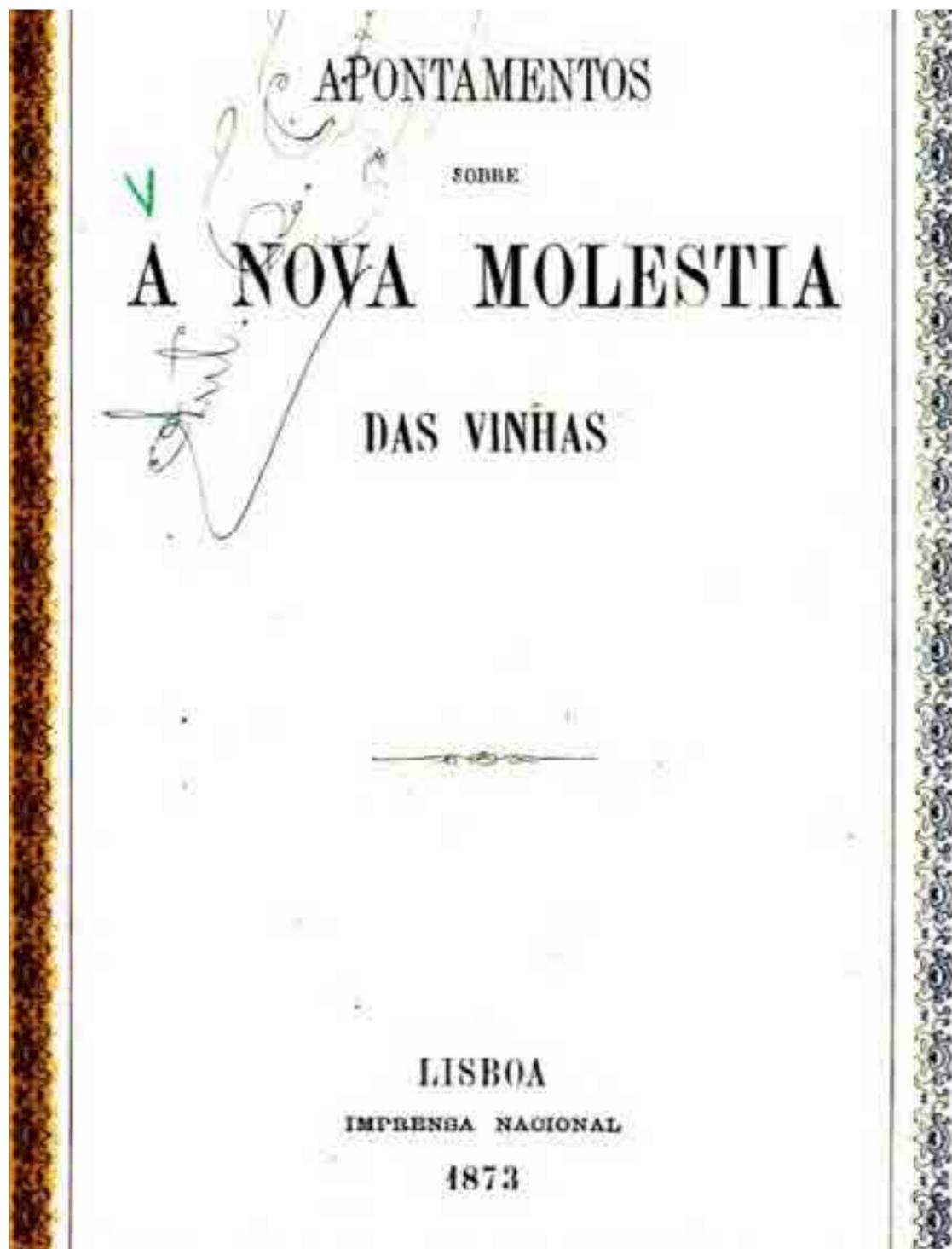
128 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 1.º Cartório Notarial de Sabrosa — *Livro de notas*, 1871-1872. Escritura de cessão e renúncia que faz D. Bárbara Felícia de Sampaio e Melo, viúva, a seu filho Lopo Vaz de Sampaio e Melo, 14.07.1871, fl. 44v-46.

129 A sobrinha Maria da Conceição viria a ter aí, em 21.07.1872, uma filha natural, que baptizou com o nome de Bárbara, cuja madrinha foi D. Bárbara Felícia. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Guiães — *Livro de registo de baptismos*, 1872, fl. 8v-9.

130 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 1.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1878-1879. Testamento de D. Bárbara Felícia de Sampaio e Melo, 30.11.1878, fl. 80v-81v.

131 Os bens móveis, incluindo um tonel de 11 pipas, foram avaliados em 33\$190 réis; a casa e as terras em 1.935\$000 réis. Arquivo Distrital de Vila Real. Judicial — *Processo de inventário obrigatório*. Inventariada: Bárbara Felícia de Sampaio e Melo; Inventariante: Lopo Vaz de Sampaio e Melo, 1879.

55. *Lopo Vaz de Sampaio e Melo*. Gravura publicada na revista O Ocidente, 01.04.1892.



56. Opúsculo *Apontamentos sobre a nova moléstia das vinhas*, publicado por Lopo Vaz de Sampaio e Melo, em 1873.

do Douro, afectados pela forte redução do rendimento das colheitas, a mãe de Lopo Vaz teve também de recorrer ao crédito hipotecário, «precisando do dinheiro para o granjeio e aumento dos seus bens imobiliários». Em Novembro de 1878, contraiu uma dívida de 140\$000 réis à Irmandade das Almas de Guiães com juros de 5% ao ano¹³².

Por essa altura, o seu filho, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, com cerca de 30 anos, vivia em Lisboa, onde era deputado, destacando-se como um dos políticos mais influentes do Partido Regenerador. Vale a pena recordar alguns passos da sua carreira fulgurante. Em 1864, com 16 anos, ingressara no curso de Direito na Universidade de Coimbra, distinguindo-se entre os melhores alunos¹³³. No final do seu curso, no ano lectivo de 1869-1870, nos últimos tempos de vida de seu pai, teve de abandonar os estudos temporariamente, mudando-se de Coimbra para o Porto, para tratar dos negócios paternos. Segundo Alberto Pimentel, o consignatário encarregado da venda dos vinhos de António de Melo no Porto «suicidara-se no rio Douro depois de ter abusado dos créditos de que estava munido» e Lopo Vaz teve de acompanhar o demorado processo de liquidação¹³⁴. Num período conturbado da vida política portuguesa, o jovem Sampaio e Melo envolveu-se na campanha eleitoral desse ano, candidatando-se nas listas do Partido Reformista, pelo círculo de Alijó. Contando com o apoio do Bispo de Viseu (António Alves Martins, natural de Alijó), líder desse partido, viria a ser eleito, com 22 anos, para a Câmara dos Deputados nas eleições de Outubro de 1870. Apesar de interrompido por motivos familiares, nomeadamente a morte do pai em Janeiro de 1871 e as questões ligadas à herança, o trabalho parlamentar do jovem Lopo Vaz revelou as suas capacidades políticas. Finda essa legislatura em Junho de 1871, regressou à sua casa de Gouvinhas, preocupando-se com a gestão da vasta herança paterna. Terá iniciado por essa altura os seus estudos sobre a filoxera e os meios de a combater. Em 1873, publicaria um opúsculo, que fez distribuir gratuitamente entre os lavradores da região do Douro¹³⁵.

132 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 1.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1878-1879. Escritura de dívida de D. Bárbara Felícia de Sampaio e Melo à Irmandade das Almas de Guiães, 30.11.1878, fl. 81v-82v.

133 PIMENTEL, Alberto — *Lopo Vaz de Sampaio e Melo: esboço biográfico*. Lisboa: Adolfo, Modesto & C.ª, 1891, p. 9.

134 Idem, *ibidem*, p. 11.

135 MELO, Lopo Vaz de Sampaio e — *Apontamentos sobre a nova moléstia das vinhas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

Só voltaria ao parlamento em Janeiro de 1877, eleito novamente por Alijó, pelo Partido Regenerador. Em Setembro de 1878, seria nomeado Director-geral da Instrução Pública, cargo que exerceu apenas durante cerca de dois meses, já que, em Novembro, viria a ser nomeado Director-geral das Alfândegas e Contribuições Directas. Nas eleições seguintes, em 1879, obteve uma esmagadora vitória por Sabrosa, de onde era natural e onde se mantinha como residente e eleitor em Gouvinhas¹³⁶. Seria novamente eleito por esse círculo nas eleições de finais desse ano.

Após a morte da mãe, Lopo Vaz centraria cada vez mais a sua vida na capital e na actividade política. Pouco depois, em Julho de 1880, casou com a jovem lisboeta Virgínia de Chaves Lages, de 20 anos, filha do Conselheiro José António Gomes Lages, natural de Freixo de Espada à Cinta, e de D. Alexandrina Amélia Chaves, uma açoreana da ilha de S. Miguel. O casamento contou com a presença de destacadas personalidades políticas como testemunhas, nomeadamente o chefe do Partido Regenerador, Fontes Pereira de Melo, então Presidente da Câmara dos Pares, Conselheiro, Ministro e Secretário de Estado Honorário, e o Visconde de Chancelieiros, Sebastião José de Carvalho, grande proprietário de Alenquer e Par do Reino, que havia já desempenhado os cargos de Governador Civil de Lisboa e Ministro das Obras Públicas¹³⁷. O casal fixou residência na freguesia de Santa Catarina, na Travessa da Portuguesa, sucedendo-se o nascimento dos seus seis filhos ao longo dessa década.

Com a queda do governo progressista em Março de 1881 e sua substituição por um governo regenerador, chefiado por António Rodrigues Sampaio, Lopo Vaz de Sampaio e Melo foi chamado a exercer o importante cargo de Ministro da Fazenda, que desempenhou até Novembro desse ano. Nas eleições para a nova Câmara dos Deputados, seria eleito, simultaneamente, por Lisboa e Vila Nova de Gaia. Em Outubro de 1883, no governo chefiado por Fontes Pereira de Melo, voltaria a integrar a equipa governativa, como Ministro da Justiça, cargo que exerceu até Fevereiro de 1885, tendo sido, entretanto, eleito deputado por Braga nas eleições de 1884. E, no ano seguinte, foi eleito para a Câmara dos Pares pelo Colégio Distrital de Braga. Nas eleições de 1886 e de 1889,

¹³⁶ Arquivo Distrital de Vila Real. Governo Civil — *Recenseamento eleitoral do concelho de Sabrosa*, 1879.

¹³⁷ O casamento realizou-se na igreja paroquial de S. Sebastião da Pedreira, em Lisboa, em 02.07.1880. Arquivo Distrital de Lisboa. Paroquiais. S. Sebastião da Pedreira — *Livro de registo de casamentos*, 1880-1883, fl. 81-82.

voltaria a ser eleito deputado pelo mesmo círculo.

Na sequência do *ultimatum* inglês de 11 de Janeiro de 1890, com a queda do governo progressista de José Luciano de Castro e a formação de um novo governo regenerador, chefiado por António de Serpa Pimentel, Lopo Vaz retomou o cargo de Ministro da Justiça até à demissão desse governo em Outubro. Voltaria ainda a exercer funções governativas, a partir de Maio de 1891, como Ministro do Reino, no segundo ministério suprapartidário de João Crisóstomo. Em Julho, sentindo-se doente, pediu para ser substituído temporariamente nessas funções, viajando para Espanha, para uma cura de águas termais em Mondariz. Pouco depois, na viagem de regresso, contraiu uma febre tifóide, só se restabelecendo em Novembro, altura em que regressou à chefia do Ministério do Reino, lugar que ocupou até Janeiro de 1892¹³⁸. Não estava, porém, completamente curado. Faleceu, poucos meses depois, com 43 anos, deixando a viúva, D. Virgínia de Chaves e Melo Gomes Lages, com 6 filhos menores¹³⁹.

Se conhecemos, com razoável detalhe, a trajectória familiar e política de Lopo Vaz de Sampaio e Melo, não conseguimos descobrir documentação que nos permitisse esclarecer a sua acção como viticultor, em particular como proprietário da Quinta da Costa de Baixo, no período épico da luta contra a filoxera, no último quartel do século XIX. Não sabemos se Lopo Vaz terá tido algum sucesso como viticultor nem se terá conseguido manter as vastas propriedades herdadas, que deveriam estar então quase totalmente destruídas. Desse tempo a quinta conserva um ou outro vestígio que suscita mais interrogações do que certezas, mas que poderá indiciar algumas mudanças. A enorme eira lajeada, situada a poente dos edifícios da quinta, que sugere uma aposta extensiva em culturas cerealíferas. É bem provável que esta eira date do período filoxérico, em que a morte das vinhas e os elevados investimentos necessários para a sua replantação terão conduzido, como aconteceu em outras quintas, a um regresso à cerealicultura.

¹³⁸ PIMENTEL, Alberto — *Lopo Vaz de Sampaio e Melo: esboço biográfico*. Lisboa: Adolfo, Modesto & C.ª, 1891; ALMEIDA, Pedro Tavares de; CLUNY, Isabel — «Melo, Lopo Vaz de Sampaio e». In MÓNICA, Maria Filomena (coord.) — *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. 2. Lisboa: ICS/ Assembleia da República, 2005, p. 865-870.

¹³⁹ Lopo Vaz de Sampaio e Melo faleceu em Lisboa em 20.03.1892. Deixou os filhos António (com 10 anos), Lopo (8), Margarida (7), Maria Alexandrina (6), Manuel (5) e Fernando (3). *Diário Ilustrado*. Lisboa, 21.03.1892; *A Folha*. Régua, 23.03.1892.

Página seguinte - 57. *Eira na Quinta da Costa de Baixo*. Fotografia de Pedro Sartmento Costa. Col. Bulas.



3.4. A Quinta da Foz Ceira no tempo da reconversão pós-filoxérica

Na Quinta da Foz Ceira, a destruição provocada pela filoxera e a queda abrupta do seu rendimento na década de 1870 fizeram agravar, com a acumulação dos juros anuais, o montante da dívida dos descendentes de Gonçalo Cristóvão, que, a 1 de Janeiro de 1879, ascendia já a 85.106\$912 réis, muito acima do valor da propriedade.

Para a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que mantinha a administração da quinta, com o objectivo de amortizar essa dívida, a devastação filoxérica, situando as receitas muito abaixo das despesas, traduziu-se num dilema: ou a Companhia devolvia a quinta aos seus proprietários, rescindindo os anteriores contratos e esperando que eles pagassem a dívida contraída pelo seu antepassado, ou fazia grandes investimentos na replantação dos vinhedos afectados.

Numa primeira fase, a Companhia tentou a primeira solução. Em Novembro de 1879, moveu uma apelação cível contra os herdeiros de Gonçalo Cristóvão, visando rescindir os contratos e ser ressarcida da dívida e dos respectivos juros. No entanto, nos trâmites de um longo processo, que durou mais de 12 anos, a Companhia perderia a acção em todas as instâncias judiciais, que negaram a possibilidade de rescisão dos contratos, sem a anuência da outra parte, considerando improcedente a acção intentada pela Companhia e condenando-a ao pagamento das custas de ambas as partes¹⁴⁰.

Só depois de perder essa acção, a Companhia passou a investir na recuperação da Quinta da Foz Ceira. As contas apresentadas pelos caseiros entre finais do século XIX e inícios do século XX permitem perceber uma paulatina recuperação, iniciando-se ainda em 1892, ano em que se terão plantado aí as primeiras cepas americanas, a par das tradicionais mergulhais. Nessa altura, foi criado um viveiro de «barbados» ameri-

¹⁴⁰ Os dois filhos vivos de Gonçalo Cristóvão, António Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita e Maria das Dores Teixeira Coelho Freire de Andrade, a filha de António Teixeira, D. Maria da Graça Teixeira Coelho, e seu marido, José Xavier Teixeira de Barros. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Cópia das tenções e do acórdão do Tribunal da Relação do Porto nos Autos de Apelação Cível da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro contra os herdeiros de Gonçalo Cristóvão/José António Teixeira de Melo, 1879-1892. Pouco depois de ter sido iniciado esse processo, faleceu o fidalgo José António Teixeira Coelho Pinto da Mesquita, filho de Gonçalo Cristóvão, em 31.08.1881, na Foz do Douro, na Travessa do Passeio Alegre, onde residia «acidentalmente». Arquivo Distrital do Porto. Paroquiais. S. João da Foz do Douro — *Livro de registo de óbitos*, 1881, fl. 31v.

canos¹⁴¹. A partir do ano seguinte, além dos granjeios regulares, quer das vinhas quer dos olivais, e outros serviços, os trabalhos de recuperação da quinta intensificaram-se, com obras na «casa da quinta, na armação, portas, janelas, caixilhos, quatro vidraças, e ultimamente obra de trolha, por estar tudo em ruína, nunca ter sido reparada a casa»¹⁴².

Talvez por isso, já em 1896, o Visconde de Vilarinho de S. Romão distinguisse a Quinta da Foz Ceira, administrada pela Companhia, entre as principais quintas de Gouvinhas. Pelo contrário, este autor não menciona a Quinta da Costa de Baixo, que deveria estar então reduzida a «mortórios»¹⁴³.





4. As quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira no século XX

4.1. A Foz Ceira: da Companhia aos herdeiros de Gonçalo Cristóvão e a venda posterior

A reconstituição pós-filoxérica da Quinta da Foz Ceira, que se vinha fazendo a ritmo lento desde 1892, com novas plantações e enxertias, ganhou maior expressão na primeira década do século XX. As grandes surribas, com uso de dinamite, o plantio de vários milheiros de videiras americanas por ano e a construção de paredes de xisto ocorreram sobretudo entre 1902 e 1912. Nessa época, sob a orientação do caseiro José da Silva e Sousa, a quinta empregava durante todo o ano na renovação das vinhas e nos granjeios 30 a 40 homens, além de mulheres e rapazes. Em alguns anos, surgem-nos também referências à plantação de oliveiras⁴⁴. Entre 1908 e 1910, trabalharam ainda na quinta vários mineiros, «a romper a mina» de água. E, em 1911, foi construído um novo cais⁴⁵.

A região do Douro atravessou então um período de grande agitação social. A crise filoxérica e a posterior reconstituição das vinhas deixaram muitos proprietários endividados. Desde finais do século XIX, com muitas vinhas já recuperadas, os viticultores enfrentavam dificuldades crescentes no escoamento dos seus vinhos. Numa fase de liberdade comercial, aumentavam os processos de concorrência desleal, com a utilização de vinhos mais baratos de outras regiões para a composição de lotes de vinho do Porto. Por isso, a par da reivindicação de medidas de protecção do Estado, nomeadamente para reposição da legislação reguladora da produção e do comércio de vinhos, multiplicavam-se os comícios vinhateiros, de protesto contra os falsificadores. Aqui e

59. *Quinta da Costa de Baixo, em 1951*. Fotografia de Foto Carv., Alijó. Col. Bulas.



60. *Surriba de terreno de encosta no Douro com dinamite.* Fotografia da Casa Alvão, c. 1940. Col. Centro Português de Fotografia.

61. *Erguida de vinha no Douro.* Fotografia da Casa Alvão, c. 1940. Col. Centro Português de Fotografia.

62 e 63. *Mina de água na Quinta da Foz Ceira.* Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.

ali, desencadeavam-se acções populares mais violentas, sobretudo nas principais estações de caminho-de-ferro, como as da Régua, do Pinhão ou do Tua, onde se suspeitava que pudessem chegar pipas de vinhos de outras regiões. Um desses primeiros motins contra as falsificações de vinhos do Porto ocorreu no dia 1 de Maio de 1906 na estação de Covelinhas. Centenas de populares, armados de alfaias agrícolas, invadiram o armazém da estação e fizeram explodir com dinamite as pipas de vinho falsificado, perante a impotência das autoridades presentes. O diário republicano *A Voz Pública* transcrevia, na edição de 2 de Maio, um telegrama enviado da Régua no dia anterior: «Os povos da lavoura duriense estilhaçaram hoje de tarde, na estação de Covelinhas, 11 cascos de vinho tratado que de Espinho para ali foram expedidos para tomar o nome do Douro. Não posso transmitir mais»¹⁴⁶. E, na edição do dia seguinte, o mesmo jornal descrevia a agitação popular vivida nesses dias em Covelinhas e na Régua. Sob o título «A questão do Douro / Uma insurreição / Cascos de vinho do Sul no Douro — Na estação de Covelinhas — Na Régua — Destruição», a notícia de primeira página narra os acontecimentos em pormenor, como se pode ler no seguinte excerto: «Momentos depois novamente as portas dos cais são invadidas pela multidão, brandindo utensílios de lavoura, numa gritaria horrorosa, ensurdecidora. / O digno administrador do concelho, acompanhado pelo secretário, oficiais, regedor, tenta debalde conter a onda de povo, sedenta de justiça. / — Estoirem as pipas! Isto é a nossa desgraça! Ninguém nos acode! / O cais é invadido abruptamente. [...] / Muita gente procura saída por onde pode, à voz de: — dinamite! Por uma larga porta lateral, do lado do rio Douro, os 11 cascos de vinho haviam voado, arrastados como por um ciclone»¹⁴⁷.

Motins semelhantes nas estações ferroviárias, bem como incêndios nas Repartições da Fazenda de alguns concelhos, iriam multiplicar-se sobretudo a partir de 1909, já depois de atendida pelo governo a principal reivindicação duriense de reposição de legislação reguladora do vinho do Porto. Em 10 de Maio de 1907, João Franco, ao iniciar o seu governo de ditadura, promulgou um decreto que definia a nova Região Demarcada do Douro, com o exclusivo do direito de produção de vinho do Porto, reservando a barra do rio Douro para a exportação desse vinho, além de outras medidas de controlo. Anunciava ainda a criação de um organismo de regulação, a Comissão de Viticultura

146 *A Voz Pública*, 02.05.1906, p. 1.

147 *A Voz Pública*, 03.05.1906, p. 1.

64. *Notícia do motim de Covelinhas. A Voz Pública*, 02.05.1906, p. 1.

Nesse caso, o sr. Hintze Ribeiro quis um plano sub-latrinar. Esforçou-se por emporcalhar a votação republicana, trabalhou pela cobrir d'imundicias. Ordenou então uma descarga suja de 601 votos sobre o nome do nosso presado correligionario sr. dr. Bernardino Machado.

Ora o sr. Hintze Ribeiro enganou-se redondamente se pensou que atingiria com os seus manejos estercorarios a hombridade do nosso illustre correligionario e a diguidade dum partido inteiro. Esse partido tem força e sobra-lhe coragem para rebater a afronta, atirando á estanhadissima figura presidencial com os 600 votos ficticios, os 600 ralhados de lama com que nos tentou atingir, mas que lhe porão os bordados da farda como a tunica do impudado compadre.

Os republicanos não aceitam favores da monarchia, que são como injurias ao caracter dos que reivindicam justiça, e numa luta de todos os dias, de todas as horas se vêem postos á margem das leis e da sociedade. Nas nossas fileiras não ha cúmplices, mas acusadores e juizes.

Afinal a desvergonha eleitoral de Lisboa não merece indignações assombradas. Nesse particular a monarchia é coerente com o seu passado. O sr. Hintze Ribeiro já por mais duma vez classificou a lei eleitoral vigente — de lei essencialmente monarchica. Que razões apresentar para que elle lhe não frua as excellencias?

Que valem dez ou doze mil votos contra a vontade omnipotente que ordena a exclusão dos republicanos da camara? Que é tão mesquinha gente perante a grandezza das instituições, o paladio augusto, o tesouro sagrado, e mais frases sacramentales de devoção dinastica? Para que vivemos, trabalhamos, pensamos e sofremos, nós portugueses, a não ser para servir os servidores do Paço?

Tudo isso, porém, não evita que Ernesto 1.º, o grande, prestasse, sem querer, um enorme serviço á democracia portugueza. Mesmo na brutalidade da afronta. Tém desses azares, os bilhetes...

P. C.

Serviço de incendios
Fardamentos...
eleitoraes

Com a fome não se brinca. O desespero não tem lei. Oxalá todos assim o compreendam—afinal. Oxalá os snrs. politicos se esqueçam neste momento de que o são, para só se lembrarem do que pelo Douro vae.

Eis o telegrama que acabamos de receber:

REGOA, 1

Os povos da lavoura duriense estilhaçaram hoje de tarde, na estação de Covelinhas, 11 cascos de vinho tratado que de Espinho para ali foram expedidos para tomar o nome do Douro. Não posso transmitir mais.—(C.)

As ultimas palavras do nosso solicito correspondente auchem-nos de sobresalto.

Oxalá elle não tivesse nada mais a dizer-nos por carta—visto que o telegrama, ao que parece, lhe recusa a palavra.

Mas... oxalá, tambem, os que têm obrigação de ver e ouvir, oiçam e vejam—e saibam comprehender, afinal, a gravissima situação do Douro.

Oxalá!

Recebemos ainda os seguintes despachos telegraficos, de um cavalheiro da Regoa:

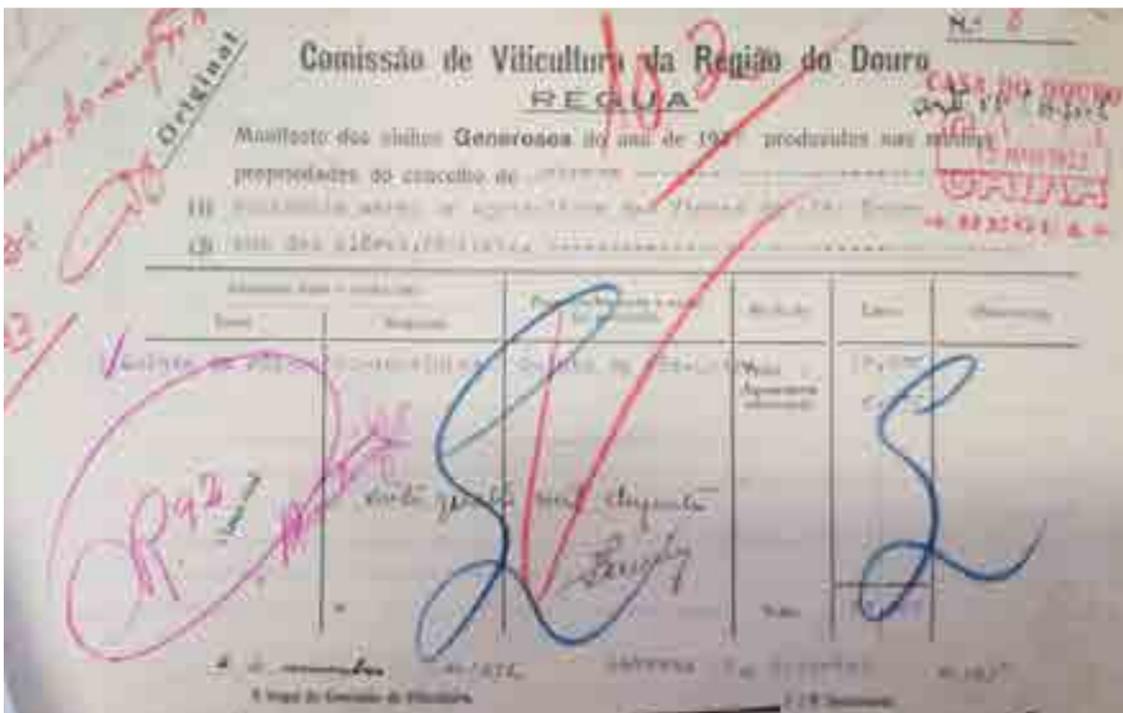
REGOA, 1

O mixordeiro Moreira, de Espinho, despachou uma mixordia qualquer do Sul para Covelinhas, a roubar o nome do Douro.

O povo, amotinado, destruiu o vinho, na ocasião em que a autoridade procedia ao exame do mesmo. Os esforços do administrador Mesquita e do secretario foram heroicos para conter o povo, nada conseguindo. O Douro fez justiça por suas proprias mãos.—P.

REGOA, 1

O povo percorre em grande massa as ruas da vila protestando contra os mixordeiros. Falaram-lhe os drs. António de Carvalho e Julio Vasques, recomendando ordem. Recebam-se graves acontecimentos. A força militar está de prevenção no quartel, á ordem do ministerio da guerra. Consta que vêm mais forças para impedir os protestos da desditosa região.—P.



65. Sede da Casa do Douro, na Régua. Fotografia da Casa Alvão, c. 1945. Col. Centro Português de Fotografia.

66. Manifesto da produção de vinho de 1932 da Quinta da Foz Ceira, administrada pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Arquivo da Casa do Douro. Fundo Comissão de Viticultura da Região do Douro.

da Região do Douro. Porém, as medidas de João Franco e outras que se lhe seguiram não tiveram o efeito desejado. Face à continuação da crise comercial e das práticas de falsificação de vinhos, o final da Monarquia e os primeiros tempos da República seriam marcados por um clima de grande agitação social no Douro.

Entretanto, prosseguiam os trabalhos de recuperação da Quinta da Foz Ceira. Em 1913, verificou-se uma nova tentativa de solucionar a questão da propriedade. Nos primeiros meses desse ano, os descendentes de Gonçalo Cristóvão propuseram à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro a liquidação amigável da dívida contraída pelo seu bisavô, em 1818. Nesse sentido, «para terminar antigos e novos pleitos sobre as três quintas da Azinheira, Foz do Ceira e Celeirós», enviaram à Companhia uma proposta de acordo que contemplava os seguintes pontos: «Liquidação de todas as contas de parte a parte / Desistência de nossos direitos e novos pleitos / Venda das propriedades de que se compõe[m] as três quintas, recebendo nós um total de trinta contos de réis»¹⁴⁸. No entanto, não chegaram a acordo, continuando a quinta a ser administrada pela Companhia.

No início dos anos trinta, a quinta, com 4,5 hectares de vinha e 23 mil cepas, produzia já 35 a 40 pipas de vinho¹⁴⁹. Mas havia anos em que a produção ficava bastante abaixo desse valor, como aconteceu na péssima vindima de 1936, que rendeu apenas 16 pipas¹⁵⁰.

Entretanto, a organização do modelo corporativo de regulação do sector, em 1932-1933, com a criação da Casa do Douro, do Instituto do Vinho do Porto e do Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto, coincidente com a instauração do Estado Novo, tornou mais difícil proceder a novas plantações e aumentar a produção. Só, no início da

148 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Correspondência com herdeiros de Gonçalo Cristóvão para liquidação amigável da dívida. Carta de Francisco José Xavier Teixeira Coelho à administração da Companhia, 15.01.1913.

149 Em 1932 manifestou a produção de 19.250 litros de mosto a que adicionou 4.950 litros de aguardente, totalizando 24.200 litros (44 pipas) de vinho generoso. Arquivo da Casa do Douro. Fundo Comissão de Viticultura da Região do Douro — *Manifesto da produção dos vinhos generosos do ano de 1932*. No ano seguinte, produziu 19.250 litros (35 pipas). Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Inventários das quintas. Casa do Douro. Cadastro das propriedades produtoras de vinho na Região Demarcada dos Vinhos Generosos do Douro.

150 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Dívidas de Gonçalo Cristóvão e herdeiros à Companhia.

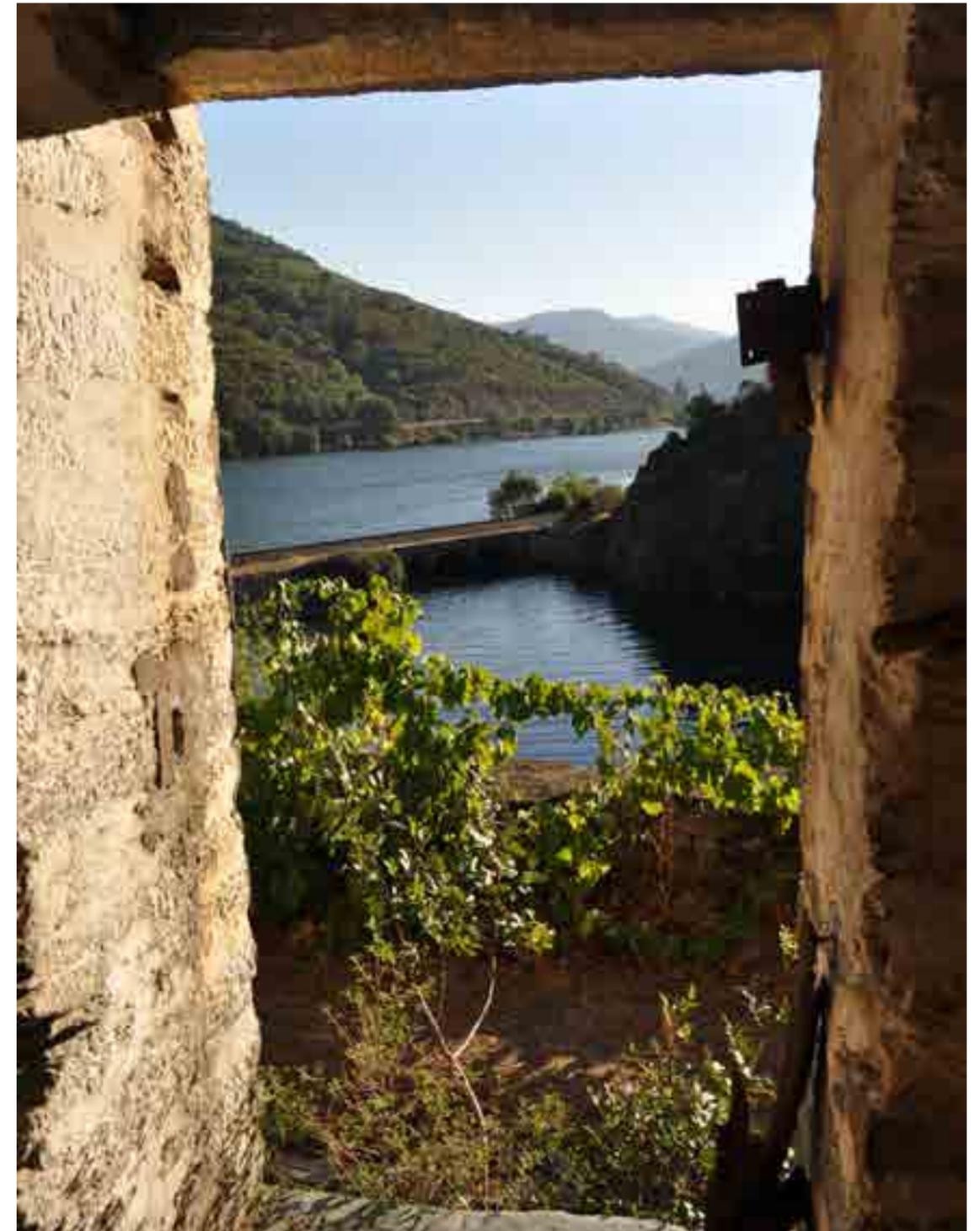
década seguinte, em 1942 e 1944, apesar das dificuldades comerciais devido à conjuntura da II Guerra Mundial, que provocou uma forte quebra das exportações de vinho do Porto, a Casa do Douro autorizaria a replantação de cerca de 2 hectares de vinha na Foz Ceira, num total de 18 mil cepas. Mas não sabemos se tais direitos chegaram a ser utilizados. É provável que não, já que, desde 1943, a administração da Companhia procurou resolver, definitivamente, o velho problema da dívida deixada por Gonçalo Cristóvão, que se arrastava por mais de um século e que ascendia já, com os respectivos juros, a 172.166\$35. Para isso, consultou juristas e encetou negociações amigáveis com os descendentes de Gonçalo Cristóvão. Finalmente, em 15 de Janeiro de 1947, foi formalizada a escritura de quitação da dívida e de devolução das quintas, entre as quais a da Foz Ceira, aos herdeiros de Gonçalo Cristóvão¹⁵¹.

A divisão da propriedade por vários herdeiros terá justificado a sua venda poucos anos mais tarde. A 15 de Janeiro de 1955, a Quinta da Foz Ceira seria comprada pelo comerciante Silvano Vitorino Machado, de Peso da Régua. Nessa altura, a quinta, com uma área de cerca de 12,5 hectares, tinha, além de casas de habitação, arrumações, lagares e adegas, com dois tonéis com capacidade para 32 pipas de vinho, vinhas com 27 mil videiras, no meio das quais, certamente em bordadura, se contavam 152 oliveiras, 14 árvores de fruto e 8 amendoeiras recentemente plantadas. A quinta tinha ainda terra de cultivo com 70 videiras em cordão e 2 árvores de fruto, um olival com 742 oliveiras, 4 árvores de fruto e 4 sobreiros, e terra de monte. Produzia batata, milho, centeio, azeite, fruta, vinho, mato, cortiça e amêndoa. A produção anual de vinho rondava as 20 pipas¹⁵².

Filho de pequenos lavradores da Lousa, no concelho de Moncorvo, onde nasceu em 1884, Silvano Vitorino Machado viria a tornar-se um dos grandes comerciantes da Régua na primeira metade do século XX. Após completar a instrução primária, o pai empregou-o como marçano numa mercearia do Porto, onde esteve dois anos, mudando-se depois para outra casa comercial, em Gaia. Uma repreensão violenta do patrão,

151 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Contas de Gonçalo Cristóvão*; SOUSA, Fernando de (coord.) — *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2006, p. 355.

152 Conservatória do Registo Predial do Concelho de Sabrosa — *Matriz Predial Rústica*.



67. Porta de uma das casas da Foz Ceira. Fotografia de Pedro Sarmento Costa. Col. Bulas. Página seguinte - 68. Vista geral da Quinta da Foz Ceira. Fotografia de Pedro Sarmento Costa. Col. Bulas.





69. Casa da Quinta da Foz Ceira. Fotografia de Pedro Sarmento Costa. Col. Bulas.
70 e 71. Lagares das casas da Quinta da Foz Ceira. Fotografia de Pedro Sarmento Costa. Col. Bulas.



72 e 73. Tonéis na Quinta da Foz Ceira. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.
74. Pormenor da escada entre os tonéis na Quinta da Foz Ceira. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.

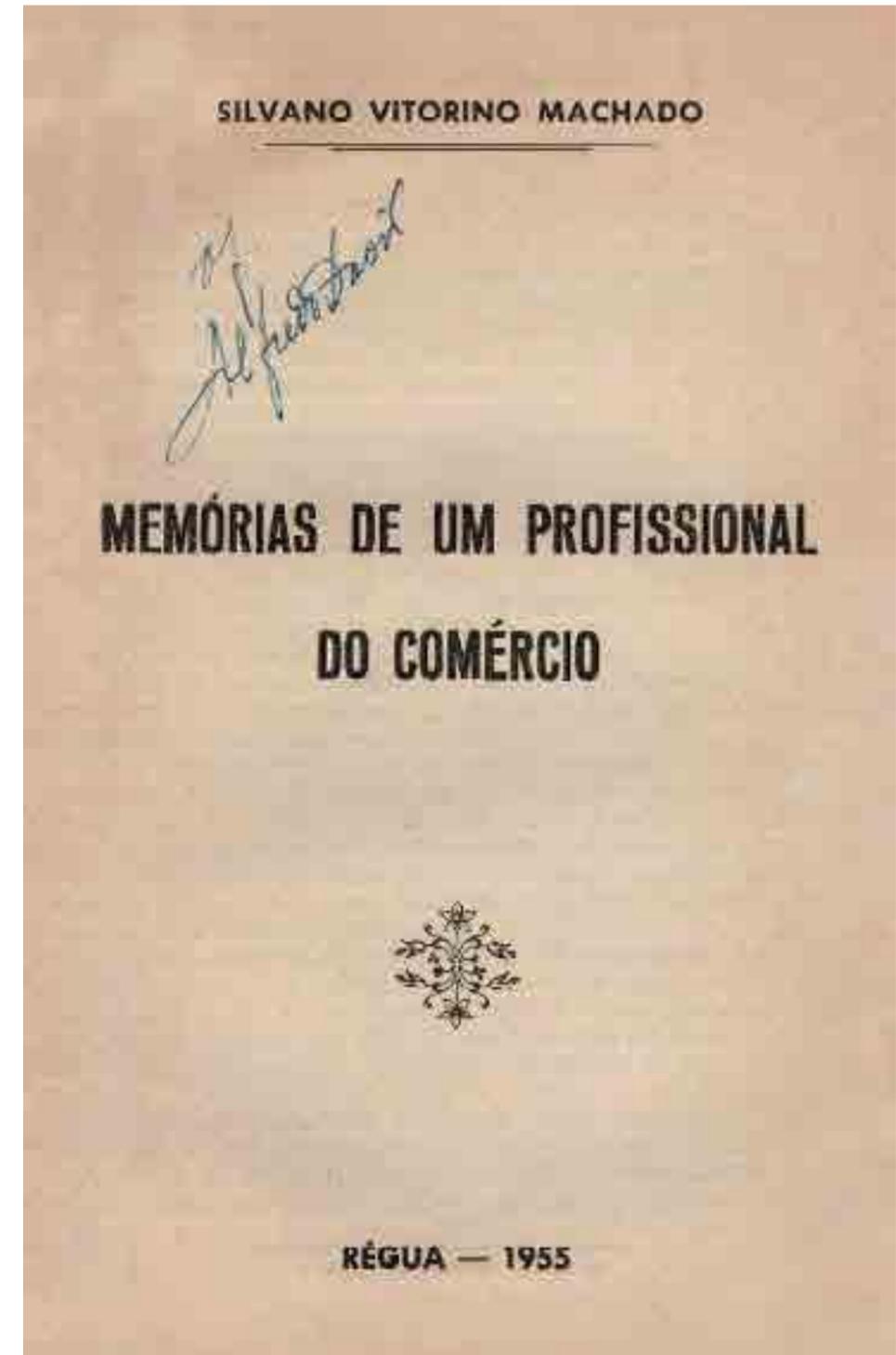




75. *Amendoeiras em flor na Quinta da Foz Ceira.* Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.
76 e 77. *Laranjal na Quinta da Foz Ceira.* Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas; *Olival na Quinta da Foz Ceira.* Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.

por ter chegado a casa tarde num domingo de folga, levou-o a colocar um anúncio num jornal, recebendo uma oferta de emprego na Régua no estabelecimento comercial de José Lopes da Silva, que viria a falecer pouco depois, em Fevereiro de 1902. Com 18 anos, Silvano passou a desempenhar um papel importante na «Casa Viúva Lopes, que se tornou uma das melhores da Régua». Em 1916, formou-se a sociedade Viúva Lopes da Silva & C.^a, com a viúva Lopes, os seus quatro filhos (Joaquim, José, Rosa e Ângelo) e Silvano Vitorino Machado, que assumiu a gerência da grande casa de comércio. Cinco anos mais tarde, em Dezembro de 1921, Silvano casou com Rosa Lopes da Silva, filha da viúva Lopes, reforçando a sua posição na sociedade. Em Julho do ano seguinte, a casa enfrentou a primeira prova de fogo, com um grande incêndio, que reduziu tudo a cinzas, revelando-se então decisiva a acção enérgica de Silvano, que fez reerguer o estabelecimento e recuperar, rapidamente, a sua grandeza. Em 1943, a viúva Lopes, pouco antes de falecer, promoveu a dissolução da sociedade Viúva Lopes da Silva & C.^a e a fundação da firma Silvano & Cunhados, apenas com os sócios Silvano e seus dois cunhados Joaquim e Ângelo Lopes da Silva, cujo estabelecimento continuou a ser conhecido por Casa Viúva Lopes, a maior casa de comércio da Régua, que abastecia muitas quintas da região, até ao grande incêndio de 9 de Agosto de 1953, onde se perderam milhares de contos de mercadorias, entre as quais «600 sacos de arroz, muito açúcar, centenas de fardos de bacalhau». As dificuldades burocráticas que atrasaram a reconstrução do edifício e as desinteligências entre Silvano e os cunhados levariam à dissolução da sociedade em Dezembro de 1954, ficando os irmãos Lopes da Silva com os bens na Régua e Silvano com a Quinta da Vacaria, em Vilarinho dos Freires, que pertencia à casa desde 1928. Silvano Vitorino Machado tinha então 70 anos, mas sentia-se com suficiente energia para se lançar na actividade agrícola. Como escreveu no seu livrinho de memórias: «Eu que era comerciante passei para lavrador, e os meus cunhados que eram lavradores passaram para comerciantes. As pessoas, ao fim de alguns anos de trabalho, aborrecem a arte ou serviço em que têm trabalhado e procuram outra ocupação». Um mês depois de ter tomado posse da Quinta da Vacaria, Silvano Vitorino Machado comprou a Quinta da Foz Ceira, investindo na actividade vinhateira, mas não deixou de ser comerciante, abrindo, ainda em 1955, uma nova casa comercial na Régua, na Rua João de Lemos, em frente à capela do Cruzeiro¹⁵³.

153 MACHADO, Silvano Vitorino — *Memórias de um profissional do comércio*. Régua: Imprensa do Douro,



78. Capa do livrinho de memórias publicado por Silvano Vitorino Machado, em 1955.

Não dispomos de informações relevantes sobre este período da vida da Quinta da Foz Ceira. Em 1979, foi vendida a Fernando Alves Gomes e Hernâni Alves Gomes, de Covelinhas. Ainda nesse ano, a posse total da propriedade passou para o segundo, que a venderia à empresa M. Bulas Cruz Lda, em 1990¹⁵⁴.

4.2. A Costa de Baixo: da família Sampaio e Melo a José Bulas Cruz

Desconhecemos o que se terá passado na Quinta da Costa de Baixo entre finais do século XIX e o início da década de 1930. Como já referimos, à morte de Lopo Vaz de Sampaio e Melo, em 1892, a quinta deveria estar totalmente destruída pela filoxera, sendo provável que, nessa altura, se investisse em culturas extensivas, nomeadamente de cereais. Também não conseguimos descobrir a data em que os herdeiros de Lopo Vaz venderam a propriedade, certamente antes de 1931, uma vez que, nesse ano, já pertencia a Manuel Marques Gomes, um abastado proprietário e negociante residente em Canidelo, concelho de Vila Nova de Gaia.

Vale a pena evocar, a traço grosso, o percurso de vida deste brasileiro de torna-viagem. Nascido em Canidelo, em 15 de Novembro de 1866, numa família de origem humilde, ficou órfão ainda criança, valendo-lhe então a protecção da madrinha. Aos 18 anos emigrou, clandestino, para o Brasil. Em Belém do Pará, trabalhou como marçano em duas casas de comércio. Na segunda, Dias, Irmão & C.^a, tornou-se homem de confiança do patrão e, em breve, gerente. Após a morte do patrão, acabaria por comprar a firma ao herdeiro, fundando a sociedade Marques Gomes & C.^a, dedicada à importação de vinhos portugueses e exportação para Portugal de aguardentes, café e açúcar brasileiros. Em 1891, com 25 anos, casou com Rosalina dos Santos, filha de um empresário do Pará, oriundo da Figueira da Foz. Por essa altura, alargou os seus negócios ao sector da navegação, tendo fundado com o sogro e outros sócios a Empresa de Navegação do Grão-Pará. O grande surto de exploração da borracha fez prosperar a navegação na Amazónia, traduzindo-se em lucros crescentes, o que permitiu ao jovem empresário

¹⁵⁴ Agradeço ao Dr. José Alfredo Almeida por me ter cedido uma cópia digitalizada deste singular livrinho de memórias.

154 Conservatória do Registo Predial do Concelho de Sabrosa — *Matriz Predial Rústica*.



79. Manuel Marques Gomes. In TAVARES, Domingos — *Palacete Marques Gomes*. Porto: Dafne Editora, 2015.



80. Palacete mandado construir por Manuel Marques Gomes em Canidelo, Vila Nova de Gaia. In TAVARES, Domingos — *Palacete Marques Gomes*. Porto: Dafne Editora, 2015.

Marques Gomes tornar-se também um influente benemérito local, apoiando, financeiramente, a ampliação ou construção de hospitais, como o da Ordem Terceira de S. Francisco, em Belém do Pará, e o da Beneficente Portuguesa, em Manaus, bem como clubes de recreio e leitura, como o Clube Euterpe e o Grémio Literário e Recreativo Português. Em 1899, provavelmente por motivo de doença, voltou com a família para a terra-natal. Não tardaria a envolver-se em novos negócios, tendo-se associado, inicialmente, à firma Bento e Cunha & C^a, de Matosinhos, exportadora de vinhos para o Brasil. Pouco depois, em 1901, comprou a grande Quinta do Montado, no lugar da Alumiara, em Canidelo, onde mandou construir um sumptuoso palacete, projectado pelo arquitecto António Correia da Silva. Passou a centrar aí as suas actividades de empresário agrícola, industrial (montou uma fábrica de conservas de peixe) e comercial, tendo investido na construção de um Armazém de Vinhos Generosos e Velhos¹⁵⁵. Manuel Marques Gomes esteve inscrito como exportador de vinho do Porto na Alfândega do Porto entre 1907 e 1915. Neste último ano, teria cessado actividade, provavelmente devido às dificuldades de exportação para o Brasil ocasionadas pela escassez de transportes marítimos no período da Grande Guerra. Mas, finda a guerra, retomou a actividade de exportador, que cessaria, de novo, em 1921¹⁵⁶. Tal como no Brasil, Marques Gomes ficou conhecido em Canidelo por muitas acções de filantropia, através da cedência de terrenos e de apoio financeiro à construção de escolas, estradas, obras de restauro e ampliação da igreja, fundação do clube desportivo local, etc.¹⁵⁷.

Provavelmente terá sido este empreendedor Manuel Marques Gomes quem iniciou a reconstituição pós-filoxérica da Quinta da Costa de Baixo. Em 1931, a quinta

155 GOMES, Joaquim Costa — «Há 60 anos, em Canidelo, morreu o benemérito Marques Gomes». *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, n.º 34, 1992, p. 45-50; TAVARES, Domingos — *Palacete Marques Gomes*. Porto: Dafne Editora, 2015, p. 13-18; CONDE, António Adérito Alves — «Manuel Marques Gomes (1866-1932)». In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (coord.) — *Património Cultural de Gaia*. Vol. 1: *Património Humano. Personalidades gaienses* (coord. de Gonçalo de Vasconcelos e Sousa). Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia/Amigos do Solar Condes de Resende-Confraria Queirosiana, 2017, p. 181.

156 PINTÃO, Manuel; CABRAL, Carlos — *Dicionário Ilustrado do Vinho do Porto*. S. Paulo: Editora de Cultura, 2011, p. 331.

157 GOMES, Joaquim Costa — «Há 60 anos, em Canidelo, morreu o benemérito Marques Gomes». *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, n.º 34, 1992, p. 45-50; CONDE, António Adérito Alves — «Manuel Marques Gomes (1866-1932)». In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (coord.) — *Património Cultural de Gaia*. Vol. 1: *Património Humano. Personalidades gaienses* (coord. de Gonçalo de Vasconcelos e Sousa). Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia/Amigos do Solar Condes de Resende-Confraria Queirosiana, 2017, p. 181.

produziu 6.800 litros de vinho generoso (12,36 pipas; 6.100 litros de mosto a que foram adicionados 700 litros de aguardente)¹⁵⁸. Porém, tendo falecido pouco depois, em 18 de Janeiro de 1932, não foi fácil à viúva e aos seus 13 filhos procederem à partilha da vasta herança. Quanto à Quinta da Costa de Baixo, terá passado para o seu filho mais velho, Eng. Manuel Marques Gomes, a quem pertencia ainda em 1939, altura em que já produzia mais de 20 pipas¹⁵⁹. Mas, em Maio desse ano, terá vendido a Rui Ferreira da Silva Brito, do Porto, a «casa sobradada com duas lojas e três divisões no 1.º andar e armazém com 300 m²»¹⁶⁰. Um outro documento, do início dos anos quarenta, incluído no processo de classificação dos «marcos pombalinos» como Património Nacional, situa dois desses marcos «no sítio da Renova» na Quinta da Costa da Baixo, informando que pertenciam «a Rui Ferreira da Silva Brito, do Porto, por compra da propriedade em 16 de Agosto de 1941 a Manuel Marques Gomes»¹⁶¹.

Rui Ferreira da Silva Brito¹⁶², mais conhecido como Rui de Brito (Ermida), por ser filho do 1.º Visconde da Ermida (António Ferreira da Silva Brito), era casado com D. Maria Emília Nunes de Almeida Magalhães¹⁶³. O casal, sem filhos, frequentava os círculos da sociedade elegante da época, destacando-se, na época balnear, tal como toda a família dos viscondes da Ermida, no microcosmos elitista da Praia da Granja¹⁶⁴.

Desconhecemos os motivos que terão levado Rui de Brito a comprar uma quinta no Douro, na conjuntura do início da II Guerra Mundial, pouco favorável para os negócios do vinho do Porto. Provavelmente, seria amigo do Eng. Marques Gomes, já que ambos tinham frequentado a Faculdade de Ciências (Engenharia) entre 1915 e 1917,

158 Arquivo da Casa do Douro. Fundo Comissão de Viticultura da Região do Douro — *Manifesto da produção dos vinhos generosos do ano de 1931*. Quinta da Costa de Baixo, 12.11.1931.

159 CORDEIRO, J. Alcino (ed.) — *Anuário da Região Duriense 1940*. Régua: Imprensa do Douro, 1939, p. 413; em outro local desse mesmo livro (p. 106), Alcino Cordeiro atribuiu já a propriedade da Quinta da Costa de Baixo a Rui de Brito (Ermida).

160 Conservatória do Registo Predial do Concelho de Sabrosa — *Matriz Predial Urbana*.

161 Direcção-Geral da Fazenda Pública. Repartição do Património. Vila Real. Sabrosa. Monumentos Nacionais, Proc. 1938, L. 6, 1942-1943. Ofício da Repartição de Património da Direcção de Finanças do Distrito de Vila Real para o Director Geral da Fazenda Pública, 02.02.1943.

162 Nasceu na Rua de Santa Catarina, freguesia de Santo Ildefonso, em 09.08.1895. Arquivo Distrital do Porto. Paroquiais. Santo Ildefonso — *Livro de registo de baptismos*, 1895, fl. 209.

163 Filha do negociante Álvaro Lambertini de Magalhães e Emília Nunes de Almeida, nasceu em Espinho, em 03.11.1904. Casou com Rui de Brito em Arcozelo, em 21.11.1926.

164 CASTRO, António Paes de Sande e — *A Granja de todos os tempos*. Gaia: Câmara Municipal de Gaia, 1973, p. 92, 103 e 492.

82. Primeira página da escritura de compra da Quinta da Costa de Baixo, por José Bulas Cruz e António Nogueira Guedes a Maria Emília Magalhães de Brito Ermida, 22.01.1951. Arquivo da família Bulas Cruz.

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou excessar nas suas margens.



[Handwritten signature]

NOTARIADO PORTUGUES

QUARTO CARTÓRIO NOTARIAL DO PORTO

RUA DO ALMADA CINCO E TRINTA E OITO

NOTARIO-LICENCIADO EM DIREITO HERMENEGILDO ALBERTINO DE SOUSA

CERTIDÃO

CERTIDÃO da escritura lavrada no Livro A-Cento sessenta e quatro de folhas quarenta e quatro a folhas quarenta e cinco verso.

VENDA que faz D. MARIA EMILIA MAGALHÃES DE BRITO ERMIDA, a Dr. ANTONIO NOGUEIRA GUEDES e outro, em 22 de Janeiro de 1951.-

No ano de mil novecentos cinquenta e um, aos vinte e dois de Janeiro, nesta cidade do Porto, e cartório notarial, a meu cargo sito à Rua do Almada, vinte e oito, perante mim, notário Bacharel Eduardo dos Santos Maia Mendes e os testemunhas adiante mencionadas e minhas conhecidas, cuja idoneidade verifiquei, compareceram a outorgar:- Primeiro:- ÁLVARO LAMBERTINI DE MAGALHÃES, casado, comerciante morador na Quinta do Corvo, freguesia de Arcozelo, concelho de Vila Nova de Gaia, outorgando como bastante procurador de sua filha, D. MARIA EMILIA MAGALHÃES DE BRITO ERMIDA, viúva, proprietária, com ele moradora e natural de Espinho, como consta da procuração adiante referida;- e Segundo:- Dr. ANTONIO NOGUEIRA GUEDES, casado, proprietário, morador em Gouvinhas, Sabrosa, natural de Penafiel e filho de Belmiro Nogueira Xavier; e Dr. ALVARO VILAR DE FIGUEIREDO, casado, advogado, morador em Vila Real, outorgando como procurador do Dr. JOSE BULAS CRUZ, viúvo, proprietário, filho de Antonio Bulas, natural de Pegarinhos, Alijó, e residente em Gouvinhas, Sabrosa, como consta

embora em diferentes cadeiras¹⁶⁵. Independentemente da razão que o levou a adquirir a Quinta da Costa de Baixo, Rui de Brito (Ermida) não teve muito tempo para usufruir desse investimento, pois faleceu, com 49 anos, em 17 de Julho de 1945, na Granja.

Em 22 de Janeiro de 1951, a viúva, Maria Emília Magalhães de Brito Ermida, formalizou a venda da Quinta da Costa de Baixo ao Dr. José Bulas Cruz, então viúvo, e ao Dr. António Nogueira Guedes, casado com D. Ana de Lucena Nogueira Guedes, de Gouvinhas. A propriedade, «composta de vinha, terra de cultivo, olival e casas de habitação», confrontante do Nascente e Norte com Manuel Pinto Hespagnol, do Poente com ribeiro do Ceira e Quinta da Foz Ceira e do Sul com caminho-de-ferro e Rio Douro, incluía quase três dezenas de parcelas (27 artigos da matriz predial)¹⁶⁶. Em 1962, o Dr. José Bulas Cruz compraria a parte do Dr. António Nogueira Guedes, ficando com a propriedade plena da quinta. Nessa altura, a Quinta da Costa de Baixo», com uma área de cerca de 33 hectares, estaria longe de ser uma exploração agrícola rentável. Era constituída por «vinha com 45.500 videiras, 132 oliveiras (sendo 25 estacas), 9 árvores de fruto, olival com 104 oliveiras (sendo 2 estacas), árvores de fruto, terra de cultivo, centeeira, com 12 árvores de fruto, 9 amendoeiras e 14 oliveiras (sendo 1 estaca), monte com 54 oliveiras (sendo 20 estacas), 10 videiras, 50 freixos e 1 amendoeira», mais «terra centeeira, 38 amendoeiras e 38 oliveiras e 3 árvores de fruto, monte», mais outra «terra centeeira, com 2 amendoeiras, 5 oliveiras (sendo 1 estaca) e monte». Produzia, nessa altura, umas 36 pipas de vinho generoso, o principal rendimento da quinta, mas mantinha ainda uma grande diversidade de outros cultivos e produções, desde o azeite aos cereais (milho e centeio), aos produtos das hortas (batata, cebola, etc.), às frutas (amêndoa, figo, etc.) e ao aproveitamento das matas (lenhas, mato e cortiça). Tinha também colmeias, para produção de mel¹⁶⁷.

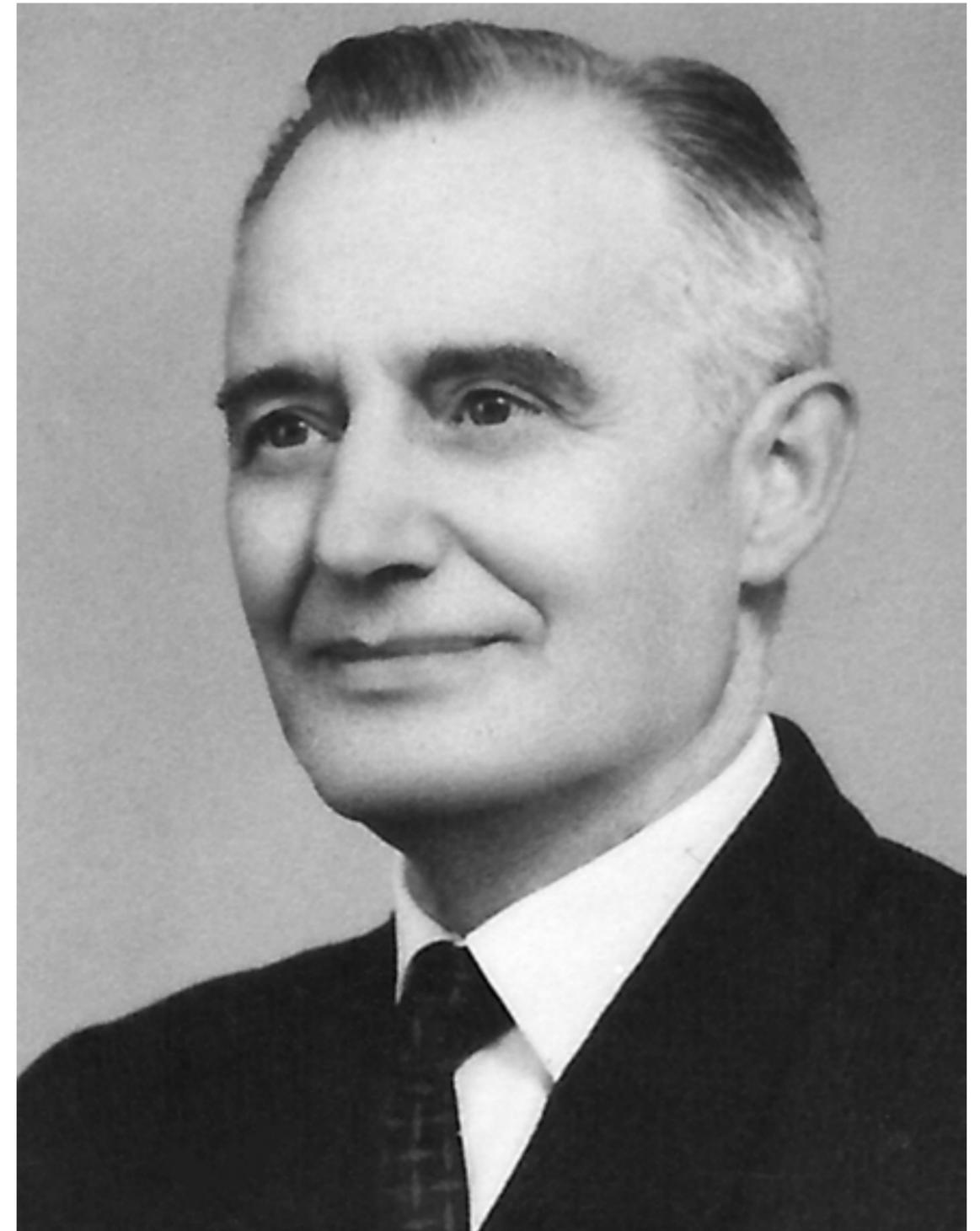
Com 57 anos¹⁶⁸, José Bulas Cruz era então uma figura prestigiada do regime corporativo e da região do Douro. Filho de pequenos lavradores (António Bulas e Maria da

165 *Anuário da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto nos anos lectivos de 1914-15 a 1917-18*. Porto: Tip. da «Enciclopédia Portuguesa», 1918, p. 151 e 153.

166 Arquivo da família Bulas Cruz — *Certidão de escritura de compra e venda da Quinta da Costa de Baixo*, 4.º Cartório Notarial do Porto, 22.01.1951.

167 Conservatória do Registo Predial do Concelho de Sabrosa — *Matriz Predial Rústica*.

168 Nasceu em 19.03.1905, em Pegarinhos, concelho de Alijó.



83. Dr. José Bulas Cruz. Fotografia de Foto Carv. Alijó. Col. Família Bulas Cruz.



84. Quinta da Costa de Baixo. Fotografia de José Bulas Cruz. Col. Família Bulas Cruz.

85. Dr. José Bulas Cruz com o primo Manuel Amílcar Vieira e o amigo Domingos Evangelista. Fotografia de Foto Carv. Alijó Col. Família Bulas Cruz.

E deste marco corre a demarcação de Oeste a leste p.^{lo} d^o ribeyro das Agoaneyras asima, e vay dar ao outro marco, ⁽¹⁾ q. se pos na estrada q. vay de Gouvinhas p.^a o Douro. ⁽²⁾

E neste marco vira a demarc.^{am} de Norte a Sul e vay p.^{la} d^a Estradaa diante athe dar no canto da vinha de Marianna Lopes, do lugar de Gouvinhas, cuja vinha fica á p.^{te} do Nascente da d^a Estrada, aonde em hum Poulo q. está por Sima da mesma vinha se meteo outro marco, á custa de Fran.^{co} J.^e Taveyra Pim.^{el} de Macedo, de V^a Real ⁽³⁾ (Fig. 37).

E deste marco correndo ainda a demarcação do Norte a Sul, mas mais inclinada p.^a o Nascente, vay dar ao Sitio de Foinhas, ⁽⁴⁾ aonde no canto da vinha do m.^{mo} Fr.^{co} Jozé Taveyra e á sua custa se pos outro marco, do qual corta a demarc.^{am} direyta ao rio Douro, ficando neste circulo comprehendidas cinco quintas, q. são a de Gonçallo Christovão, de Villa Real

* fls. 51 v^o.

= a de Paulo de Carv^o de Donello = a de Fran.^{co} J.^e Taveyra, de * Villa



FIG. 37 — Marco na Quinta da Costa de Baixo (Gouvinhas)

⁽¹⁾ Neste marco principia a demarcação novam.^{te} addida e acrescentada com que se ampliou este terreno e não corre como aqui se declara mas sim como vay declarado a fls. 197 v^o (Nota do próprio Tombo).

⁽²⁾ Marco que devia ter sido colocado muito próximo das actuais construções da Quinta das Aguaneiras, por aí passar o caminho velho que de Gouvinhas vai para o Douro.

⁽³⁾ Julgamos ser este o marco que se encontra na Quinta da Costa de Baixo, do Sr. Rui Ferreira da Silva Brito. O nome Mello que aí figura devia ter sido gravado posteriormente, e talvez se possa relacionar com a Quinta de António Melo, sita no mesmo local e a que o Mapa de Forrester faz referência. Como a vinha de Mariana Lopes ficava a nascente do Caminho e o marco se encontra a poente, julgamos que a sua primitiva posição foi alterada, mas, provavelmente, para perto foi mudado.

⁽⁴⁾ Encostas da Quinta do Caleiro, do Sr. António Henrique da Silva Pessanha.



Página anterior - 86. Desenho do marco pombalino feito pelo Dr. Moreira da Fonseca. Col. Família Bulas Cruz.

87. Maria da Anunciação da Cruz, António Bulas e seu filho José, 1915. Col. Família Bulas Cruz.



88. José Bulas Cruz (em baixo, primeiro à direita), com colegas e professores, no final do curso secundário no Liceu de Vila Real, 1922. Col. Família Bulas Cruz.

89. José Bulas Cruz, com colegas e professores, no final do curso de Medicina, junto à Reitoria da Universidade do Porto, 1927. Col. Família Bulas Cruz.



90. Maria Fernanda Moreno Bulas Cruz.



91 e 92. Col. Família Bulas Cruz.
93. Dr. José Bulas Cruz com os seus filhos. Col. Família Bulas Cruz.



94. Cédula Profissional do Dr. Bulas Cruz. Col. Família Bulas Cruz.



95 Instalações da Adega Cooperativa de Pegarinhos. Fotografia de José Afonso Bulas Cruz. Col. Bulas.
96. Bairro Social de Pegarinhos. Fotografia de José Afonso Bulas Cruz. Col. Bulas.

Anunciação da Cruz) da freguesia de Pegarinhos, frequentou a instrução primária na sua aldeia e o ensino secundário em Vila Real e Lamego. Formou-se em Medicina na Universidade do Porto no final da década de 1920, tendo-se especializado em Climatologia e Hidrologia, Medicina Tropical e Estomatologia. Ainda estudante, casou com a também estudante Angelina Augusta Guimarães, de Vilarinho de S. Romão, que viria a ser farmacêutica, de quem teve um filho, José Manuel Pardelhas Bulas Cruz¹⁶⁹. Tendo ficado viúvo, casaria, em segundas núpcias, em 1953, com Maria Fernanda Moreno Jorge da Silva, de 29 anos¹⁷⁰, de quem viria a ter dois filhos, José Afonso Moreno Bulas Cruz¹⁷¹ e Maria Gabriel Moreno Bulas Cruz¹⁷².

Médico municipal em Alijó e agricultor, José Bulas Cruz assumiu intensa actividade nos organismos corporativos e políticos do Estado Novo. Foi Director do Centro Escolar da Mocidade Portuguesa de Alijó e Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional desse concelho. Exerceu muitos outros cargos em instituições regionais. Integrou o Conselho da Direcção da Casa do Douro e o Conselho da Corporação da Lavoureira. Foi Presidente da Casa do Povo de Pegarinhos e do Conselho Geral do Grémio dos Viticultores de Alijó. Fez parte dos corpos directivos da Federação das Casas do Povo do Distrito de Vila Real, da Junta Geral do Distrito de Vila Real e da Junta Provincial de Trás-os-Montes e Alto Douro¹⁷³. José Bulas Cruz empenhou-se, ainda, na concretização de diversos projectos de valorização social e económica da sua terra-natal, Pegarinhos, nomeadamente na fundação da Adega Cooperativa e na construção de um bairro social.

Integrou a Câmara Corporativa entre 1949 e 1953 e entre 1958 e 1974, tendo subscrito e/ou relatado diversos pareceres, sobretudo relacionados com questões sanitárias e de previdência rural, desenvolvimento agrícola e viticultura¹⁷⁴. Em Outubro de

169 Nasceu em 01.12.1925, em Vilarinho de S. Romão, concelho de Sabrosa.

170 Nasceu em 21.11.1924. Faleceu em 21.02.1994, no Porto.

171 Nasceu em 25.10.1955, em Vila Real.

172 Nasceu em 24.03.1958, em Vila Real.

173 CASTILHO, J. M. Tavares — *Os Procuradores da Câmara Corporativa, 1935-1974*. Lisboa: Assembleia da República/Texto Editores, 2010.

174 Nomeadamente: «Luta contra a tuberculose» e «Plantio da vinha no continente», na V Legislatura (1949-1953); «Revisão do regime jurídico da colonização interna» e «Arrendamento da propriedade rústica», na VII Legislatura (1957-1961); «Projecto de Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967 (Continente e ilhas) – ANEXO



97. Dr. José Bulas Cruz e Álvaro Saraiva, caseiro da Quinta da Costa de Baixo, 1970. Col. Dr. José Alfredo Almeida.



98. Dr. José Bulas Cruz com os seus filhos mais novos. Col. Família Bulas Cruz.

1964, integrou a delegação portuguesa à Assembleia-geral a Confederação Europeia de Agricultura, reunida em Montreaux, onde assumiu as funções de vice-presidente do «Groupe de Travail pour la Viticulture»¹⁷⁵.

A partir de 1974, não voltou a representar cargos públicos, dedicando-se em exclusivo à Medicina, em Alijó e Vila Real, e à gestão das suas propriedades vitícolas. Na exploração da Quinta da Costa de Baixo contava com o apoio dedicado do caseiro, Álvaro Saraiva, que aí se manteve durante longos anos.

4.3. Os sucessores de José Bulas Cruz e a expansão vitivinícola

Em Junho de 1979, José Bulas Cruz, então com 74 anos, decidiu passar a propriedade dos seus bens para os três filhos, através de uma escritura de doação, por conta da parte disponível da herança. O filho mais velho, José Manuel Pardelhas Bulas Cruz, tinha já 54 anos e era casado com Lígia Ribeiro Rufino, de Alijó, onde residiam com os seus três filhos já adultos (António José, com 28 anos, Manuel Eduardo, com 26, e Ana Cristina, com 21). Os filhos mais novos, José Afonso Moreno Bulas Cruz e Maria Gabriel Moreno Bulas Cruz, do seu segundo casamento com Maria Fernanda Moreno Jorge da Silva, tinham então 24 e 21 anos, respectivamente, e viviam com os pais em Vila Real. José Afonso tinha-se licenciado, no ano anterior, em Engenharia Electrotécnica na Universidade do Porto. Maria Gabriel frequentava ainda o curso de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que concluiria pouco depois.

A Quinta da Costa de Baixo e outras terras em Gouvinhas foram doadas aos filhos mais novos, José Afonso e Maria Gabriel¹⁷⁶. A primeira vindima realizada pela nova geração, nesse ano de 1979, decorreu sem problemas, o que José Afonso considera ter sido «sorte de “quase” principiante». Além das uvas que foram vendidas, como habitual-

I – Agricultura, silvicultura e pecuária» e «Orientação agrícola», na VIII Legislatura (1961-1965); e «Projecto do III Plano de Fomento, para 1968-1973 – Continente e Ilhas – ANEXO II – Agricultura, silvicultura e pecuária» e «Reorganização das Casas do Povo e a previdência rural», na IX Legislatura (1965-1969). Idem, *ibidem*.

¹⁷⁵ CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.) — Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974. Vol. 1. Lisboa: Assembleia da República/ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004, p. 502-503.

¹⁷⁶ Arquivo da família Bulas Cruz — *Certidão de escritura de doação feita por José Bulas Cruz a seus filhos*, Cartório Notarial de Alijó, 27.06.1979.

mente, a uma casa exportadora, vinificaram-se na quinta cerca de 20 pipas de vinho do Porto, que se revelou excelente e que foi vendido em grande parte a granel por um preço bastante alto para essa época.

Nos anos imediatos, a gestão da quinta manteve-se sem grandes alterações e beneficiou, certamente, do apoio do pai¹⁷⁷, continuando o diligente caseiro, Álvaro Sarai-va, casado com D. Etelvina, a dirigir o pessoal e os trabalhos agrícolas correntes. Mas, já em 1981, os dois irmãos decidiram pedir o registo da marca *Quinta da Costa de Baixo*¹⁷⁸. E, a partir do Outono de 1982, apostaram na reconversão vitícola da quinta, ao mesmo tempo que decidiram inscrever-se no registo especial do Instituto do Vinho do Porto como «produtores-vendedores» de vinho do Porto no mercado nacional, uma vez que ainda não era permitida a exportação directa a partir do Douro (só em 1986 viria a ser alterada a legislação nesse sentido). A inscrição como «produtores-vendedores» de vinho do Porto seria deferida pelo IVP ainda em Novembro¹⁷⁹, fixando o limite da capacidade de venda no mercado nacional em 60% do *stock* armazenado na Quinta da Costa de Baixo, que, nessa altura, era apenas de 87,5 pipas¹⁸⁰, mas constituía um valioso património, com vinhos de diversas colheitas, alguns bastante antigos.

No entanto, as formalidades a cumprir para a comercialização directa, desde a submissão dos vinhos para aprovação do IVP e obtenção de selos de garantia, bem como das roupagens das garrafas a colocar no mercado, às declarações de *stocks* e movimentos de vendas, constituíam dificuldades acrescidas para os dois jovens irmãos que se lançavam num negócio exigente e altamente competitivo, sem máquina empresarial adequada. Só em Março de 1984 conseguiriam a aprovação do vinho e da roupagem para a comercialização de um *Porto Tawny* da Quinta da Costa de Baixo¹⁸¹. Seguiram-se vinhos do Porto com indicação de idade (10, 20 e 30 anos) e um Porto branco. No en-

177 José Bulas Cruz faleceu em 28.03.1983, no Porto.

178 Pedido de registo de marca apresentado em 19.10.1981 por José Afonso Moreno Bulas Cruz. INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) — *Registos de marcas*. Disponível on-line em <http://servicosonline.inpi.pt/pesquisas/main/marcas.jsp?lang=PT>. Consultado em 04.10.2019.

179 Museu do Douro. Arquivo Histórico do Instituto do Vinho do Porto — *Carta do IVP para Maria Gabriel Moreno Bulas Cruz e José Afonso Moreno Bulas Cruz*, 12.11.1982.

180 Museu do Douro. Arquivo Histórico do Instituto do Vinho do Porto — *Carta do IVP para Maria Gabriel Moreno Bulas Cruz e José Afonso Moreno Bulas Cruz*, 24.11.1982.

181 Museu do Douro. Arquivo Histórico do Instituto do Vinho do Porto — *Carta do IVP para José Afonso Moreno Bulas Cruz*, 16.03.1984.



99. Garrafa de Porto Tawny da Quinta da Costa de Baixo, lançada no mercado em 1984. Col. Bulas.

tanto, as vendas directas sob a marca da quinta eram residuais. Em 1985, foram apenas de 504 litros. E, na vindima desse ano, a produção própria destinada à comercialização directa ficou-se pelos 1.947 litros (550 de tinto e 1.397 de branco)¹⁸², de um total de cerca de 33.000 litros (60 pipas) com direito a benefício¹⁸³, continuando a maior parte desse vinho a ser vendida a empresas exportadoras, nomeadamente a Real Companhia Velha (Quinta das Carvalhas) e a Symington (Quinta do Bonfim). Nesses primeiros anos de arranque da comercialização directa, foi decisiva a colaboração de Manuel Bernardo Pinho, proprietário da «Garrafeira de Fátima», em Ourém, onde eram vendidos cerca de 90% dos vinhos do Porto engarrafados com a marca *Quinta da Costa de Baixo*.

Simultaneamente, desde Dezembro de 1982, José Afonso e Maria Gabriel realizaram diligências junto dos organismos oficiais (Instituto da Vinha e do Vinho, Direcção Regional de Agricultura / Centro de Estudos Vitivinícolas), para prosseguirem a modernização vitícola das propriedades, que tinha sido iniciada pelo pai na década anterior, mas que apenas conseguira reverter uma pequena extensão do vinhedo da quinta (cerca de 2,3 ha). Com parte das licenças de plantio que passaram de seu pai e outras que pediram, os dois irmãos realizaram, a partir de 1985, várias plantações de vinhas novas, em patamares (no total, uns 12 hectares, 10 dos quais na encosta voltada ao Douro e uma pequena vinha, junto à eira, com cerca de 2 hectares, na vertente do Rio Ceira) com as castas nobres recomendadas para a produção de vinho do Porto (40% *Touriga Francesa*, 30% *Tinta Roriz*, 10% *Touriga Nacional* e 10% *Tinta Barroca*), ao abrigo do PDRITM - Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes¹⁸⁴. As diferentes personalidades dos dois irmãos, Maria Gabriel mais ponderada e José Afonso mais arrojado, não impediram que mantivessem sempre grande concórdia relativamente às estratégias de gestão e às principais soluções para os problemas da quinta.

Essa primeira fase de reconversão vitícola da Quinta da Costa de Baixo não foi

¹⁸² Museu do Douro. Arquivo Histórico do Instituto do Vinho do Porto — *Carta de José Afonso Moreno Bulas Cruz para o IVP*, 16.01.1986.

¹⁸³ Arquivo do Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro — *Processo de candidatura de reconversão vitícola da Quinta da Costa de Baixo a apoios do IFADAP - Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas*, 1985.

¹⁸⁴ Arquivo do Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro — *Diversos documentos relativos à Quinta da Costa de Baixo*, 1982-1985.



100. Armazém e casas da Quinta da Costa de Baixo. Fotografia de Col. Família Bulas Cruz. e 101. Por menor de muro de xisto. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas. Página seguinte - 102. Patamares de vinha na Quinta da Costa de Baixo. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.





103. *Vinhas em patamares: vinha em produção e nova plantação, na Quinta da Costa de Baixo.* Fotografia de Pedro Sarmento Costa. Col. Bulas.

104 e 105. *Vinha em patamares, no Inverno, depois da poda, na Quinta da Costa de Baixo.* Fotografia de Pedro Sarmento Costa. Col. Bulas e *Vinha velha, em socalcos, na Quinta da Costa de Baixo.* Fotografia de Pedro Sarmento Costa. Col. Bulas.



106. e 107. *Muros e patamares*. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas
108. *Escada de acesso na Vinha da Renova, onde se encontra o marco de 1758*. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas



109. *Oliveira centenária na Quinta da Costa de Baixo.* Fotografia de Pedro Sarmento Costa. Col. Bulas 110 e 111. *Sobreiro na Quinta da Costa de Baixo.* Fotografia de Pedro Sarmento Costa. Col. Bulas e Mata na Quinta da Costa de Baixo. Fotografia de Pedro Sarmento Costa. Col. Bulas

fácil. Por um lado, as elevadíssimas taxas de juro da época (atingindo os 32,5%), que oneravam o crédito bancário, obrigaram a limitar o projecto inicial de modernização da quinta, bem como a alienar outras propriedades, para conseguir solver todos os encargos. Por outro lado, os percursos de vida de José Afonso e de Maria Gabriel, que, entretanto, tinham constituído família¹⁸⁵ e iniciado as suas carreiras profissionais¹⁸⁶, retiravam-lhes disponibilidade para uma maior dedicação ao seu projecto empresarial. Nessa altura, a quinta empregava apenas três trabalhadores permanentes, incluindo o caseiro.

Por isso, até ao início do século XXI, apesar das novas plantações de vinhas em patamares, a imagem geral da Quinta da Costa de Baixo, continuou a ser dominada por vinhas velhas tradicionais em socalcos com muros de xisto em estado de decadência e vastas manchas de «mortórios», o que dificultava a viabilização económico-financeira da empresa agrícola. Já em 1991, solicitaram autorização para reconstituir mais 12 hectares de vinha, mas a replantação só viria a realizar-se em 2002, com apoios do programa Vitis. Entretanto, os dois irmãos foram adquirindo outras propriedades, destacando-se a compra da vizinha Quinta da Foz Ceira em 1990, a Hernâni Alves Gomes. Em 2007, adquiriram também diversas pequenas propriedades vitícolas nos concelhos de Carrazeda de Ansiães (Castinheiro, em Linhares de Ansiães; Caldeirão – Valdais – Corredoura e Batocas ou Valdais, em Vilarinho da Castanheira) e Torre de Moncorvo (Ribeiro do Cio), com vista à transferência de direitos de plantação¹⁸⁷.

Novas plantações e replantações foram-se sucedendo, modernizando quase integralmente a produção vitícola da Quinta da Costa de Baixo, com cerca de 29 ha de vinha, numa área total de quase 36 ha. Nas propriedades anexas (Quinta do Sol, Costa e Sampaio, no conjunto com cerca de 14 ha), situadas também na freguesia de Gouvinhas, tem vindo a processar-se, igualmente, a modernização vitícola, com vista a ga-

¹⁸⁵ José Afonso casou com Isolina Maria Pereira, professora de Filosofia, e Maria Gabriel casou com Carlos Alberto Magalhães Gomes Mota, também licenciado em Filosofia e professor.

¹⁸⁶ José Afonso iniciou, nesse ano de 1985, a sua carreira docente na UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, onde é, desde 1998, professor catedrático, tendo-se doutorado na Universidade de Bristol, Reino Unido, em 1995. Maria Gabriel, professora de Filosofia, viria a doutorar-se em Ciências da Educação, sendo também docente na UTAD.

¹⁸⁷ Arquivo do Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro — *Declarações enviadas ao CEVD para obtenção de direitos de plantação, 2007.*

rantir a sustentabilidade económica da exploração¹⁸⁸. Em contrapartida, na Foz Ceira, com quase 7 ha de vinha, a maior parte com mais de 60 anos, o objectivo é o da preservação dessas vinhas com elevado potencial enológico, buscando manter a diversidade de castas e as técnicas tradicionais de cultura da vinha em socalcos, em combinação com o projecto turístico da quinta.

Nos últimos vinte anos, aumentou e diversificou-se o portfólio de vinhos produzidos e comercializados pela empresa. A juntar à gama de categorias diferenciadas de vinhos do Porto, investiu-se, desde finais da década de 1990, na produção de vinhos Doc Douro, primeiro, em pequenas quantidades, mas em crescimento nas colheitas mais recentes.

Também a organização da empresa sofreu alterações importantes. De comum acordo entre os dois irmãos, em Maio de 2002, Maria Gabriel cedeu a Anabela Gonçalves Correia de Paiva (mulher de José Afonso) a sua quota na empresa Moreno & Bulas Cruz, que mudou, entretanto, o pacto social, sendo dissolvida no final desse ano, para dar origem a uma nova empresa. Mais recentemente, em Março de 2013, seria criada a Bulas Family Estates.



112. *Quinta da Foz Ceira*. Fotografia de Col. Família Bulas Cruz.

113. *Vinha na Quinta do Sol*. Fotografia de Filipa Soares. Col. Bulas.

114. *José Afonso Bulas Cruz*. Fotografia de Pedro Silva. Col. Bulas.

115. *Anabela Gonçalves Correia de Paiva e José Afonso Moreno Bulas Cruz*. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.





5. Bulas Family Estates

5.1. A empresa e a marca

Bulas é nome de família e marca de vinhos prestigiados da região do Douro. Os actuais proprietários das quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira adoptaram a marca em homenagem a seu pai, José Bulas Cruz, que adquiriu a primeira daquelas quintas em 1951, lançando as fundações da actual empresa, Bulas Family Estates, que ostenta também a sua assinatura.

De início, como referimos no capítulo anterior, a empresa (M. Bulas Cruz) apenas comercializava directamente uma pequena parte dos vinhos do Porto do seu *stock* e fazia-o com a marca *Quinta da Costa de Baixo*. Nos anos noventa, após adquirir a Quinta da Foz Ceira, registou também a marca relacionada com essa propriedade, *Fozceira*, para vinhos Doc Douro, a par de *Demarcação*¹⁸⁹ para vinhos do Porto Vintage. Era, sobretudo, a ideia de *terroir* que a empresa pretendia transmitir nessas primeiras marcas.

Com o desenvolvimento da comercialização de vinhos do Porto e de vinhos de mesa Doc Douro, desde finais da primeira década do nosso século, apesar de se tratar de um período de crise, ou talvez por isso, dado que a contracção do mercado interno estimulou as empresas a investirem na internacionalização, verificaram-se alterações significativas na orientação da empresa. Antes de mais, das sete marcas registadas entre 2008 e 2014 cinco incluem o nome de família — *Bulas*, *Bulas Eyra*, *Bulas Vinha do Caes*, *Bulas Muro Alto*, *Bulas Marco 127*¹⁹⁰. Não se trata, de resto, da substituição de designações evocativas do *terroir* pelo nome de família, mas, antes, de uma articulação

Página anterior - 116. *Vindima na Quinta da Costa de Baixo*. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.

117. *Rolhas Bulas*. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.



deliberada em ambas, já que cinco das marcas registadas incluem topónimos (*Seyra* e *Vinha do Caes*) ou elementos do património das propriedades (*Eyra*, *Muro Alto* e *Marco 127*). Obviamente, na gestão da imagem de qualquer empresa, o que conta, mais do que o conjunto de marcas registadas, é a sua utilização para identificar e distinguir os seus melhores produtos. Ora, no caso da empresa Bulas Family Estates, o registo, nos últimos três anos, de um grande número de marcas sem relação com o nome de família¹⁹¹ tem pouco significado face à venda da maior parte dos seus vinhos *premium*, incluindo os reservas e categorias especiais, sob a marca *Bulas*, cada vez mais dominante no portfólio da empresa. *Seyra* desempenha o papel de marca *premium* secundária.

Em todos os casos, as marcas da empresa foram construídas em torno dos conceitos de tradição e património (produto / família / região), visando criar nos consumidores uma adesão emocional aliada à excelência dos vinhos.

De resto, desde 2011, ano decisivo em que a empresa se lançou na internacionalização, foi confiada à talentosa *designer* Helena Lobo, de Vila Real, a concepção de uma nova imagem gráfica para os rótulos e materiais de promoção dos vinhos *Bulas*, correspondente à aposta em novas formas de comunicação e *marketing* da empresa.

Nos últimos cinco anos, investiu-se, também, gradualmente, na reorganização empresarial, com a entrada de novos quadros, cuja colaboração se tem revelado decisiva na valorização dos vinhos *Bulas* e na sua afirmação no mercado. Em finais de 2019, a empresa integra 15 trabalhadores permanentes, 9 dos quais na vitivinicultura, incluindo o caseiro, Emanuel Pinto, que está na casa há 19 anos, e as enólogas Joana Duarte e Rosário Carvalhais. Nos períodos de intensificação dos trabalhos da vinha, que obrigam a mão-de-obra ocasional, tem-se recorrido à contratação de empreiteiros agrícolas. A área de *marketing* e comercialização emprega, actualmente, 3 colaboradores, sob a direcção de Isabel Vieira Pinheiro da Veiga. Com a recente criação da área de turismo, foram contratadas mais duas pessoas. Dos actuais 15 trabalhadores da empresa, 9 têm formação académica superior (licenciatura ou mestrado).

¹⁹¹ Nomeadamente, *Triumpho M. Bulas Cruz* (pedido apresentado em 01.11.2016), *Zayde* (22-11-2016), *Sirga* (24.11.2016), *Caminho de Sirga* (21.03.2017), *Douro Soul* e *Mercatur Douro* (23.03.2018), *Porto Alto* (04.04.2018), *Porto Sanders* (31.05.2018), *Triumpho* (27.02.2019), *Shipper's* (22.03.2019), INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) — *Registos de marcas*. Disponível on-line em <http://servicosonline.inpi.pt/pesquisas/main/marcas.jsp?lang=PT>. Consultado em 04.10.2019.



120. Logotipo da marca *Bulas* inspirado na assinatura do Dr. José Bulas Cruz.



121. Garrafa de vinho do Porto Bulas. Fotografia de Joana Duarte. Col. Bulas.

122. Degustação e brinde com vinhos Bulas. Fotografia de Joana Duarte. Col. Bulas.



123. Brinde com vinho Doc Douro branco Seyra. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.

124. Garrafa de Doc Douro branco Seyra. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.





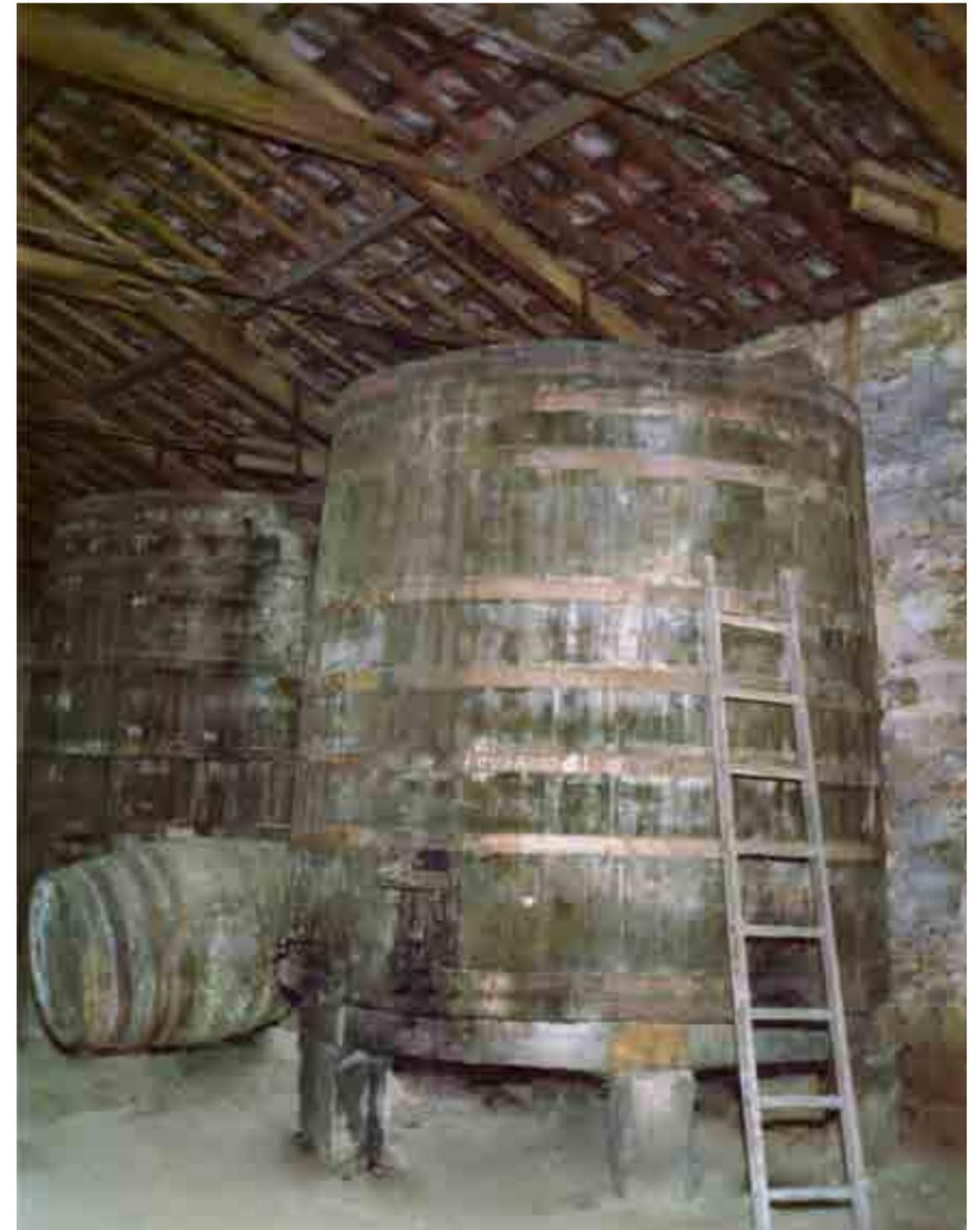
5.2. Novos investimentos

Nos últimos anos, a evolução da empresa envolveu investimentos significativos em diversas áreas. Antes de mais, na produção, em que, como vimos no capítulo anterior, se procedeu à replantação da maior parte das vinhas e à modernização das operações de granjeio. Actualmente, as propriedades agrícolas da empresa, com cerca de 77 hectares, 63 dos quais de vinha, produzem uma média de 172 mil litros de vinhos Doc Douro e Porto¹⁹².

Desde 2010, realizaram-se, também, importantes obras de requalificação no interior da vasta adega da Quinta da Costa de Baixo, cuja conclusão se prevê para 2020. Foi renovada toda a armação, com vista a obter um melhor controlo ambiental. Paralelamente, investiu-se na modernização do equipamento, tanto de vinificação como de stockagem e envelhecimento.

A casa de habitação sofreu, igualmente, obras de vulto no seu interior, com vista quer à sua recuperação quer à adaptação de alguns dos seus espaços para actividades de enoturismo, iniciadas em Novembro de 2019. O objectivo é disponibilizar aos visitantes condições para fruírem do ambiente rural, com possibilidade de alojamento, e de degustação dos vinhos e outros produtos da quinta. Houve o cuidado de preservar a traça do edifício (tal como aconteceu na adega fronteira), bem como o carácter familiar da casa, doravante aberta ao turismo, mas em pequena escala.

Por sua vez, a abertura do espaço Bulas Wine & Music no centro histórico do Porto (Rua dos Caldeireiros/Largo dos Lóios), no Verão de 2019, pretendeu captar um público mais amplo, numa época de forte atractividade turística da cidade. Funcionando, simultaneamente, como loja e espaço de degustação dos vinhos *Bulas* (Porto e Douro), acompanhados por petiscos à feição dos diversos tipos de vinhos e dos gostos dos clientes, Bulas Wine & Music constitui uma montra dos produtos da empresa, visando alargar a sua visibilidade num mercado onde tem vindo a sentir-se a busca da tipicidade por parte das multidões de turistas que afluem ao Porto de todos os cantos do mundo.



Página anterior - 125. *Equipa da empresa Bulas*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa. Col. Bulas.
126. *Instalações de vinificação da Quinta da Costa de Baixo*. Fotografia de José Afonso Bulas Cruz. Col. Bulas.



127. Armazém da Quinta da Costa de Baixo. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.
128 e 129. Armazém da Quinta da Costa de Baixo. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.



130 e 131. Casa da Quinta da Costa de Baixo, após obras de requalificação. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas e Grupo de visitantes na eira da Quinta da Costa de Baixo. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.

136 Turistas apreciando a paisagem na vinha da Quinta da Costa de Baixo. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.





133. Expositor na loja da Quinta da Costa de Baixo. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.
134 e 135. Sala de jantar da Quinta da Costa de Baixo. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas e
Sala de provas da Quinta da Costa de Baixo. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.



136 e 137. Projeto de obras na fachada da «Bulas Wine & Music», no Largo dos Lóios, no Porto. Fotografia de Filipa Soares. Col. Bulas e Concerto ao vivo na «Bulas Wine & Music», no Largo dos Lóios, no Porto. Fotografia de Filipa Soares.

138. Tábua de petiscos na «Bulas Wine & Music». Fotografia de Pedro Silva. Col. Bulas.





Com diferentes objectivos, a adesão da empresa Bulas Family Estates ao projecto Regia Douro Park - Parque de Ciência e Tecnologia de Vila Real, promovido pelo Município de Vila Real e pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em colaboração com a Portuspark - Rede de Parques Tecnológicos e Incubadoras, procura contribuir para o desenvolvimento económico integrado da região, através da valorização das áreas agro-alimentar, agro-industrial, enologia, vitivinicultura, economia verde, valorização ambiental e tecnologias agro-ambientais. A empresa está associada ao Centro de Excelência da Vinha e do Vinho, plataforma laboratorial instalada no Regia Douro Park, vocacionada para a investigação científica e tecnológica, formação e difusão do conhecimento nos sectores vitivinícola, agroalimentar e ambiental.

Se o *core business* da Bulas Family Estates continua a centrar-se na produção e comercialização de vinhos do Porto e Douro, a que associou recentemente actividades de enoturismo, o objectivo de desenvolvimento sustentado e integrado que tem prosseguido não deixa de equacionar, para o futuro próximo, outros projectos, nomeadamente o de comercializar outros produtos das quintas. Actualmente, a produção de azeite, cerca de mil litros, é feita num lagar situado na Zona Industrial de Sabrosa, havendo boas perspectivas de que o azeite, tal como o vinagre, possa acompanhar a comercialização dos vinhos.

5.3. Vinhos *Bulas*: o prestígio de uma marca de produtores-engarrafadores

Quase 40 anos depois do pedido de registo da marca *Quinta da Costa de Baixo*, em 1981, e da inscrição como produtores-engarrafadores, pode dizer-se que o caminho feito, simultaneamente, com contenção, persistência e sentido de futuro, atingiu um novo patamar, onde a empresa vê reconhecidos os esforços realizados, com a consagração dos seus melhores vinhos no mercado internacional.

Com boa parte das vinhas e das estruturas de produção modernizadas, a empresa oferece hoje um portfólio de vinhos Doc Douro e do Porto que cobre uma diversidade de categorias. A produção anual tem vindo a crescer, a par da evolução das vendas. Em 2016, rondava as 100 mil garrafas (60% para vinho do Porto e 40% para vinho de mesa).

139. *Garrafas armazenadas*. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.

Neste último sector, além dos vinhos Doc Douro correntes, brancos, tintos e rosés, a paleta alarga-se a Reservas, brancos e tintos, e a Grandes Reservas, como o *Grande Reserva Touriga Nacional 2009* e o *Grande Reserva Tinto 2010*. No caso dos vinhos do Porto, a variedade é ainda mais ampla, desde o *Dry White* e os Reservas *White*, *Ruby* e *Tawny* às categorias especiais, incluindo *Old Tawnies* com indicação de idade (o *10 Years Old* — nas variedades *Dry White*, *White* e *Tawny* — e os *20*, *30* e *40 Years Old Tawny*), *Colheitas*, *Late Bottled Vintages (LBV)* e *Vintages* de diversas vindimas. Em 2019, foi lançada uma edição especial e limitada de um vinho do Porto muito velho, uma preciosidade de garrafeira, destinada a apreciadores mais exigentes, o *Bulas Very Old Tawny*.

Cerca de metade dos vinhos comercializados pela empresa destina-se ao mercado nacional e o restante à exportação para mercados estrangeiros, em especial na Europa (Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Holanda, França e Inglaterra), mas também em países de outros continentes (Canadá, EUA, Japão, Coreia, China). Os vinhos Bulas vendem-se, actualmente, em cerca de 20 países em 3 continentes (Europa, América e Ásia).

Nos últimos anos, a aposta na apresentação dos vinhos da empresa em prestigiados concursos e feiras de vinhos nacionais e mundiais, a par do sucesso alcançado na internacionalização, tem-se traduzido no reconhecimento da excelência dos seus diversos vinhos. No conjunto, desde 2011, os vinhos *Bulas* obtiveram mais de 130 medalhas e outros troféus em concursos internacionais. Refiram-se, apenas a título de exemplo, as medalhas de ouro e distinções mais relevantes conquistadas pelos vinhos *Bulas* em algumas das competições mais exigentes. O concurso *Les Citadelles du Vin 2013* atribuiu uma medalha de ouro ao *Bulas Grande Reserva Touriga Nacional 2009*. E, na edição seguinte do mesmo concurso, idêntico galardão foi alcançado pelo *Bulas Grande Reserva Tinto 2010*. Entre os vinhos do Porto, o *Bulas LBV 2011* recebeu não só uma medalha mas também a classificação como «Best of Portugal» no *Mediterranean International Wine Competition Terravino 2015*, em Israel, e, no ano seguinte, uma medalha de ouro no concurso *International Wine Challenge 2016* e platina no *Decanter World Wine Awards*, ano em que obteve também elevadas classificações em algumas das mais prestigiadas revistas da enofilia mundial, como a *Wine & Spirits*, que o



140. Gama de vinhos Doc Douro Bulas. Fotografia de Joana Duarte. Col. Bulas. e 141. Gama de vinhos do Porto Bulas. Fotografia de Joana Duarte. Col. Bulas.
Página seguinte - 142. Gama de vinhos do Porto Bulas. Fotografia de Pedro Sarmiento Costa. Col. Bulas.



Bular
PORTO
VINTAGE
2013
Produced and Bottled by Quinta da Bular, Vila Real, Portugal

Bular
PORTO
VINTAGE
2014

Bular



143. *A Bulas em Tokyo, Japão.* Fotografia de Isabel Vieira. Col. Bulas.



144. *A Bulas em Paris, França.* Fotografia de Joana Duarte. Col. Bulas.



145. *A Bulas em Torslunde Bygade, Dinamarca.* Fotografia de Joana Duarte. Col. Bulas.



146. *A Bulas em Zaltbommel, Holanda.* Fotografia de Joana Duarte. Col. Bulas.
147. *A Bulas em Berlim, Alemanha.* Fotografia de Joana Duarte. Col. Bulas.



148. *A Bulas em Nova Iorque, Estados Unidos da América.* Fotografia de Isabel Vieira. Col. Bulas.



149. *A Bulas em Seul, Coreia do Sul.* Fotografia de Isabel Vieira. Col. Bulas.



150. *A Bulas na Suíça.* Fotografia de Joana Duarte. Col. Bulas.

151. *A Bulas em Londres, Inglaterra.* Fotografia de Joana Duarte. Col. Bulas.

incluiu no Year's Best Port & Best Buy, com 93 pontos. Em 2018, o *Bulas Port 10 Years Old Tawny* obteve uma medalha de ouro e troféu especial VINO FED (melhor classificação entre todos os vinhos do Porto) no concurso Les Citadelles du Vin 2018. O *Bulas Port 20 Years Old Tawny* alcançou medalhas de ouro nos concursos Les Citadelles du Vin 2014, Vinhos de Portugal 2015, International Wine Challenge 2015 e Sakura 2016/Japan Women's Wine Awards, além de elevadas pontuações nas revistas *Wine & Spirits 2016*, em que foi considerado «Year's Best Port», com 91 pontos, e *Wine Enthusiast Magazine*, em que obteve 93 pontos. Também o *Bulas Port 30 Years Old Tawny* alcançou medalhas de ouro nos concursos Les Citadelles du Vin 2013 e Sakura 2017/Japan Women's Wine Awards. No ano anterior, este prestigiado concurso japonês tinha galardoado o *Bulas Port Vintage 2011* com duplo ouro. Os *Bulas Port Vintage* de 2012, 2013 e 2014 conquistaram também medalhas de ouro, respectivamente, no International Wine Challenge 2015, no Decanter World Wine Awards 2017 e no International Wine Challenge 2018. Na edição de 2019 deste último concurso, dois vinhos *Bulas*, o *Porto Colheita 1996* e o *Very Old Tawny*, foram distinguidos entre os melhores do mundo com medalhas de ouro e troféus.

Não é fácil a uma pequena empresa familiar, com uma pequena equipa de colaboradores, penetrar no competitivo mercado internacional de vinhos, mesmo possuindo o trunfo da qualidade. Exige muita dedicação e perseverança. O espírito de família, conjugado com a consciência do valor excepcional da terra vinhateira, no mapa restrito de paisagens culturais com o estatuto de Património da Humanidade, tem raízes fundas e projecta-se para o futuro. Preservar essa herança e valorizá-la, de geração para geração, não é apenas um desígnio. É uma forma de estar no mundo. Nesse sentido, a aposta da empresa Bulas Family Estates de produzir vinhos de excelência conjuga-se com a de reforçar a ligação emocional dos consumidores a esses vinhos e à história que eles podem evocar. Da família, da região do Douro, da arte do vinho.

Fontes e Bibliografia

Fontes orais, de arquivo e arqueológicas:

Na elaboração deste texto, beneficiei de diversas informações fornecidas pelos proprietários das Quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira, que me cederam também cópias de alguns documentos relacionados com as quintas e com a família Bulas Cruz.

No entanto, dado que a família Bulas Cruz se tornou proprietária dessas quintas em datas relativamente recentes (em 1951 e 1990, respectivamente), foi necessário empreender uma demorada pesquisa em diversos arquivos, para constituir um *corpus* documental que permitisse compreender a evolução secular dessas quintas, bem como os percursos das famílias proprietárias. O notável trabalho que tem vindo a ser feito em diversos arquivos públicos, disponibilizando o acesso *on-line* a digitalizações de milhares de livros e documentos, foi-nos providencial. Sobretudo no Arquivo Distrital de Vila Real, em particular nos *Registos Paroquiais* e nos *Registos Notariais*, mas também em outros fundos documentais, pudemos encontrar imensa documentação com interesse para a história destas quintas desde o século XVII, que reunimos a informações recolhidas em outros arquivos nacionais (Torre do Tombo, Arquivo Histórico Militar), distritais (Porto, Braga e Lisboa) e municipais (Municipal do Porto, Alfredo Pimenta, de Guimarães, e Sophia de Mello Breyner, de Vila Nova de Gaia), bem como em arquivos de serviços públicos, como o da Conservatória de Registo Predial de Vila Real, da Comissão de Viticultura Duriense e do Instituto do Vinho do Porto (guardado no Museu do Douro), nestes últimos casos para períodos mais recentes. Mas foi o Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, depositado no Museu do Douro, que nos forneceu o maior manancial de informação, em especial sobre a Quinta da Foz Ceira, que esteve durante mais de 120 anos sob administração dessa Companhia. Devo expressar aqui um agradecimento especial à Direcção e aos Serviços do Museu do Douro pelas facilidades concedidas no acesso a essa documentação e a cedência de cópias digitalizadas.

Infelizmente, a incompreensível situação em que se encontra a Casa do Douro privou-nos do acesso a documentação fundamental guardada no seu arquivo (e organizada pelo Museu do Douro, entre 2006 e 2008), sobretudo para os anos de 1932 a 1995, e que incorpora também o não menos importante Arquivo da Comissão de Viticultura da Região Duriense, com documentação do período de 1907 a 1932.

Ao longo da investigação que deu origem a este livro, pude contar com a ajuda de alguns amigos, nomeadamente Natália Fauvrelle, Manuel Sampaio Graça e José Alfredo Almeida, a quem muito agradeço as informações preciosas que me cederam sobre aspectos específicos da história das quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira ou dos seus proprietários.

Devo, ainda, ao Pedro Abrunhosa Pereira, que acompanhou este trabalho desde o início, as notas

da prospecção arqueológica que realizou nas quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira, em diversos períodos ao longo de 2018, bem como a recolha de muita da documentação de arquivo não disponível *on-line*.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (coord.) — *História do Douro. I - A Antiguidade*. Porto: GEHVID/Afrontamento, 2006.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de; CLUNY, Isabel — «Melo, Lopo Vaz de Sampaio e». In MÓNICA, Maria Filomena (coord.) — *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. 2. Lisboa: ICS/ Assembleia da República, 2005, p. 865-870.
- ALORNA, 2.º Marquês de (João de Almeida Portugal) — *As prisões da Junqueira durante o ministério do Marquês de Pombal, escritas ali mesmo pelo Marquês de Alorna, uma das suas vítimas, publicadas conforme o original por José de Sousa Amado*. Lisboa: Tip. de Silva, 1857.
- AZEVEDO, Correia de — *Brasões e casas brasonadas do Douro*. Lamego: Gráfica de Lamego, 1974.
- BARRETO, António — *Douro. Rio, Gente e Vinho*. Lisboa: Relógio d'Água, 2014.
- BARROS, Alfredo de Vilanova de Vasconcelos Correia de — «Reconstituição da vinha europeia pela enxertia sobre cepas americanas». *Boletim da Direcção-Geral de Agricultura*, nº 12. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, p. 937-1056.
- CAPELA, José Viriato (coord.) — *As freguesias do distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: ed. autor, 2006.
- CASTELO BRANCO, Camilo — *A Brasileira de Prazins* [1882]. In CASTELO BRANCO, Camilo — *Obras Completas*. Vol. VIII. Porto: Lello & Irmão, 1988.
- CASTELO BRANCO, Camilo — *Noites de Insónia, oferecidas a quem não pode dormir* [1874]. In CASTELO BRANCO, Camilo — *Obras Completas*. Vol. XIV. Porto: Lello & Irmão, 1991.
- CASTELO BRANCO, Camilo — *Perfil do Marquês de Pombal* [1882]. In CASTELO BRANCO, Camilo — *Obras Completas*. Vol. XVI. Porto: Lello & Irmão Editores, 1993.
- CASTILHO, J. M. Tavares — *Os Procuradores da Câmara Corporativa, 1935-1974*. Lisboa: Assembleia da República/Texto Editores, 2010.
- CASTRO, António Paes de Sande e — *A Granja de todos os tempos*. Gaia: Câmara Municipal de Gaia, 1973.
- CONDE, António Adérito Alves — «Manuel Marques Gomes (1866-1932)». In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (coord.) — *Património Cultural de Gaia*. Vol. 1: *Património Humano Personalidades gaienses* (coord. de Gonçalo de Vasconcelos e Sousa). Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia/Amigos do Solar Condes de Resende-Confraria Queirosiana, 2017, p. 181.
- CORDEIRO, Alcino (ed.) — *Anuário Agrícola da Região Duriense 1940*. Régua: Imprensa do Douro, 1939.
- CORDEIRO, Alcino — *Quintas do Douro*, 2ª ed. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico, 1960.

CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.) — Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974. Vol. 1. Lisboa: Assembleia da República/ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004, p. 502-503

FAUVRELLE, Natália — *Quintas do Douro. As arquiteturas do vinho do Porto*. Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto / Câmara Municipal de S. João da Pesqueira, 2001.

FAUVRELLE, Natália (coord.) — *Marcos da Demarcação*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro, 2007.

FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da — *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. 3 vol. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949-1951.

GAIO, Felgueiras — *Nobiliário de famílias de Portugal*. Tomo IX. Braga: Pax, 1938.

GOMES, Joaquim Costa — «Há 60 anos, em Canidelo, morreu o benemérito Marques Gomes». *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, n.º 34, 1992, p. 45-50.

GUICHARD, François; ROUDIÉ, Philippe; PEREIRA, Gaspar Martins (coord.) — *História do Douro e do Vinho do Porto*. Vol. 5: *O Douro e o Vinho do Porto no século XX e no início do século XXI*. Porto: Edições Afrontamento, 2019.

HERCULANO, Alexandre (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines*, I. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1866.

LIDDELL, Alex; PRICE, Janet — *Douro. As Quintas do Vinho do Porto*. Lisboa: Quetzal, 1995.

MACEDO, Jorge Borges de — *A situação económica no tempo de Pombal: alguns aspectos*. 2.ª ed. Lisboa: Moraes Editores, 1982.

MACHADO, Silvano Vitorino — *Memórias de um profissional do comércio*. Régua: Imprensa do Douro, 1955.

MARTINS, Conceição Andrade — *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1990.

MARTINS, Conceição Andrade — «A filoxera na viticultura nacional». *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991 (3-4), p. 653-688.

MELO, Lopo Vaz de Sampaio e — *Apontamentos sobre a nova moléstia das vinhas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

MENDONÇA, Francisco Xavier Teixeira de — *Petição de revista, que pediu Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto de Mesquita da sentença proferida a favor de Sebastião José de Carvalho e Melo...* Lisboa: Oficina de Francisco Luís Ameno, 1750.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Duarte de — *Novo flagelo das vinhas*. Porto: Jornal de Horticultura Prática, 1872.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Duarte de; REIS, António Batalha; REIS, Jaime Batalha — *A nova moléstia das vinhas no Douro. Relatório apresentado à Comissão Central pela Delegação encarregada de estu-*

dar no Douro a nova moléstia das vinhas. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

OLIVEIRA, António Braz de; MARINHO, Maria José (org.) — *Devassa a que mandou proceder Sua Majestade no território do Alto Douro pelo Desembargador António de Mesquita e Moura (1771-1775)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983.

PEREIRA, Gaspar Martins — *Crises e renovação da viticultura duriense na segunda metade do século XIX*. In SERRÃO, José Vicente; PINHEIRO, Magda de Avelar; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (org.) — *Desenvolvimento Económico e Mudança Social: Portugal nos últimos dois séculos. Homenagem a Miriam Halpern Pereira*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p. 115-131.

PEREIRA, Gaspar Martins (coord.) — *História do Douro e do Vinho do Porto*. Vol. 4: *Crise e Reconstrução. O Douro e o Vinho do Porto no século XIX*. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

PEREIRA, Gaspar Martins — *Quinta do Crasto. Uma história que vem de longe (1615-2018)*. Porto: Quinta do Crasto, 2018.

PEREIRA, Gaspar Martins — *Quintas do Douro: História, Património e Desenvolvimento*. In *Atas das II.ªs Conferências Museu de Lamego / CITCEM – 2014*. Lamego: Museu de Lamego / Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2014, p. 9-17 [Disponível on-line em www.museudelamego.pt].

PEREIRA, Gaspar Martins — *Ventozelo. Uma quinta milenar no Douro vinhateiro*. Vila Nova de Gaia: Quinta de Ventozelo, 2017.

PEREIRA, Miriam Halpern — *Livre-câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.

PEREIRA, Pedro — *Quinta do Crasto – Relatório de Trabalhos Arqueológicos*, Junho 2017.

PEREIRA, Pedro Abrunhosa — *O vinho na Lusitânia*. Porto: CITCEM, 2017.

PIMENTEL, Alberto — *Lopo Vaz de Sampaio e Melo: esboço biográfico*. Lisboa: Adolfo, Modesto & C.ª, 1891.

PINTÃO, Manuel; CABRAL, Carlos — *Dicionário Ilustrado do Vinho do Porto*. S. Paulo: Editora de Cultura, 2011.

SALGUEIRO, Emílio — «A moral pombalina (Um documento inédito)». *Brotéria*, vol. 10 e 11, Junho e Julho de 1930, p. 337-356 e 17-28.

SANCHES DE BAENA, Augusto Romano — *Dicionário Aristocrático, que contém todos os alvarás de foros de Fidalgos da Casa Real... desde 1808 até Setembro de 1822*. Lisboa: Tip. do Panorama, 1867.

SANTARÉM, Visconde de — *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da Monarquia portuguesa*. Tomos VI e VII. Paris: Aillaud, 1850.

SILVA, Germano — «Um carvalho não fica bem num jardim». *Visão*, 13.02.2016.

SILVA, Inocêncio Francisco da — *Dicionário Bibliográfico Português*. Tomo III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

SILVA, Manuel de Souza da — *Nobiliário das gerações de Entre-Douro-e-Minho*. Vol. 1. Ponte de Lima:

Edições Carvalhos de Basto, 2000.

SILVANO, Gonçalo Xavier — *A capela de S. Brás em Vila Real*. Porto: Edições Afrontamento, 2016.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova série. Vol. IV/2: *Inquisitiones: Inquirições gerais de D. Diniz de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1290*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2015.

SOUSA, António Teixeira de — *A Questão do Douro*. Porto: Empresa Guedes, 1907.

SOUSA, Fernando de (coord.) — *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2006.

SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Silva — *Memórias de Vila Real*. 2 vol. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real/Câmara Municipal de Vila Real, 1987.

TAVARES, Domingos — *Palacete Marques Gomes*. Porto: Dafne Editora, 2015.

TEIXEIRA, Júlio A. — *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo. Genealogias, brasões, vínculos*. Vol. 4. Vila Real: Imprensa Artística, 1952.

VILARINHO DE S. ROMÃO, Visconde de — *Viticultura e vinicultura. Trás-os-Montes - Alto Douro Central*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins — *Nobreza de Portugal e Brasil*. Vol. III. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961.

cofinanciado por :



